



SIMONE PRINCIPE RONDON

**RESILIÊNCIA FEMININA: AS VIVÊNCIAS DAS
MULHERES DE COMUNIDADES TRADICIONAIS E
RIBEIRINHAS DO PANTANAL SUL-MATO-
GROSSENSE NO CENÁRIO DOS DESASTRES
AMBIENTAIS E CLIMÁTICOS**

UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO – UCDB

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

MESTRADO EM PSICOLOGIA

CAMPO GRANDE-MS – 2024
SIMONE PRINCIPE RONDON

**RESILIÊNCIA FEMININA: AS VIVÊNCIAS DAS
MULHERES DE COMUNIDADES TRADICIONAIS E
RIBEIRINHAS DO PANTANAL SUL-MATO-
GROSSENSE NO CENÁRIO DOS DESASTRES
AMBIENTAIS E CLIMÁTICOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação –
Mestrado em Psicologia da Universidade Católica Dom
Bosco, como requisito parcial para obtenção do título de
Mestre em Psicologia, área de concentração: Psicologia da
Saúde, sob a orientação da Professora Dra. Heloísa Bruna
Grubits Freire.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO – UCDB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM PSICOLOGIA
CAMPO GRANDE-MS – 2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Bibliotecária Mourãmise de Moura Viana - CRB-1 3360

R771r Rondon, Simone Príncipe

Resiliência feminina: as vivências das mulheres de comunidades tradicionais e ribeirinhas do Pantanal Sul-mato-grossense no cenário dos desastres ambientais e climáticos./ Simone Príncipe Rondon sob orientação da Profa. Dra. Heloisa Bruna Grubits Freire.-- Campo Grande, MS : 2024.

162 p.: il.

Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande - MS, 2024

Bibliografia: p. 16-23

1. Resiliência feminina. 2. Mulheres do Pantanal. 3. Desastres ambientais. 4. Psicologia ambiental. 5. Ecofeminismo I.Freire, Heloisa Bruna Grubits. II. Título.

CDD: 155.633



A dissertação apresentada por **SIMONE PRINCIPE RONDON**, intitulada “**RESILIÊNCIA FEMININA: AS VIVÊNCIAS DE MULHERES DO PANTANAL SUL-MATO-GROSSENSE NO CENÁRIO DOS DESASTRES AMBIENTAIS E CLIMÁTICOS.**”, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em PSICOLOGIA à Banca Examinadora da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), foi **aprovada**.

Heloísa Bruna Grubits, como presidente da banca assinei a folha de aprovação com o consentimento de todos os membros, ainda na presença destes.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Heloísa Bruna Grubits
Prof. Dra. Anita Guazzelli Bernardes
Prof. Dra. Sônia Grubits
Prof. Dra. Denise Machado Duran Gutierrez
Prof. Dra. Sonia Grubits

Campo Grande - MS, 02 de dezembro de 2024.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, pela saúde e resiliência que me permitiram enfrentar cada etapa deste processo. “Porque Dele, por Ele e para Ele são todas as coisas. A ele seja a glória para sempre!” (*Romanos 11:36*)

Ao meu marido, Felipe Augusto, que me acompanhou em todas as visitas nas comunidades, sempre preocupado com minha integridade. Gratidão por todo amor, cuidado e paciência.

Às minhas filhas Giovanna e Manuela, agradeço pelas constantes palavras de incentivo, apoio e compreensão que tornaram o caminho mais leve e cheio de ânimo.

À minha orientadora, Heloísa Bruna Grubits, pela confiança, dedicação e orientações ao longo das etapas desta pesquisa. Seus conhecimentos foram fundamentais para o meu desenvolvimento como pesquisadora.

Aos membros da banca examinadora, Anita Guazzelli Bernardes, Sônia Grubits e Denise Machado Duran Gutierrez, por suas valiosas contribuições e sugestões, que enriqueceram este trabalho e me impulsionaram a buscar a excelência acadêmica.

Agradeço também às comunidades de Antônio Maria Coelho, Porto da Manga, Porto Esperança e APA Baía Negra, que gentilmente me acolheram e compartilharam suas histórias e vivências. Sem a participação e generosidade dessas pessoas, esta pesquisa não teria sido possível.

Aos meus colegas e demais professores do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Saúde - UCDB, pela convivência e pelas trocas de conhecimento ao longo desta jornada. Os momentos de colaboração e apoio mútuo foram muito importantes durante todo o caminho.

RESUMO

A resiliência das mulheres de comunidades tradicionais e ribeirinhas do Pantanal destaca-se como um elemento fundamental na valorização da cultura local e no fortalecimento de atividades econômicas sustentáveis, contribuindo significativamente para a preservação do bioma, mesmo diante dos impactos dos desastres ambientais e climáticos. Esta pesquisa tem como principal objetivo conhecer as vivências das mulheres do Pantanal Sul-mato-grossense no cenário dos desastres ambientais e climáticos e para atingir esse objetivo, o estudo se desdobra nos seguintes objetivos específicos: demonstrar o perfil das mulheres e comunidades através do Questionário Sociodemográfico Ocupacional e de Saúde e por meio da Observação Participante, através da Entrevista Semiestruturada e Roda de Conversa, conhecer suas percepções sobre qualidade de vida, sobre o feminino e a relação com os homens no contexto das comunidades, evidenciar as colaborações essenciais das mulheres pantaneiras para a sustentabilidade ambiental e meios de subsistência, destacar a valoração dos seus saberes e práticas ecológicas e abordar as questões de gênero nas comunidades. A população estudada inclui mulheres com mais de dezoito anos, pertencentes a duas comunidades tradicionais e ribeirinhas situadas na região de Corumbá, em Mato Grosso do Sul: Comunidade Tradicional Antônio Maria Coelho e Comunidade Tradicional e Ribeirinha Porto Esperança. Trata-se de uma pesquisa descritiva que adotou o método observacional participante, com enfoque metodológico qualitativo. A análise dos dados estruturou-se mediante a Escrita Reflexiva, fundamentada a partir dos referenciais teóricos da Psicologia Ambiental, Comunitária e Ecofeminismo, em conjunto com os dados observados. Na diversidade de vivências, as contribuições das mulheres pantaneiras para a resiliência e sustentabilidade de suas comunidades, ao mesmo tempo que geram práticas e estratégias de preservação ambiental, revela um modelo de resistência e inovação essencial para enfrentar os desafios impostos pelos desastres ambientais e climáticos. A relevância desta pesquisa encontra-se na possibilidade documentar as características das mulheres do Pantanal, suas práticas culturais, de subsistência, os conhecimentos locais e ecológicos, suas lutas por direitos e melhores condições de vida, além de fomentar a preservação da biodiversidade e a justiça social no Pantanal.

Palavras-chave: Resiliência feminina. Mulheres do Pantanal. Desastres Ambientais. Psicologia Ambiental. Ecofeminismo.

ABSTRACT

The resilience of women from traditional and riverside communities in the Pantanal stands out as a fundamental element in the valorization of local culture and the strengthening of sustainable economic activities, contributing significantly to the preservation of the biome, even in the face of the impacts of environmental and climatic disasters. The main objective of this research is to learn about the experiences of women in the Pantanal in southern Mato Grosso do Sul in the context of environmental and climatic disasters and, in order to achieve this objective, the study is divided into the following specific objectives: to demonstrate the profile of women and communities through the Sociodemographic, Occupational and Health Questionnaire and through Participant Observation, through Semi-structured Interviews and Conversation Circles, to know their perceptions about quality of life, about the feminine and the relationship with men in the context of the communities, to highlight the essential contributions of Pantanal women to environmental sustainability and livelihoods, to highlight the valuation of their ecological knowledge and practices and to address gender issues in the communities. The population studied includes women over the age of eighteen belonging to two traditional and riverside communities located in the Corumbá region of Mato Grosso do Sul: the Antônio Maria Coelho Traditional Community and the Porto Esperança Traditional and Riverside Community. This is a descriptive study using the participant observation method, with a qualitative methodological approach. The data was analyzed using Reflective Writing, based on the theoretical frameworks of Environmental and Community Psychology and Ecofeminism, together with the data observed. In the diversity of their experiences, the contributions of Pantanal women to the resilience and sustainability of their communities, while generating practices and strategies for environmental preservation, reveal a model of resistance and innovation that is essential for facing the challenges posed by environmental and climate disasters. The relevance of this research lies in the possibility of documenting the characteristics of Pantanal women, their cultural and subsistence practices, local and ecological knowledge, their struggles for rights and better living conditions, as well as promoting the preservation of biodiversity and social justice in the Pantanal.

Keywords: Female resilience. Women of the Pantanal. Environmental disasters. Environmental psychology. Ecofeminism.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Foto de Capa	1
Figura 2 - Mapa do Pantanal - MS	50
Figura 3 - Comunidade de Antônio Maria Coelho	64
Figura 4 - Comunidade Porto Esperança	81
Figura 5 – Pantanal Alagado (2023) e Pantanal das Queimadas (2024)	91

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Entrevista Semiestruturada (Transcrição das Falas): Comunidade Antônio Maria Coelho	115-116
Tabela 2 – Entrevista Semiestruturada (Transcrição das Falas): Comunidade Porto Esperança	117-118

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1 – Questionário Sociodemográfico Ocupacional e de Saúde	153-157
Anexo 2 – Entrevista Semiestruturada	158
Anexo 3 – Parecer Substanciado do CEP	159-161

SUMÁRIO

1 JUSTIFICATIVA

2 INTRODUÇÃO

3 OBJETIVOS E ESTRUTURAÇÃO DA PESQUISA

3.1. OBJETIVO GERAL

3.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

3.3. ESTRUTURAÇÃO DA PESQUISA

4 MÉTODO

4.1. CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO

4.2. PARTICIPANTES

4.3. CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO

5 PROCEDIMENTOS GERAIS

5.1. DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

5.2. LOCAL DE PRODUÇÃO DE DADOS

5.3. INSTRUMENTOS DA PESQUISA

5.4. ANÁLISE DOS DADOS

5.5. CONSIDERAÇÕES ÉTICAS

5.6 RECURSOS HUMANOS E MATERIAIS

6 APORTES TEÓRICOS DA PESQUISA

6.1. PSICOLOGIA AMBIENTAL

6.2. PSICOLOGIA COMUNITÁRIA

6.3. ECOFEMINISMO

7 O PANTANAL SUL-MATO-GROSSENSE

8 AS COMUNIDADES: ANTÔNIO MARIA COELHO E PORTO ESPERANÇA

8.1. COMUNIDADE E APROPRIAÇÃO DE LUGAR

8.2. COMUNIDADE ANTÔNIO MARIA COELHO

8.3. COMUNIDADE PORTO ESPERANÇA

9 A PRODUÇÃO DOS DADOS E DISCUSSÃO

9.1. NOVOS CAMINHOS DA PESQUISA

9.2. QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO OCUPACIONAL E DE SAÚDE

9.2.1 Sobre a Faixa etária das Participantes

9.2.2. Dados sobre a Escolaridade

9.2.3. Situação Conjugal e Estrutura Familiar

9.2.4. Dados Ocupacionais

10.2.5. Renda Pessoal

9.2.6. Benefícios

9.2.7. Religião

9.2.8. Sobre Bens Materiais

9.2.9. Acesso à Tecnologia Digital

9.2.10. Transporte e Mobilidade

9.2.11. Saúde

9.2.12. Sobre os Impactos Ambientais

9.3. ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

9.3.1 Percepções Sobre Qualidade de Vida: Comunidade Antônio Maria Coelho

9.3.2. Percepções Sobre Qualidade de Vida: Comunidade Porto Esperança

9.3.3. A Relação com os Homens na Comunidade Antônio Maria Coelho

9.3.4. A Relação com os Homens na Comunidade Porto Esperança

9.3.5 A Percepção sobre o Feminino: Comunidade Antônio Maria Coelho

9.3.6 A Percepção sobre o Feminino: Comunidade Porto Esperança

9.3.7. Sobre morar na Comunidade Antônio Maria Coelho

9.3.8. Sobre morar na Comunidade Porto Esperança

9.4 RODA DE CONVERSA

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

11 REFERÊNCIAS

12 ANEXOS

1 JUSTIFICATIVA

O interesse em trabalhar com mulheres começou há muito tempo, ainda durante o período da graduação em Psicologia na cidade do Rio de Janeiro, minha cidade natal. Durante esse período, tive a oportunidade de participar de um projeto na Comunidade do Complexo do Alemão, onde ministrei palestras sobre Métodos Contraceptivos e Prevenção ao Uso de Drogas para a população feminina adolescente local. A aceitação e satisfação dos moradores foram tão significativas que o projeto foi ampliado para incluir adolescentes do sexo masculino.

Anterior a isso, destaco minha profunda admiração por quatro mulheres que, desde muito cedo, se tornaram as minhas maiores inspirações e desempenharam um papel fundamental em minha formação: minha mãe Marli, minha avó materna Amenaide, minha avó paterna Leonides e minha tia Ray. Esta última, filha de indígena ribeirinha, nascida em uma fazenda na Ilha de Marajó, no estado Pará que, depois de uma trajetória profissional brilhante, tornou-se Desembargadora na cidade do Rio de Janeiro. Mulheres fortes e corajosas que enfrentaram inúmeras adversidades em suas trajetórias e, cujas histórias de vida, imprimiram em mim o interesse em ouvir e conhecer as histórias de outras mulheres.

Este compromisso se reflete em minha trajetória profissional e nas escolhas que fiz ao longo dos anos. Meu envolvimento em projetos comunitários e minha atuação em diferentes contextos sociais têm como objetivo valorizar a diversidade dos papéis femininos e apoiar mulheres em suas jornadas.

Na cidade de Campo Grande - MS, onde resido há dezoito anos, tive a oportunidade de contribuir com a Comunidade Terapêutica Esquadrão da Vida, uma organização sem fins lucrativos, dedicada ao apoio e reabilitação de pessoas dependentes de substâncias psicoativas e em situação de rua. Esta experiência foi profundamente transformadora, proporcionando-me um significativo amadurecimento pessoal e espiritual.

Durante o trabalho social desenvolvido no Esquadrão da Vida como psicóloga, tive contato direto com mulheres em situações de extrema vulnerabilidade. O processo de acolhimento e apoio em busca recuperação da dependência química e reintegração social, reforçaram em mim a importância de uma abordagem humanizada, flexível, baseada na empatia e no respeito à vida e à dignidade humana.

Tão importante quanto as experiências anteriores, destaco o trabalho desenvolvido na Casa da Mulher Brasileira (CMB), onde atuei como psicóloga concursada da Prefeitura de Campo Grande - MS, por quase cinco anos. Esta vivência configurou-se como a mais desafiadora em minha trajetória profissional.

Durante este período, no turno da madrugada, atuei lidando essencialmente com os flagrantes de violência doméstica. Os horrores vivenciados e contados pelas mulheres que procuravam a CMB para denunciar seus agressores, reforçavam em mim a determinação e a necessidade de continuar o trabalho focado na quebra do ciclo de violência, visando a sua reabilitação integral e fortalecimento da autoestima de cada uma delas.

O acolhimento e a escuta humanizada se dirigiam a todas as mulheres, de diferentes origens e contextos sociais – brancas, pretas, pardas, indígenas, ribeirinhas – de várias cidades e municípios de Mato Grosso do Sul, evidenciando que a violência doméstica não distingue cor ou status social. Esta experiência me proporcionou uma visão mais ampla da dinâmica e dos desafios enfrentados pelas mulheres em nosso país, principalmente no que se refere às questões de gênero.

Neste sentido, ter contato com as culturas do Mato Grosso do Sul me proporcionou novos olhares, um crescente interesse e curiosidade também pela vida de mulheres de comunidades tradicionais e ribeirinhas do Pantanal. A vontade de conhecer mais sobre quem são e sobre suas vivências levou-me a refletir inicialmente sobre a minha própria herança cultural e familiar, especialmente ao pensar em minha avó Leonides, uma indígena ribeirinha que passou sua infância e adolescência na Ilha de Marajó, antes de se casar e mudar para a cidade de Belém-PA. Minha avó ocupa um lugar especial em minhas memórias, não apenas por sua presença carinhosa durante as férias de fim de ano quando me visitava no Rio de Janeiro, mas também pelos valiosos conhecimentos tradicionais que ela sempre transmitia.

Uma lembrança que sempre me acompanhou foi a forma como minha avó curava minhas inflamações de garganta com Óleo de Copaíba. Ela enrolava o dedo indicador em algodão e molhava no óleo, e então passava em minha garganta removendo as placas de infecção, resultando em uma cura “quase imediata”. Hoje compreendo melhor o valor desse conhecimento tradicional e sinto orgulho das minhas raízes. Neste sentido, a simbologia desse reconhecimento, de alguma forma, me motiva a investigar e documentar as histórias e conhecimentos dessas mulheres, não apenas como uma forma de preservação histórica e cultural, mas também como um meio de empoderamento e valorização das suas contribuições para as suas comunidades e para a sociedade.

Ainda seguindo as minhas raízes, o amor pela natureza e o interesse por questões ambientais sempre estiveram presentes dentre as minhas áreas de interesse. Sendo assim, a oportunidade de conhecer e estudar as vivências das mulheres do Pantanal, especialmente em meio a desastres ambientais, torna-se um tema extremamente motivador para a realização desta

pesquisa e espero contribuir para o conhecimento e valorização de suas práticas e lutas por melhores condições de vida e para a sustentabilidade do meio ambiente.

E por fim, penso na importância de ressaltar a carência de profissionais da Psicologia que estejam engajados na interface entre comportamento humano e questões ambientais e climáticas. Dada a relevância crescente desse tema, especialmente nos últimos anos, em que as mudanças climáticas têm impactado de forma expressiva a vida das pessoas no Brasil e no mundo. A atuação dos psicólogos em contextos ambientais e comunitários torna-se cada vez mais relevante para compreender e mitigar os efeitos psicossociais dos desastres ambientais e climáticos.

Contudo, observe-se que essa relevância ainda não se reflete de forma adequada na formação dos profissionais da área, pois disciplinas como Psicologia Ambiental e Comunitária estão ausentes em grande parte das séries curriculares das universidades brasileiras. A inclusão dessas disciplinas seria essencial para capacitar psicólogos a atuarem de maneira integrada nas dimensões social, comunitária e ambiental, promovendo a formação de profissionais mais integrados e comprometidos com as questões socioambientais que impactam a qualidade de vida das populações.

2 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, os desastres ambientais e as mudanças climáticas têm se intensificado em escala global, afetando ecossistemas, biodiversidade e modos de vida das populações tradicionais e ribeirinhas em áreas vulneráveis. No Brasil, uma das regiões mais impactadas é o Pantanal Sul-mato-grossense, considerado um dos maiores e mais ricos biomas úmidos do mundo, cujas características naturais únicas são essenciais para a preservação da biodiversidade e para a manutenção da cultura e dos meios de subsistência das comunidades locais.

No entanto, a exploração mineral, as queimadas e a intensificação de secas têm agravado significativamente as condições de vida e segurança ambiental, especialmente das mulheres pantaneiras, que desempenham um papel crucial na gestão dos recursos naturais e na preservação dos saberes tradicionais e práticas ecológicas (RODRIGUES, 2020; SILVA 2021). Esse cenário de desastres ambientais e vulnerabilidade social coloca em evidência as condições de vida das mulheres que habitam o Pantanal, bem como as especificidades de suas vivências e contribuições para a sustentabilidade ambiental e o desenvolvimento local.

A extração do minério, realizada de maneira intensiva e com poucos cuidados ambientais, tem provocado uma série de consequências deletérias para o ecossistema local, incluindo a poluição dos recursos hídricos, a degradação do solo e a perda de biodiversidade. Além disso, a manipulação ambiental resultante dessas atividades afeta diretamente a qualidade de vida dos moradores das regiões afetadas, exacerbando os problemas de saúde e vulnerabilidade social (BRIDGE, 2010, P. 211).

As mulheres pantaneiras possuem um conhecimento profundo dos ciclos naturais, das práticas de coleta e manejo de recursos, e atuam na defesa de seus territórios frente à gestão ambiental. Por meio de práticas e saberes ecológicos transmitidos por gerações, essas mulheres articulam estratégias de resistência que contribuem para a sustentabilidade ambiental e possibilitam a sobrevivência econômica de suas comunidades (ALMEIDA, 2019).

Neste contexto, a presente pesquisa tem como objetivo principal conhecer as vivências das mulheres de comunidades tradicionais e ribeirinhas do Pantanal Sul-mato-grossense no cenário dos desastres ambientais e climáticos, buscando compreender suas percepções, saberes e desafios no contexto das questões ambientais locais. Para alcançar o objetivo geral, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: demonstrar o perfil das mulheres e comunidades por meio do Questionário Sociodemográfico Ocupacional e de Saúde e da Observação Participante, descrevendo as condições de vida, trabalho e saúde das mulheres pantaneiras, fornecendo um panorama das variáveis sociodemográficas e ocupacionais que compõem essas comunidades. Através da Entrevista Semiestruturada e da Roda de Conversa, compreender as percepções sobre qualidade de vida, como as questões climáticas e ambientais impactam suas vivências, questões ligadas ao feminino e as relações de gênero nas comunidades, permitindo o entendimento sobre como esses elementos influenciam suas experiências diárias e moldam suas interações sociais, familiares e de trabalho.

Com este estudo, objetiva-se evidenciar as contribuições essenciais das mulheres para a sustentabilidade ambiental e meios de subsistência, destacando a valorização dos seus saberes e práticas ecológicas. Ao documentar essas contribuições, a pesquisa pretende enfatizar a importância do papel feminino na gestão e conservação dos recursos naturais locais.

O engajamento das mulheres pantaneiras tem se revelado um diferencial para a promoção da sustentabilidade ambiental, além de suas articulações em movimentos sociais e comunitários no bioma Pantanal. O envolvimento feminino contribui significativamente para a valorização e o fortalecimento da cultura e das práticas típicas das comunidades ribeirinhas e tradicionais que habitam essa região. De acordo com Leach & Tadros (2020), o empoderamento

das mulheres não apenas melhora sua posição econômica, mas também reforça a coesão social e promove práticas sustentáveis que são essenciais para a preservação ambiental.

Portanto, o termo “resiliência feminina” pode ser entendido como a capacidade das mulheres de superar, adaptar-se e prosperar frente às adversidades, mantendo sua identidade, valores e capacidade de ação. Nesse contexto estão envolvidos processos psicossociais que são influenciados por fatores culturais, sociais, econômicos e ambientais, tornando-se um conceito valioso para estudos relacionados a contextos de vulnerabilidade e resistência, especialmente em comunidades que enfrentam problemáticas ambientais, como no caso do Pantanal Sul-Mato-Grossense.

A resiliência feminina é um conceito amplamente discutido em diversas áreas da Psicologia, incluindo a Psicologia Ambiental, Comunitária e o Ecofeminismo. Em termos gerais, refere-se à capacidade de um indivíduo ou grupo de se adaptar, superar adversidades e manter-se funcional após eventos traumáticos ou estressantes. Quando aplicada às experiências das mulheres, esse conceito adquire uma profundidade adicional, considerando as particularidades das opressões de gênero, desigualdades sociais e desafios ambientais que elas enfrentam. De acordo com Gómez & Yoshikawa (2021), a resiliência em mulheres dentro de ambientes comunitários é significativamente influenciada pela eficácia coletiva e por iniciativas impulsionadas pela comunidade, que as capacitam a desafiar e superar adversidades.

A perspectiva de gênero é essencial para entender a resiliência feminina. Estudos ecofeministas sugerem que as mulheres, especialmente em contextos rurais e tradicionais, estão em uma posição para lidar com os desafios ambientais, pois seu papel na manutenção das práticas cotidianas de cuidado com a terra, os recursos e a família como coloca na linha de frente aos desastres ambientais. Segundo Shiva, essas mulheres carregam o "conhecimento invisível" que é essencial para práticas de conservação e sustentabilidade, sendo a resiliência feminina uma expressão de resistência e de gestão ativa dos ecossistemas dos quais dependem para garantir a continuidade de suas comunidades (Shiva, 2016).

De acordo com Ungar (2018, p. 38), "a resiliência deve ser entendida como um fenômeno culturalmente mediado e socialmente distribuído, em que redes de apoio comunitário e laços familiares desempenham um papel fundamental na superação dos desafios enfrentados por grupos em contextos de adversidade". Nesse sentido, ela é moldada tanto pela capacidade de adaptação aos desastres ecológicos quanto pela forma como elas conseguem transformar as relações de poder e o gênero que as cercam. Portanto, a resiliência de gênero que essas mulheres demonstram é resultado da interseção entre suas identidades de gênero, os desafios ambientais

que enfrentam e a capacidade de mobilizar seus saberes e práticas tradicionais para enfrentar as adversidades de forma eficaz.

Historicamente, as mulheres pantaneiras têm sido as principais responsáveis pela gestão dos recursos naturais, pela agricultura de subsistência, e pelo cuidado das famílias e da comunidade. A “ecologia do cuidado” reflete uma interconexão profunda entre o cuidado com a terra, os recursos naturais e a vida comunitária (Shiva, 2016, p.112). No entanto, desastres ambientais e climáticos recorrentes, como as queimadas e secas, impõem desafios significativos a essas práticas, ameaçando tanto o meio ambiente quanto a coesão social das comunidades.

As mulheres da região do Pantanal desempenham papéis fundamentais na sustentação de suas famílias e comunidades, não apenas em termos econômicos, mas também no cuidado com a terra e os recursos naturais. Segundo Walker e Salt (2012), a resiliência ecológica e a resiliência social estão intrinsecamente conectadas, e as práticas sustentáveis das mulheres nessas regiões são exemplos de como o conhecimento local e os laços comunitários fortalecem sua capacidade de enfrentar desastres ambientais, climáticos e sociais.

Neste contexto, as mulheres pantaneiras desempenham um papel importante em suas comunidades participando ativamente de atividades como a pesca artesanal, a coleta de frutos nativos, agricultura familiar de subsistência e a produção de artesanato, todas oriundas dos saberes típicos regionais e de suas tradições, além do manejo sustentável dos recursos naturais disponíveis. De acordo com Clement et al. (2019), a coleta de frutos como bocaiuva e buriti em comunidades tradicionais é realizada de maneira sustentável, garantindo a regeneração das plantas e contribuindo diretamente para a preservação da biodiversidade local.

Na agricultura familiar, as mulheres adotam práticas sustentáveis, como a rotação de culturas e o uso de compostagem, que reduz a dependência de fertilizantes químicos, mantém a fertilidade do solo e evita o desmatamento. Essas práticas são fundamentais para garantir a segurança alimentar e a sustentabilidade econômica das famílias (ALTIERI & NICHOLLS, 2018).

Segundo Begossi (2019, p.34), a pesca artesanal em comunidades tradicionais vai além de prover alimento e renda, “é uma prática enraizada em saberes ecológicos que promovem a sustentabilidade, respeitando os ciclos reprodutivos das espécies e garantindo a manutenção dos estoques pesqueiros”.

De acordo com Berkes (2018), os sistemas de crenças, valores e práticas das comunidades tradicionais incluem conhecimentos ecológicos enraizados, que são transmitidos

através das gerações e refletem um entendimento sofisticado do manejo sustentável dos recursos naturais e da organização social comunitária.

Para Little (2014), o território, para esses grupos comunitários, vai muito além do valor econômico. Ele é parte essencial da identidade cultural e espiritual, sendo o espaço onde se desenvolvem práticas de subsistência e onde se mantêm os costumes e tradições transmitidos de geração em geração. Neste sentido, trata-se de grupos sociais que possuem uma forte relação com seu território, onde desenvolvem modos de vida, culturas e sistemas de organização próprios, baseados em conhecimentos, práticas e saberes transmitidos ao longo do tempo.

As mulheres pantaneiras atuam como líderes na defesa e promoção de direitos em suas comunidades. Além de suas contribuições para a sustentabilidade ambiental e econômica, elas se destacam na busca pelo acesso a direitos essenciais, como educação, saúde, saneamento básico e políticas públicas. Seu envolvimento em questões sociais e políticas é essencial para o desenvolvimento regional e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, promovendo melhores condições de vida para todos os membros da comunidade (CORNWALL, 2016).

A participação em movimentos sociais e organizações comunitárias tem sido um elemento central na promoção de mudanças sociais significativas. Segundo a teoria feminista de participação política, ao se engajarem ativamente em processos de tomada de decisão e na defesa de direitos, as mulheres contribuem para transformar as estruturas sociais e políticas que historicamente marginalizam suas comunidades (ACKERLY & TRUE, 2020). No contexto do Pantanal, essa participação é manifestada através de sua atuação em associações de moradores, cooperativas, e movimentos sociais em busca de melhores condições de vida.

O engajamento das mulheres em movimentos sociais fortalece a coesão social dentro das suas comunidades e representa uma força motriz para a promoção de políticas públicas inclusivas. A ação coletiva feminina contribui para a construção de uma sociedade onde a justiça social e a equidade de gênero são pilares do desenvolvimento sustentável, criando condições para que todos os membros da comunidade possam prosperar (CORNWALL & RIVAS, 2015).

A luta pelo acesso à educação para seus filhos reúne a força feminina nas comunidades. As mulheres têm promovido movimentos juntos às autoridades a fim de requerer escolas de alfabetização e educação básica, reconhecendo que a educação é um direito fundamental e um caminho para o empoderamento social e econômico (FREIRE, 1970). De forma semelhante, elas têm atuado na promoção do direito à saúde, exigindo melhores condições de atendimento e acesso a serviços médicos, muitas vezes ausentes ou insuficientes nessas regiões remotas.

No âmbito do saneamento básico, as mulheres são perseverantes na mobilização por infraestruturas que possam garantir condições dignas de vida, enfrentando desafios como a escassez de água potável e a ausência de tratamento adequado de resíduos. Essa atuação é essencial para promover a dignidade humana e reduzir desigualdades, contribuindo diretamente para a melhoria da saúde pública (MEHTA ET AL., 2019).

A organização feminina em comunidades do Pantanal fortalece ainda as redes de apoio e solidariedade, contribuindo significativamente para a coesão social e resiliência. O capital social gerado por essas redes de solidariedade, fundado na confiança mútua e cooperação, permite que as comunidades enfrentem adversidades com maior eficiência e coesão (ALDRICH, 2019).

A economia solidária, promovida pelas redes comunitárias, baseia-se na cooperação em vez da competição, reforçando a autonomia e a capacidade de autogestão das comunidades. Esses princípios colaborativos são fundamentais para a construção de uma economia que privilegia o bem-estar coletivo e a sustentabilidade social (SINGER, 2018). Por meio das cooperativas, as mulheres conseguem não apenas melhorar suas condições econômicas, mas também influenciar as práticas de manejo sustentável dos recursos naturais, garantindo que esses sejam utilizados de forma que respeite o equilíbrio ecológico do bioma.

A Psicologia Ambiental (PA), que fundamenta teoricamente esta pesquisa, explora as interações entre os indivíduos e seus ambientes físicos e sociais. Seu foco é entender como os ambientes influenciam o comportamento humano e, reciprocamente, como as ações humanas modificam e impactam esses espaços (Gifford, 2014). Neste estudo, esta abordagem buscou compreender como as mulheres percebem e interagem com o ambiente em colapso, desenvolvendo estratégias de resiliência e adaptação. Tal abordagem permite observar não apenas os desafios enfrentados, mas também as iniciativas locais de resistência e transformação, centradas na sustentabilidade e no apoio comunitário.

Neste sentido, as vozes dessas mulheres podem revelar padrões e vivências relevantes que podem orientar futuras intervenções e políticas públicas externas para o desenvolvimento sustentável e a promoção de equidade. As comunidades de Antônio Maria Coelho e Porto Esperança são profundamente impactadas por problemas ambientais, amplificadas não apenas por fatores naturais, mas também pela exploração indiscriminada de recursos, como o minério de ferro e o carvão.

A Psicologia Comunitária (PC), que fundamentará este estudo, foca na interação entre indivíduos e suas comunidades, priorizando práticas de intervenção, empoderamento

comunitário, participação social e promoção do bem-estar coletivo (KLOOS, 2012). Sendo assim, seus princípios oferecem uma base teórica sólida para compreender como as comunidades enfrentam e respondem coletivamente a desastres ambientais e climáticos, analisando suas vivências, as dinâmicas de poder internas e as estratégias de resiliência adotadas.

O conceito de empoderamento na perspectiva da Psicologia Comunitária, refere-se ao processo pelo qual indivíduos e grupos comunitários ganham maior controle sobre suas vidas e os recursos necessários para alcançar seus objetivos. Esse processo envolve tanto o aumento da autoestima individual quanto a capacidade coletiva de influenciar o contexto social e político em que a comunidade está inserida (ZIMMERMAN, 2020).

Os pressupostos gerais do Ecofeminismo que contribuirão para o entendimento e análise desta pesquisa, elucidam esta corrente teórica e prática que conecta as lutas feministas com as questões ecológicas, argumentando que as opressões de gênero, raça e classe estão interligadas com a exploração ambiental, apresenta subsídios para compreender como as mulheres são afetadas pelos desastres ambientais e climáticos e como atuam na defesa de seus direitos e do meio ambiente.

O Ecofeminismo Contemporâneo (EC) enfatiza a importância da ação coletiva e da resistência feminista como formas de enfrentar as opressões interligadas e promover mudanças sociais e ambientais. A transformação das relações de poder que sustentam tanto a opressão das mulheres quanto a degradação ambiental só pode ser alcançada através da organização e mobilização coletiva (GAARD, 2015).

Segundo Ziolkowski (2019) as mulheres das comunidades locais do Pantanal lutam por sua autonomia econômica desempenhando uma série de trabalhos árduos e que são duramente afetados pelas queimadas, pela seca dos rios, pelo desmatamento e, por isso, unem esforços para reivindicar políticas ambientais e sociais, para denunciar irregularidades e exigir respeito pelo ambiente que preservam.

Na América Latina, os frequentes conflitos ambientais e as resistências comunitárias resultam em experiências que destacam a participação de atores sociais, tanto individuais quanto coletivos, que nem sempre são reconhecidos como "ambientalistas", mas que desempenham um papel estratégico na sustentabilidade dos territórios (SVAMPA, 2012). Entre esses atores, destacam-se as mulheres, cuja existência "invisível" se torna presente e permanente diante dos processos que ameaçam a manutenção da vida em suas mais diversas formas (SHIVA, 1993).

Na compreensão de Kheel (2019), uma ética do cuidado ecofeminista entende que a destruição da natureza externa está conectada com a destruição da natureza interna do ser humano. Por isso, da mesma forma que ambientalistas estão recuperando as paisagens devastadas, nós precisamos regenerar nossas ‘paisagens’ internas, incluindo nossa capacidade de empatia pelos outros animais (KHEEL, 2019). Para construir uma ecologia do cuidado, é necessário que o ser humano remova fatores mentais que o impossibilitam de fazer florescer a capacidade de empatia, que permite transformar as interações com o mundo natural, aproximando-nos de um mundo de paz e não violência para todos os seres vivos (KHEEL, 2019).

3 OBJETIVOS E ESTRUTURAÇÃO DA PESQUISA

3.1. OBJETIVO GERAL

Esta pesquisa tem como principal objetivo conhecer as vivências das mulheres de comunidades tradicionais e ribeirinhas do Pantanal Sul-mato-grossense no cenário dos desastres ambientais e climáticos.

3.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Os objetivos específicos desta pesquisa visam:

- Demonstrar o perfil das mulheres e comunidades através do Questionário Sociodemográfico Ocupacional e de Saúde e por meio da Observação Participante.
- Através da Entrevista Semiestruturada e Roda de Conversa, conhecer suas percepções sobre qualidade de vida, sobre o feminino e a relação com os homens no contexto das comunidades.
- Evidenciar as colaborações essenciais das mulheres pantaneiras para a sustentabilidade ambiental e meios de subsistência.
- Destacar a valoração dos seus saberes e práticas ecológicas.
- Abordar as questões de gênero nas comunidades.

3.3. ESTRUTURAÇÃO DA PESQUISA

A pesquisa estruturou-se em dois momentos: no ano de 2023, a primeira etapa caracterizada pela imersão nas comunidades, que se utilizou da observação participante, onde a pesquisadora inseriu-se no cotidiano das mulheres em suas comunidades. Os dados observados foram estruturados através de um Relato de Experiência. De acordo com Minayo (2010, p. 15), essa modalidade de pesquisa tem como foco "a interpretação de práticas e vivências, considerando as condições em que ocorreram e os significados atribuídos pelos envolvidos". Dessa forma, o relato de experiência permite que o conhecimento adquirido por meio da prática seja sistematizado e compartilhado, contribuindo para o avanço do conhecimento científico.

Neste primeiro momento, foi utilizado o método de Observação Participante, que envolveu a inserção do pesquisador em atividades cotidianas, com o objetivo de estudar aspectos específicos através da observação direta dos eventos em seus contextos naturais (GIVEN, 2008). Nesse processo, os dados são produzidos a partir da observação do cotidiano das pessoas em estudo, engajando-se em interações e conversas que permitem descobrir as interpretações dos participantes sobre as situações vivenciadas. Essa abordagem é particularmente eficaz para investigar fenômenos sociais pouco conhecidos, onde o comportamento de interesse não é facilmente observável em espaços públicos. Desse modo, os pesquisadores buscam compreender o fenômeno através da observação direta ou mediante uma participação nas atividades da comunidade, grupo ou contexto estudado (GIVEN, 2008).

A segunda etapa da pesquisa, no ano de 2024, caracterizou-se pela aplicação do Questionário Sociodemográfico Ocupacional e de Saúde, Entrevista Semiestruturada e Roda de Conversa.

O planejamento desta pesquisa começou em março de 2023. Nas etapas iniciais de reflexão sobre os passos necessários para o desenvolvimento do trabalho, a pesquisadora realizou uma busca preliminar na internet e em redes sociais, com o objetivo de identificar informações sobre as comunidades rurais, tradicionais e ribeirinhas do Pantanal. O foco foi direcionado às mulheres dessas comunidades e às possíveis estratégias de acesso a esses locais. Neste sentido, nas fases iniciais de planejamento de uma pesquisa, é fundamental realizar uma investigação preliminar, utilizando recursos como a internet e as redes sociais, para mapear as características e os desafios de acesso às comunidades-alvo, especialmente em contextos rurais e tradicionais (BLAIKIE & PRIESTLEY, 2019).

A primeira questão que emergiu foi a necessidade de obter autorização para ingressar nas comunidades, semelhante ao processo exigido em comunidades indígenas. Ao verificar que tal permissão não era necessária, a pesquisadora considerou isso como um "obstáculo a menos" no desenvolvimento da pesquisa.

Subsequentemente, surgiram questionamentos sobre quais comunidades deveriam ser selecionadas como foco da pesquisa, quem seriam os contatos-chave nesses locais, como estabelecer um primeiro contato e iniciar esse processo de inserção. Diante dessas questões, surgiu a ideia de identificar ONGs ou projetos governamentais já atuantes nessas áreas e com esses grupos de mulheres, como possíveis pontos de apoio e conexão. Neste sentido, "a seleção criteriosa das comunidades-alvo e a identificação de contatos-chave são passos fundamentais no planejamento de uma pesquisa de campo. Estabelecer parcerias com ONGs ou projetos governamentais existentes pode facilitar a inserção do pesquisador e o desenvolvimento do estudo (FLICK, 2018).

Assim, em 21 de março de 2023, foi realizado o primeiro contato com a ONG Ecoa, por meio de um e-mail no qual a pesquisadora se apresentou, expôs brevemente os objetivos da pesquisa e solicitou permissão para visitar a sede da organização. A escolha da Ecoa se baseou na relevância dos projetos que a ONG desenvolve com mulheres das comunidades do Pantanal, focados no desenvolvimento econômico e no empoderamento desses grupos. Sendo assim, estabelecer parcerias com organizações não governamentais que já atuam nas áreas de interesse pode ser uma estratégia eficaz para o desenvolvimento de pesquisas de campo, especialmente quando essas organizações estão envolvidas em projetos que se alinham aos objetivos do estudo (BRYMAN, 2016).

Em 25 de março, a socióloga da Ecoa respondeu ao contato, convidando a pesquisadora para um café na sede da ONG. Durante a conversa, que se estendeu por quase duas horas, foram apresentados os projetos já realizados pela Ecoa com as mulheres pantaneiras, incluindo catálogos e informativos detalhando as frentes de trabalho e as organizações de mulheres envolvidas em Associações de Mulheres Produtoras e Extrativistas. A pesquisadora, ao expor sua proposta de pesquisa de mestrado, inicialmente intitulada "Ecofeminismo: A Qualidade de Vida de Mulheres do Pantanal Sul-Mato-Grossense no Cenário das Problemáticas Ambientais", recebeu apoio imediato da ONG, que se prontificou a intermediar o primeiro contato com as comunidades. Nessa vertente, parcerias entre pesquisadores e ONGs locais são frequentemente fundamentais para facilitar o acesso às comunidades e garantir a relevância e a aplicabilidade da pesquisa, especialmente em contextos sociais complexos (SMITH, 2008).

Naquele momento, tornou-se essencial definir quais comunidades seriam prioritárias para o estabelecimento de contato. Inicialmente, a pesquisadora considerou duas comunidades, mas, após ouvir uma breve descrição sobre esses grupos de mulheres, seu interesse e motivação aumentaram substancialmente. Como resultado, foi solicitado que quatro comunidades fossem notificadas sobre o contato da pesquisadora para o agendamento de uma visita: Comunidade Antônio Maria Coelho, Porto Esperança, Porto da Manga e APA Baía Negra. Nessa perspectiva, a seleção das comunidades-alvo em uma pesquisa de campo deve ser realizada com cuidado, levando em consideração tanto os interesses iniciais do pesquisador quanto as informações emergentes que possam ampliar o escopo e a profundidade da investigação (YIN, 2014).

Com os contatos das mulheres de cada comunidade, a pesquisadora utilizou o WhatsApp para agendar, de forma prévia, o dia e horário mais conveniente para a primeira visita. Ao sinalizarem que o próximo feriado seria um período viável para todas, o desafio passou a ser visitar as quatro comunidades durante os três dias de feriado.

Assim, iniciou-se o planejamento da primeira imersão nas comunidades durante o feriado da Semana Santa, de 6 a 8 de abril de 2023. A pesquisadora rapidamente se organizou para se adaptar às condições das mulheres locais e a outras questões logísticas essenciais. Foram realizadas pesquisas detalhadas sobre as condições climáticas para o período, rotas e acessos às comunidades, além de acomodações e opções de alimentação. Na região de Corumbá, que seria o ponto central ideal para acesso às comunidades, não havia disponibilidade de hospedagem devido ao feriado e à alta temporada de pesca. Diante disso, a única alternativa foi se hospedar em Miranda, localizada a cerca de 210 km de Corumbá-MS. Esse cenário evidencia que planejar uma pesquisa de campo exige não apenas preparação acadêmica, mas também uma logística específica, incluindo organização de acomodação, transporte e adaptação às condições locais, especialmente em áreas remotas ou em períodos de alta demanda.

4 MÉTODO

4.1. CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO

Trata-se de uma pesquisa caracterizada pelos métodos de procedimentos descritivo e observacional participante, com enfoque metodológico qualitativo.

A pesquisa qualitativa é de grande relevância na compreensão profunda dos fenômenos sociais, pois permite explorar as percepções, experiências e significados atribuídos pelos participantes em seus contextos específicos. Essa abordagem é especialmente valiosa em estudos que buscam captar a complexidade das interações humanas e as nuances culturais e sociais que não podem ser facilmente quantificadas. De acordo com Creswell & Poth, (2018), a pesquisa qualitativa é essencial para a compreensão dos contextos sociais e culturais, pois permite aos pesquisadores explorar as percepções e experiências dos participantes em profundidade, oferecendo insights que são essenciais para a formulação de políticas e práticas informadas.

Quanto ao método de procedimento descritivo desta pesquisa, se refere a uma técnica de pesquisa que tem como objetivo descrever precisamente eventos, comportamentos, fenômenos ou situações, sem recorrer a explicações teóricas ou causais. Para Gil (2008), neste tipo de procedimento, o pesquisador busca identificar os traços e características do objeto de estudo, utilizando-se de técnicas como a observação sistemática, entrevistas, questionários e análise de documentos. Outros autores que abordam o método de procedimento descritivo são Marconi e Lakatos (2010), que destacam a importância de se adotar uma abordagem sistemática e objetiva para a observação e registro dos dados, visando garantir a validade e a confiabilidade dos resultados.

O método observacional participante é uma técnica de pesquisa qualitativa que envolve o pesquisador no ambiente ou grupo que está sendo estudado, participando das atividades cotidianas das pessoas ao mesmo tempo em que as observa. O objetivo é compreender as práticas, crenças, e dinâmicas sociais do grupo a partir de uma perspectiva interna. Sendo assim, se estabelece um duplo papel desempenhado pelo pesquisador, que atua tanto como observador quanto como participante. Isso permite uma compreensão mais profunda e contextualizada dos fenômenos estudados. De acordo com DeWalt & DeWalt (2011), a observação participante envolve a imersão ativa do pesquisador no contexto social em estudo, permitindo-lhe não apenas coletar dados sistematicamente, mas também captar nuances e significados que poderiam ser perdidos em métodos de pesquisa mais distantes, como entrevistas ou questionários.

Desse modo, a interação direta da pesquisadora com as mulheres no ambiente comunitário foi essencial para o desenvolvimento desta pesquisa, pois possibilitou uma compreensão aprofundada das dinâmicas sociais, culturais e econômicas que permeiam suas vivências cotidianas. Demonstrou-se relevante também para o estabelecimento de uma relação de

confiança, fundamental para a obtenção das narrativas espontâneas, enriquecendo assim, a qualidade e a profundidade dos dados obtidos.

4.2. PARTICIPANTES

A população estudada nesta pesquisa envolveu mulheres acima de dezoito anos, integrantes de quatro comunidades tradicionais e ribeirinhas localizadas na região de Corumbá, em Mato Grosso do Sul, sendo elas: Comunidade Ribeirinha Porto da Manga, Comunidade Tradicional e Ribeirinha Porto Esperança, Comunidade Tradicional Antônio Maria Coelho e Comunidade Ribeirinha da APA Baía Negra, situada em Ladário-MS.

A segunda etapa desta pesquisa contou com 11 mulheres das comunidades de Antônio Maria Coelho e Porto Esperança, para a produção dos dados.

4.3. CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO

A pesquisa não foi aplicada mulheres portadoras de doença mental e de comunidades indígenas.

5 PROCEDIMENTOS GERAIS

5.1. DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

Este estudo foi conduzido na região do Pantanal de Mato Grosso do Sul, abrangendo as comunidades tradicionais e ribeirinhas de Antônio Maria Coelho e Porto Esperança, onde reside a população de interesse: mulheres pantaneiras com idades acima de 18 anos. A escolha dessa população se justifica pela importância de conhecer as especificidades das vivências de mulheres do Pantanal no cenário dos desastres ambientais e climáticos, para promoção de saúde e melhores condições de vida.

5.2. LOCAL DE PRODUÇÃO DE DADOS

A primeira etapa da pesquisa e também a primeira visita nas comunidades durou cerca de 4 a 5 horas, sempre no período vespertino, previamente agendada. Em todas as comunidades

foi possível caminhar e conhecer o entorno da vizinhança, ouvir histórias locais e, em algumas, realizar atividades cotidianas como ir até o local de coleta de iscas vivas de barco e verificar a atividade no momento em que está acontecendo, visitar um morador da comunidade que vive “ilhado” em consequência das cheias, coletar as Laranjinhas-de-Pacu, passear de barco fazendo uma verificação da região e ir colhendo o lixo deixado nos rios pelos pescadores turistas, fazer trilhas, verificar o rio que ficou assoreado devido a exploração irregular de minério, seguir pelas linhas de trem até chegar no maquinário que separa o minério e o coloca nos vagões para transporte e visitar uma anciã de aproximadamente 102 anos (de acordo com os relatos) ou simplesmente sentar embaixo de uma grande árvore e ficar observando o movimento das pessoas circulando na comunidade.

Para a segunda etapa da pesquisa, inicialmente, visando uma melhor comunicação para que todas as mulheres dentro dos critérios fossem convidadas, foi elaborado pela pesquisadora um convite eletrônico contendo o dia, o local, o horário e motivo da reunião. Uma representante da comunidade ficou responsável para divulgar e enviar para todas as mulheres, pois possuem alguns grupos comuns de WhatsApp.

A segunda etapa envolveu 11 mulheres das comunidades de Antônio Maria Coelho e Porto Esperança, com agendamento prévio para a aplicação da pesquisa, de acordo com a disponibilidade das mulheres. Na Comunidade Tradicional Antônio Maria Coelho, a produção dos dados ocorreu na Sede da comunidade, uma peça com quatro ambientes (um banheiro, uma cozinha que abrigava o material recebido para a produção dos derivados da Bocaiúva, uma pequena sala e uma varanda bem grande, que foi o local escolhido por elas para o encontro, seguindo as orientações prévias da pesquisadora quanto ao barulho, calor, insetos, mobiliário adequado, ser reservado, limpo, cuidados gerais com o local visando mínimo conforto e condições favoráveis para responderem a pesquisa. Quando a pesquisadora chegou no local, duas mulheres estavam terminando de lavar a varanda e a mesma também ajudou a secar o piso e arrumar as cadeiras.

Na Comunidade Tradicional e Ribeirinha Porto Esperança, o local escolhido para reunir as mulheres foi a escola, que fica na região central da comunidade e que também foi apontado por elas como apropriada para responderem a pesquisa, respeitando as mesmas orientações descritas acima, na comunidade anterior.

5.3. INSTRUMENTOS DA PESQUISA

Inicialmente, a escolha dos instrumentos (Anexo 1 e 2) de pesquisa foi orientada por uma abordagem mista, contemplando tanto métodos quantitativos quanto qualitativos. Nesse sentido, foram selecionados instrumentos como o Whoqol-bref (Qualidade de Vida), o Questionário Sociodemográfico, Ocupacional e de Saúde (para traçar o perfil das mulheres e das comunidades) e a Entrevista Semiestruturada, para obtenção de dados sobre a qualidade de vida das participantes, suas percepções sobre o feminino, as relações de gênero no contexto comunitário e suas experiências relacionadas à vida nas comunidades.

Porém, a pesquisa demonstrou ter seus próprios caminhos. Desde o primeiro contato com as mulheres em suas comunidades, notou-se que, uma vez transposta a barreira inicial de uma certa “desconfiança”, sendo então a pesquisadora acolhida pelas participantes, demonstrou-se que o contar das vivências se tornou natural, espontâneo e muitas vezes profundo. Foi possível inclusive ouvir histórias íntimas, ora trágicas e ora cheias de humor.

Na segunda etapa, as participantes preencheram todos os instrumentos pré-escolhidos, no entanto, houve dificuldades na compreensão do que responder nas facetas do Whoqol-bref, instrumento tido como “universal” para obtenção de dados sobre a qualidade de vida, mais especificamente na escolha das respostas: “nada”, “muito pouco”, “médio”, “muito”, “completamente”.

Mesmo inicialmente sendo explicado todos os instrumentos, durante a aplicação houve alguns comentários como: “Esse é chatinho!”; “Não sei quando colocar “muito” ou “completamente”; “Não sei se coloco “médio” ou “muito pouco”; “Ah, já nem sei mais o que colocar, minha cabeça tá embaralhada”.

Ao tentar interpretar as respostas verificou-se que várias questões foram invalidadas por terem sido marcadas duas respostas para uma mesma questão.

Não houve problemas em relação ao Questionário Sociodemográfico Ocupacional e de Saúde durante o seu preenchimento. As participantes relataram gostar mais de responder as questões marcando “x” do que escrevendo, como na Entrevista Semiestruturada, que em muitos momentos não refletiu a riqueza das narrativas da primeira etapa deste estudo.

Neste panorama, foi lembrada a experiência da primeira etapa onde a comunicação oral demonstrou ser mais efetiva que a escrita daquele momento, e então a mestrandia decidiu realizar uma Roda de Conversa, abordando as questões da Entrevista Semiestruturada, aprofundando os elementos e inclusive ampliando para outras questões que desejaram falar.

De acordo com Minayo (2010), o uso de questionários em estudos qualitativos e quantitativos é uma metodologia consolidada para a produção de dados que oferece uma visão detalhada das condições de vida dos participantes. Além disso, a análise sociodemográfica é crucial para a compreensão dos determinantes sociais da saúde, como destacam Buss e Pellegrini (2007), que argumentam que as condições socioeconômicas e culturais influenciam diretamente a saúde das populações, especialmente em contextos vulneráveis.

A entrevista semiestruturada é uma metodologia qualitativa que se destaca em pesquisas exploratórias por sua capacidade de captar a profundidade das percepções e experiências dos participantes. Conforme aponta Bryman (2012), essa técnica é especialmente útil quando se busca compreender os significados que os indivíduos atribuem a determinados fenômenos, permitindo ao pesquisador explorar temas predefinidos ao mesmo tempo em que se mantém aberto a novos insights que possam emergir durante a conversa. No contexto desta pesquisa, a entrevista semiestruturada foi importante para acessar as percepções das mulheres sobre questões de gênero, relações de poder com os homens, e os impactos dos desastres ambientais e climáticos do Pantanal em sua qualidade de vida.

A Roda de Conversa foi mais um instrumento utilizado nesta pesquisa, visando a participação coletiva na discussão sobre as temáticas estabelecidas e as que eventualmente surgiram, onde priorizou-se o diálogo, as formas de se expressar, o ato de ouvir o outro e a si mesmo por meio de exercícios reflexivos, a partir das percepções e vivências pessoais de cada mulher, com o objetivo de acrescentar e enriquecer os conteúdos abordados nos instrumentos anteriores. A estrutura horizontal da roda de conversa promove a inclusão e o empoderamento dos participantes, valorizando suas vozes e experiências (CORNWALL, 2016).

Os dados produzidos por meio da Observação Participante, envolveu a inserção do pesquisador em atividades cotidianas de uma determinada área da vida social, com o objetivo de estudar aspectos específicos dessa vida através da observação direta dos eventos em seus contextos naturais (GIVEN, 2008). Nesse processo, o pesquisador coleta dados participando do cotidiano das pessoas em estudo, engajando-se em interações e conversas que permitem descobrir as interpretações dos participantes sobre as situações vivenciadas. Essa abordagem é particularmente eficaz para investigar fenômenos sociais pouco conhecidos, onde o comportamento de interesse não é facilmente observável em espaços públicos. Desse modo, os pesquisadores buscam compreender o fenômeno através da observação direta ou mediante uma participação nas atividades da comunidade, grupo ou contexto estudado (GIVEN, 2008).

5.4. ANÁLISE DOS DADOS

Os dados produzidos nesta pesquisa foram estruturados e interpretados por meio da Escrita Reflexiva e à luz do referencial teórico da Psicologia Ambiental, Comunitária e dos conceitos gerais do Ecofeminismo.

A análise e interpretação de dados em uma pesquisa qualitativa vai além da simples descrição do que foi dito pelos participantes. Ela envolve uma compreensão mais profunda e contextualizada dos significados, motivações e dinâmicas subjacentes aos dados coletados (BRAUN & CLARKE, 2006).

A primeira etapa desta pesquisa foi estruturada a partir de Relatos de Experiência que, especialmente em pesquisas de campo, são fundamentais para o desenvolvimento de uma visão mais crítica e especializada, particularmente em estudos que envolvem a observação participante. Esses relatos permitem ao pesquisador não apenas produzir dados mais ricos e contextualmente enraizados, mas também vivenciar uma transformação pessoal ao experimentar as dinâmicas sociais do grupo estudado (MINAYO, 2014).

A Escrita Reflexiva (ER), que estruturou e interpretou os dados desta pesquisa, é um componente essencial da análise e apresentação dos resultados em pesquisas qualitativas. Segundo Richardson (2000), a ER vai além da mera descrição dos dados; ela envolve um processo de reflexão crítica sobre o que os dados significam e como eles se relacionam com as questões de pesquisa. Este método interpretativo permite ao pesquisador interpretar os dados de forma a destacar os temas emergentes, relacionando-os de maneira objetiva à questão de pesquisa. Isso inclui a organização dos resultados de modo que eles sejam compreensíveis e significativos, utilizando citações diretas dos participantes para ilustrar e autenticar os pontos principais (CRESWELL, 2014).

De acordo com Creswell (2014), a utilização de citações diretas dos participantes é fundamental em pesquisas qualitativas, pois amplifica suas vozes em meio a outros campos sociais e proporciona uma conexão direta entre a análise do pesquisador e as experiências relatadas pelos participantes. As citações ajudam a ancorar a interpretação nos dados empíricos, permitindo que o leitor veja como as conclusões foram derivadas.

Na seção de descrição e discussão, o pesquisador deve integrar os achados do estudo com a literatura existente e o contexto teórico da pesquisa. Miles, Huberman e Saldaña (2014) sugerem que a discussão deve comparar e contrastar os resultados com os estudos anteriores, apontando convergências e divergências. Isso não apenas contextualiza os achados dentro do

campo de estudo, mas também permite que o pesquisador ofereça uma contribuição original ao corpo de conhecimento existente.

A conclusão, por sua vez, deve sintetizar os principais achados do estudo e discutir suas implicações teóricas e práticas. De acordo com Maxwell (2013), a conclusão em uma pesquisa qualitativa deve ir além de simplesmente resumir os resultados; ela deve oferecer insights sobre como os resultados respondem à questão de pesquisa e quais são as possíveis implicações para a prática, política ou pesquisa futura. A conclusão também pode sugerir novos caminhos de investigação baseados nas lacunas ou limitações identificadas durante a pesquisa.

Os resultados foram apresentados em torno dos temas principais identificados, com alguns exemplos de citações diretas dos participantes, ilustrando os pontos chave das falas dos participantes.

Em relação à análise comparativa com os dados disponíveis na literatura, é relevante mencionar a dificuldade em encontrar estudos que abordem especificamente as vivências de mulheres de comunidades tradicionais e ribeirinhas do Pantanal. Entretanto, essas restrições reforçam a originalidade e a relevância deste estudo, pois ele tem o potencial de suprir uma lacuna importante na área de pesquisa, ao fornecer novas perspectivas e informações sobre a interseção entre gênero, meio ambiente e as experiências de mulheres em contextos de vulnerabilidade socioambiental.

5.5. CONSIDERAÇÕES ÉTICAS

Todas as mulheres envolvidas na pesquisa foram informadas detalhadamente sobre a natureza do estudo, seus objetivos, os procedimentos a serem adotados e suas possíveis implicações. O TCLE foi apresentado de forma acessível, garantindo que os participantes compreendessem integralmente o conteúdo antes de fornecerem seu consentimento. A assinatura foi obtida de maneira livre e sem qualquer tipo de coerção ou pressão, e as mulheres tiveram a oportunidade de fazer perguntas e expressar suas dúvidas antes de decidirem se desejavam participar.

Neste sentido, foi ainda informado que a participação em todas as fases da pesquisa é voluntária e não implica quaisquer tipos de despesa e/ou ressarcimento financeiro em nenhuma hipótese. A participação também não está vinculada a nenhum tipo de condição prévia ou posterior.

Fica garantida a liberdade de retirada do consentimento e da participação no respectivo estudo a qualquer momento, sem qualquer prejuízo, punição ou atitude preconceituosa, podendo participar de outras pesquisas futuras; a confidencialidade e o anonimato no que se refere a identificação dos participantes.

Foram informados os possíveis riscos e, caso haja algum desconforto emocional ou de qualquer outra natureza durante a pesquisa, a pesquisadora comprometeu-se em oferecer o devido acolhimento humanizado e os encaminhamentos que forem necessários.

Os dados produzidos só serão utilizados para a pesquisa e os resultados poderão ser veiculados em publicações, livros, ensaios e/ou artigos científicos em revistas especializadas e/ou em eventos científicos, sem identificação dos participantes.

O acesso das participantes aos resultados do estudo será através das publicações e de uma reunião ou Roda de Conversa nas comunidades, caso assim desejarem.

No que se refere aos aspectos éticos por parte do pesquisador, predomina a responsabilidade de conduzir a pesquisa de maneira ética, respeitando os direitos e o bem-estar dos participantes. Isso inclui protegê-los de qualquer risco físico ou psicológico desnecessário, utilizar métodos e técnicas confiáveis e evitar qualquer tipo de discriminação ou preconceito na seleção e tratamento. Além disso, o pesquisador deve conduzir a pesquisa de maneira honesta, evitando qualquer forma de má conduta científica, como falsificação, fabricação ou plágio de dados.

5.6 RECURSOS HUMANOS E MATERIAIS

A execução da pesquisa exigiu o uso materiais de escritório, como impressões e canetas, câmera de celular para registro do ambiente e observações de campo, além de toda a infraestrutura logística para se chegar nas comunidades do Pantanal.

O financiamento da pesquisa foi custeado pela pesquisadora, cobrindo despesas com hospedagem, alimentação, transporte terrestre (incluindo caminhonete e combustível), além dos custos relacionados ao uso de barcos e balsa. Foram três viagens de Campo Grande - MS para as comunidades do Pantanal de Corumbá-MS.

6 APORTES TEÓRICOS DA PESQUISA

6.1. PSICOLOGIA AMBIENTAL

"A Psicologia Ambiental (PA) teve início nos anos 1970, nos países anglo-saxões, e estava intimamente ligada à Psicologia Social, atraindo muitos profissionais dessa área. Unidas por laços de filiação, ambas as disciplinas estabelecem inter-relações ao estudar a interação dos indivíduos com seu ambiente físico e social. Além disso, a Psicologia Ambiental também foi inicialmente influenciada por questões levantadas por arquitetos, urbanistas e outros profissionais relacionados a espaços construídos" (GIFFORD 2014, p. 2).

A PA é um campo interdisciplinar que investiga a relação entre os indivíduos e o ambiente físico, explorando como o ambiente molda o comportamento humano e como as pessoas percebem, utilizam e modificam o espaço ao seu redor. Esse domínio busca compreender de que maneira os espaços físicos influenciam o bem-estar psicológico, a cognição, as emoções e as interações sociais, bem como examinar o impacto das atitudes e comportamentos humanos sobre o meio ambiente. Através desse enfoque, a Psicologia Ambiental visa não apenas melhorar a qualidade de vida das pessoas, mas também promover comportamentos mais sustentáveis e responsáveis em relação ao ambiente natural (GIFFORD, 2014).

Segundo Gifford (2014), a Psicologia Ambiental examina as interações entre as pessoas e seus contextos físicos e sociais, investigando como as percepções, atitudes, e representações do ambiente influenciam comportamentos, e, por outro lado, como os comportamentos ambientais moldam essas percepções e atitudes.

Para Moser (2018), a Psicologia Ambiental apresenta-se também como uma “psicologia do espaço e de lugar na medida em que propõe uma análise sobre as percepções, atitudes e os comportamentos da pessoa em relação explícita com o contexto físico e social no qual ela evolui”. As problemáticas enfrentadas por psicólogos ambientais exigem que os pesquisadores que atuam nessa área a incluir em suas análises as dimensões espaciais e temporais.

Para uma melhor compreensão desta abordagem, alguns conceitos centrais são importantes para o entendimento da Psicologia Ambiental, tais como: a percepção e cognição ambiental, que se refere ao modo como as pessoas percebem e interpretam o ambiente. Estudos nessa área investigam como os indivíduos formam mapas mentais e constroem representações cognitivas dos espaços que habitam, influenciando como navegam e interagem com esses

ambientes (GIFFORD, 2014). O Comportamento pro ambiental, que explora as atitudes e ações que visam a proteção e a conservação do ambiente. A Psicologia Ambiental estuda os fatores que motivam as pessoas a adotarem comportamentos ecologicamente responsáveis, como a reciclagem, o uso de transporte sustentável e a redução do consumo de recursos (Steg & Vlek, 2009). E por fim, o apego ao lugar pode influenciar o comportamento e o bem-estar, promovendo sentimentos de identidade, segurança e pertencimento (MANZO & DEVINE-WRIGHT, 2020).

Nessa perspectiva, a Psicologia Ambiental reconhece que a interação entre a pessoa e os diferentes espaços é profundamente influenciada pelo contexto social e cultural no qual ela está inserida, e que esse contexto está em constante evolução, moldado pelas histórias e aspirações individuais e coletivas. As experiências passadas, tanto pessoais quanto comunitárias, condicionam as percepções e comportamentos no presente e influenciam a maneira como o indivíduo projeta seu futuro. Desse modo, o conjunto desses fatores — que inclui memórias, identidade cultural, expectativas e as dinâmicas sociais em curso — desempenha um papel fundamental na forma como o indivíduo percebe e atua no mundo. Essa abordagem sublinha a importância de compreender as influências históricas e culturais para interpretar como as pessoas se relacionam com seus ambientes e tomam decisões que afetam tanto suas vidas quanto os espaços que habitam (GIFFORD, 2014; BONNES & SECCHIAROLI, 2019).

No entanto, a análise em relação ao tempo deve ser adaptada à dimensão humana. O ciclo da vida humana é diferente da duração de vida do ambiente construído e das temporalidades próprias do ambiente natural (MOSER, 2018). Desta forma, as referências à dimensão temporal demonstram ser úteis a todos os níveis de análise em Psicologia Ambiental, permitindo obter uma visão mais dinâmica da maior parte dos fenômenos do interesse desta disciplina.

Por outro lado, segundo Moser (2018), a relação que os indivíduos estabelecem com o ambiente é igualmente influenciada pela evolução das necessidades, que são culturalmente caracterizadas e variam de acordo com o contexto sociocultural em que as pessoas estão inseridas. Moser também destaca que as percepções e interações com o ambiente estão profundamente entrelaçadas com as durações de vida, as quais diferem significativamente entre diferentes culturas. Isso significa que as necessidades e prioridades que moldam a relação com o ambiente não são universais, mas sim culturalmente específicas e dinâmicas, variando conforme as circunstâncias históricas, sociais e culturais de cada grupo (MOSER, 2018).

Nessa perspectiva, a Psicologia Ambiental entende que a relação das pessoas com os diferentes espaços é moldada pelo contexto social e cultural em que estão inseridas, um contexto que está em constante evolução e é influenciado por suas histórias e aspirações. Essas histórias, tanto individuais quanto coletivas, condicionam as percepções e os comportamentos dos indivíduos, afetando não apenas suas ações no presente, mas também suas projeções para o futuro. Dessa forma, o conjunto desses fatores — que abrange memórias, identidade cultural, expectativas e interações sociais — desempenha um papel crucial na maneira como o indivíduo percebe o mundo ao seu redor e age nele. Esse entendimento ressalta a importância de considerar as influências históricas e culturais ao analisar como as pessoas interagem com seus ambientes e tomam decisões que impactam tanto suas vidas quanto os espaços que habitam (BONNES & SECCHIAROLI, 2019).

Nesse sentido, a noção de lugar, na Psicologia Ambiental, transcende a dimensão puramente exterior e física, incorporando também os aspectos simbólicos e emocionais que são intrínsecos às pessoas que o habitam. O lugar não é apenas um espaço físico; ele é carregado de significados simbólicos e se torna uma expressão da identidade dos indivíduos que o ocupam (VITAL & PROL, 2005).

Segundo Fullilove (2016), a transferência forçada do local de residência interrompe as experiências cotidianas, fragmentando a identidade espacial e a identidade de grupo, ambos componentes essenciais do self. Esses elementos estão profundamente ligados a aspectos afetivos, e sua ruptura pode ter consequências graves para o bem-estar psicológico do indivíduo. A perda do ambiente familiar desestabiliza a sensação de continuidade e pertencimento, que são fundamentais para a construção e manutenção da identidade pessoal e coletiva.

A percepção ambiental envolve os modos como os indivíduos experienciam e atribuem significados aos elementos presentes em seu entorno. Esse processo é essencial para a forma como as pessoas se apropriam e se identificam com os espaços e ambientes que frequentam. Ao interpretar os aspectos físicos e simbólicos do ambiente, os indivíduos constroem uma relação com o espaço que vai além da mera observação, influenciando suas atitudes, comportamentos e sentimentos de pertencimento (UZZELL & RÄTHZEL, 2018). A percepção ambiental, portanto, é um fator chave na maneira como as pessoas desenvolvem vínculos com os lugares, moldando sua identidade e suas interações com o ambiente.

Em análises mais recentes sobre restrições ambientais, um ambiente inadequado ou indesejável é visto como uma limitação significativa que pode levar o indivíduo a experimentar um sentimento de perda de controle sobre sua situação. Estudos apontam que, quando o

ambiente não atende às necessidades ou expectativas, as pessoas tendem a interpretar essa inadequação como uma restrição que compromete sua capacidade de agir e alcançar seus objetivos. Esse sentimento de restrição pode ser tanto percebido subjetivamente, quando o indivíduo sente que o ambiente é limitante, quanto objetivo, quando existem barreiras reais que impedem o progresso ou a satisfação de necessidades (EVANS, 2019). Essas restrições, ao impactarem a percepção de controle do indivíduo, podem gerar estresse e diminuir o bem-estar, tornando essencial a criação de ambientes que promovam autonomia e suporte psicológico.

Quando o ambiente é percebido como um obstáculo que impede o indivíduo de alcançar seus objetivos, gerando desconforto ou reações emocionais negativas, isso pode incitar uma tentativa de retomar o controle da situação, frequentemente manifestando-se como reatância psicológica. A reatância psicológica é um estado de motivação negativa que ocorre quando uma ameaça, seja ela real ou percebida, restringe a liberdade individual, levando a uma resistência contra a influência externa (STEINDL ET AL., 2015). No entanto, se o indivíduo continuar a sentir-se incapaz de recuperar o controle, essa situação pode evoluir para um estado de "desamparo aprendido", em que a pessoa acredita que seus esforços são inúteis, resultando em sentimento de impotência e confusão (MAIER & SELIGMAN, 2016).

A percepção de risco é compreendida como um evento complexo, influenciada por fatores pessoais e ambientais que estão inter-relacionados, tais como as experiências passadas, expectativas futuras e atitudes atuais voltadas ao desastre, bem como as crenças e valores (Ruiz et al., 2009; Coelho, 2007), o grau de exposição e proximidade ao risco (Miceli, Sotgiu & Settanni, 2008), as estratégias de enfrentamento, e finalmente, as medidas governamentais para a gestão do risco (RUIZ ET AL., 2009).

As mulheres em comunidades rurais e tradicionais expostas às problemáticas ambientais e climáticas acabam por aprender através das experiências, incorporando aos seus repertórios o que aprenderam em desastres anteriores. A crescente familiaridade com o evento recorrente muda gradativamente em nível conceitual o significado do evento para as comunidades, influenciando a avaliação do risco pelo grupo (COELHO, 2007; MICELI ET AL., 2008).

O Estresse Ambiental continua sendo um conceito central na Psicologia Ambiental. Mais recentemente tem sido descrito como uma condição em que as demandas do ambiente, tanto internas quanto externas, são percebidas como incontroláveis ou insuportáveis, excedendo a capacidade de adaptação dos indivíduos (GIFFORD, 2014). Esse tipo de estresse é visto como uma resposta a interações perturbadoras entre a pessoa e o ambiente, onde o indivíduo sente

que não possui os recursos necessários para lidar com as pressões impostas. Neste sentido, o estresse ocorre quando há um desequilíbrio entre as demandas percebidas e a capacidade do indivíduo de responder a elas, podendo surgir em ambientes físicos ou sociais adversos e resulta em reações estressantes que afetam o bem viver e a saúde mental dos indivíduos (EVANS, 2019). Ao aplicar este conceito às comunidades tradicionais e ribeirinhas do Pantanal, especialmente no contexto dos desastres ambientais e climáticos, o estresse ambiental torna-se uma lente importante para analisar como essas populações estão sendo impactadas. O Pantanal, uma das maiores áreas úmidas do mundo, tem sido profundamente afetado por uma série de problemas ambientais, como queimadas intensas, secas extremas, poluição dos rios, mineração e alterações climáticas, que afetam diretamente os ecossistemas locais e, conseqüentemente, as vidas das comunidades que dependem dos recursos naturais.

As comunidades ribeirinhas e tradicionais do Pantanal possuem uma forte relação com a natureza e enfrentam o estresse ambiental de diversas formas. A perda de recursos naturais, como a escassez de água e a destruição de florestas e fauna, prejudica sua subsistência, a queima das florestas e a manipulação de áreas de pesca, por exemplo, afetam diretamente a segurança alimentar e as fontes de renda, gerando incertezas sobre o futuro e impondo desafios à saúde mental e emocional das pessoas inseridas nesse ambiente.

O conceito de sustentabilidade, amplamente discutido na Psicologia Ambiental, refere-se ao equilíbrio entre as ações humanas e os recursos naturais, de modo que, no futuro, seja possível manter a vida em sociedade e em harmonia com os demais seres vivos. A sustentabilidade envolve um equilíbrio social e econômico, respeitando os limites dos recursos naturais para garantir sua disponibilidade às gerações futuras (GIFFORD, 2014). No Brasil, esse conceito tornou-se cada vez mais importante nas últimas décadas, diante dos desafios ambientais e sociais enfrentados pelo país.

De acordo com Moser (2018), os comportamentos a favor da preservação do ambiente devem ser inseridos no desenvolvimento sustentado e para tal, centrar-se somente na pessoa não basta, mas deve-se levar em conta os aspectos sociais do ambiente de modo a que se atinja um comprometimento coletivo. Sendo assim, afirma que a integração social e comunitária é primordial na promoção dos comportamentos ecológicos.

Neste sentido, no cenário global, diversas políticas e pactos ambientais têm sido propostos com o objetivo de mitigar os efeitos das mudanças climáticas e promover a sustentabilidade, como os Acordos de Paris, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

(ODS) das Nações Unidas e a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC).

Embora o Acordo de Paris seja considerado um marco na cooperação internacional para o enfrentamento das mudanças climáticas, uma crítica recorrente é que ele não garante de forma plena a inclusão ativa das comunidades diretamente afetadas, como os povos tradicionais e ribeirinhos, nos processos de tomada de posse. A ausência de mecanismos claros que garantem que as vozes dessas comunidades nos processos de governança climática global, levanta preocupações quanto à justiça climática, um conceito que busca garantir que os impactos das mudanças climáticas e as medidas de adaptação sejam distribuídas de forma equitativa, levando em conta as vulnerabilidades específicas de diferentes grupos sociais (SCHLOSBERG & COLLINS, 2014). As comunidades ribeirinhas e tradicionais, que dependem diretamente dos ecossistemas locais para sua subsistência e que possuem um profundo conhecimento sobre a gestão sustentável dos recursos naturais, muitas vezes não têm seus conhecimentos e demandas aprimoradas integradas às políticas de mitigação e adaptação.

No início do século XXI, as mudanças climáticas, a degradação do meio ambiente e a incidência de múltiplas catástrofes naturais, são objeto de preocupação crescente para a Psicologia Ambiental. Tais problemas têm ocorrido em escala global e, muitas vezes, são descontextualizados, tornando-se difíceis de serem compreendidos pelos indivíduos. Promover a compreensão desses desafios e estimular a adoção de comportamentos favoráveis ao meio ambiente tornou-se um grande desafio, principalmente devido à escala e à complexidade dos problemas (CLAYTON & MYERS, 2015).

A Psicologia Ambiental, portanto, desempenha um papel importante na análise de como os ambientes construídos e naturais influenciam o bem viver das pessoas. Isso inclui desde a organização do espaço urbano até a concepção de políticas públicas que visem melhorar a qualidade de vida, criando ambientes mais saudáveis, seguros e satisfatórios para todos os indivíduos na sociedade (BONAIUTO, FORNARA, & BONNES, 2016).

Nos últimos anos, a importância da Psicologia Ambiental tem sido amplamente reconhecida, especialmente diante dos crescentes desafios ambientais globais, como as mudanças climáticas, a urbanização desenfreada e a degradação dos ecossistemas. A Psicologia Ambiental se destaca por oferecer insights fundamentais sobre como os ambientes físicos e sociais impactam o bem-estar humano e por desenvolver estratégias para promover comportamentos sustentáveis.

A disciplina oferece uma compreensão abrangente de como as comunidades podem se preparar, responder e se recuperar de eventos adversos, enfatizando o fortalecimento dos laços sociais, a criação de redes de apoio e a promoção de uma cultura de sustentabilidade e adaptação (EVANS, 2019; KAGAN, 2022). No entanto, é essencial não focar exclusivamente nas ações individuais, podendo ocorrer o risco de deslocar a atenção das causas estruturais dos problemas, como a gestão ambiental promovida por setores econômicos, a exploração insustentável dos recursos naturais e as políticas voltadas ou ausentes que deveriam dar suporte às comunidades. A promoção da resiliência comunitária precisa, portanto, ser integrada às ações políticas e estruturais que garantem o bem viver essas populações, incluindo políticas públicas que assegurem a justiça social e ambiental, além de um suporte adequado às respostas comunitárias aos desastres (KAGAN ET AL., 2022).

6.2. PSICOLOGIA COMUNITÁRIA

A Psicologia Comunitária emergiu na década de 1960 como uma resposta a necessidades sociais e políticas urgentes, além de representar uma crítica às limitações da Psicologia tradicional, que muitas vezes se concentrava exclusivamente no indivíduo, sem considerar os contextos sociais e comunitários em que ele estava inserido. O desenvolvimento desse campo está profundamente enraizado nos movimentos sociais da época, bem como nas políticas de bem-estar social que ressaltaram a importância de fatores contextuais e ambientais na promoção do bem-estar individual e coletivo. O marco oficial do surgimento da Psicologia Comunitária é frequentemente associado à Conferência de Swampscott, realizada em Massachusetts em 1965. Esse evento reuniu psicólogos, acadêmicos e profissionais para discutir a necessidade de uma abordagem mais holística e preventiva para a saúde mental, que transcendesse as limitações dos modelos clínicos tradicionais. Durante a conferência, ficou claro que havia uma demanda crescente por práticas que não apenas tratassem a doença mental, mas que também promovessem a saúde e o bem-estar em nível comunitário, através da intervenção em fatores sociais, econômicos e culturais que impactam a vida das pessoas (NELSON & PRILLELTENSKY, 2010).

Desde então, a psicologia comunitária tem se consolidado como uma disciplina que privilegia a intervenção preventiva, a promoção do empoderamento comunitário e a transformação social. Esse campo enfatiza a importância de compreender os indivíduos em seus contextos ecológicos, considerando as complexas interações entre fatores pessoais, sociais,

culturais e ambientais. Além disso, a psicologia comunitária adota uma abordagem crítica, voltada para a promoção da justiça social e da equidade, reconhecendo que o bem-estar individual está intrinsecamente ligado ao bem-estar da comunidade (KAGAN ET AL., 2020).

A Psicologia Comunitária tem como foco principal a promoção do bem-estar comunitário e a intervenção em problemas sociais a partir de uma perspectiva participativa e emancipatória. Esta abordagem valoriza o empoderamento das comunidades e a construção de redes de apoio social, com o objetivo de melhorar as condições de vida e reduzir as desigualdades (MONTERO, 2009).

"Cabe à Psicologia na Comunidade trabalhar com os indivíduos e grupos a visão de mundo e a autopercepção enquanto pessoas e grupos; reexaminar hábitos, atitudes, valores e práticas individuais e coletivas, familiares e grupais, no sentido de uma consciência mais plena de classe e de destino" (Montero, 2004, p. 85).

A Psicologia Comunitária destaca a importância de contextualizar os fenômenos psicológicos dentro de suas realidades sociais, culturais e políticas, promovendo uma visão que integra a análise crítica das estruturas sociais e políticas com a prática psicológica. O objetivo central é promover a inclusão e a justiça social, abordando as desigualdades e opressões que afetam as comunidades. Ao enfatizar a necessidade de uma prática psicológica que esteja engajada com as questões sociais, essas subdisciplinas contribuem para a construção de uma Psicologia mais reflexiva e transformadora, que visa não apenas a compreensão dos fenômenos psicológicos, mas também a promoção ativa de mudanças sociais e políticas (MONTERO, 2009).

Diante de todo esse debate, considera-se que a Psicologia Comunitária está fundamentada em dois grandes modelos: o desenvolvimento humano e a mudança social. O modelo de desenvolvimento humano concentra-se na promoção do crescimento e bem-estar tanto individual quanto coletivo, reconhecendo a capacidade intrínseca dos indivíduos e das comunidades de serem agentes ativos, responsáveis e competentes na construção de suas próprias vidas. Esse modelo valoriza a potencialidade humana, enfatizando as condições necessárias para que os indivíduos possam florescer. Ele destaca a importância de criar e manter ambientes que suportem e facilitem o crescimento pessoal e comunitário, garantindo que as pessoas tenham os recursos e o apoio necessários para alcançar seu pleno potencial (NELSON & PRILLELTENSKY, 2010).

O foco deste modelo está em fortalecer as capacidades dos indivíduos e das comunidades, promovendo não apenas a autonomia, mas também a interdependência saudável entre as pessoas e seus contextos. A ideia é que, ao criar condições que favoreçam o desenvolvimento humano, se estabelece uma base sólida para o engajamento em processos de mudança social que visam à construção de sociedades mais justas e equitativas (PRILLELTENSKY, 2020).

No Brasil, a Psicologia Comunitária adquire um caráter ainda mais urgente e relevante, ao buscar não apenas a compreensão, mas também a transformação dessas realidades. Os valores de libertação, que são centrais para essa disciplina, orientam práticas que visam empoderar as comunidades, promover a justiça social e combater as estruturas opressivas que perpetuam a desigualdade e a exclusão (MONTERO, 2009). A luta por mudança social, portanto, é vista não apenas como uma necessidade, mas como um imperativo ético para qualquer intervenção psicológica comunitária comprometida com a dignidade humana e a igualdade.

Grande parte dos brasileiros ainda vive em condições de miséria e injustiça, tanto nas áreas urbanas quanto nas rurais. No campo, essa realidade é exacerbada por uma história contínua de conflitos agrários, caracterizada pela concentração de terras, a manutenção de latifúndios improdutivos, o poder político das elites rurais e a insuficiência de políticas governamentais para implementar uma reforma agrária efetiva e abrangente. Estudos recentes indicam que essa situação se perpetua devido à falta de vontade política e ao fortalecimento das oligarquias rurais, que continuam a deter vastas extensões de terra, enquanto a maioria dos pequenos agricultores e trabalhadores rurais enfrenta condições de vida precárias (FERNANDES, 2018; SAUER & LEITE, 2020).

No contexto do Pantanal, as comunidades ribeirinhas e tradicionais sofrem não apenas com a gestão ambiental, mas também com o controle territorial exercido pelas elites locais e empresas mineradoras. Esse cenário reflete a perpetuação de uma estrutura agrária desigual, conforme exposto por Fernandes (2018), que aponta a manutenção dos latifúndios improdutivos e a ausência de políticas efetivas de reforma agrária como barreiras ao desenvolvimento de uma justiça social e ambiental nas áreas rurais. Assim como os pequenos agricultores descritos por Fernandes, os povos ribeirinhos e tradicionais do Pantanal têm um acesso limitado a recursos e enfrentam ameaças constantes às suas terras e modos de vida, especialmente diante da expansão da mineração e do agronegócio.

A análise de Sauer e Leite (2020) reforça que a falta de vontade política para implementar uma reforma agrária abrangente, aliada ao fortalecimento das oligarquias rurais, contribui para a perpetuação de condições de vida precárias para as populações rurais. No Pantanal, isso se reflete na vulnerabilidade das comunidades frente às grandes corporações que exploram os recursos naturais sem considerar os impactos sociais e ambientais. O poder das elites agrárias e mineradoras, em muitos casos, sobrepõe-se aos direitos dessas comunidades,

Essa concentração de terras e riqueza não apenas aprofunda a desigualdade no campo, mas também gera um cenário de miséria e indignação. O agronegócio, apesar de ser um dos pilares da economia brasileira, tem contribuído para a expulsão de comunidades tradicionais e pequenos agricultores de suas terras, agravando os conflitos agrários e a injustiça social nas zonas rurais. Esse contexto reforça a necessidade de uma reforma agrária que não apenas redistribua a terra, mas também promova o desenvolvimento sustentável e a justiça social, assegurando o acesso a recursos e oportunidades para as populações rurais (MEDEIROS, 2021; FERNANDES, 2018).

A obra de Paulo Freire (1970) sobre educação popular e conscientização teve um impacto significativo na Psicologia Comunitária latino-americana, inspirando práticas que promovem a participação ativa e o empoderamento das comunidades.

Ao longo da história da humanidade, comunidades, sociedades e civilizações sempre precisaram desenvolver capacidades adaptativas para enfrentar grandes transformações sociais e ambientais. Nos dias atuais, esses desafios têm se intensificado. A globalização, as mudanças climáticas e o crescimento econômico descontrolado têm contribuído para a intensificação de situações estressantes para indivíduos e comunidades, como desastres naturais, tecnológicos ou causados pelo homem, guerras, epidemias e desigualdade social. O conceito de resiliência tem sido amplamente empregado por diversos especialistas para descrever as respostas adaptativas e saudáveis que indivíduos e grupos manifestam diante desses desafios, o que tem gerado um volume crescente de pesquisas sobre o tema (SMITH, MOORE, ANDERSON, & SIDERELIS, 2012; WILSON, 2012).

Conforme Norris et al. (2008), a resiliência comunitária pode ser compreendida como o processo que conecta uma rede de capacidades adaptativas (recursos que possuem atributos dinâmicos) da comunidade a uma trajetória positiva de funcionalidade e adaptação após uma perturbação ou adversidade. O resultado desse processo de resiliência é a adaptação comunitária, que se expressa através do bem-estar da população, caracterizado por níveis elevados e equitativos de saúde mental e comportamental, pelo funcionamento adequado dos

diversos papéis sociais, e por uma qualidade de vida satisfatória, definida por como as pessoas, de modo geral, avaliam suas vidas como um todo. Essa definição relaciona o conceito de resiliência com as preocupações tradicionais das áreas de saúde pública e saúde mental.

No cenário das problemáticas ambientais e climáticas do Pantanal, tanto as de ordem natural quanto as causadas pela ação humana, como a exploração do minério, a resiliência das mulheres pode ser expressa através de suas estratégias coletivas de adaptação e resistência, na habilidade de promover a coesão social e fortalecer os laços comunitários, criando um espaço de solidariedade e troca de experiências. Elas desenvolvem estratégias de adaptação, que vão desde a diversificação de suas atividades econômicas, como a coleta de iscas vivas, produção artesanal e atividades externas para o turismo sustentável, até a participação em associações que lutam por direitos territoriais e reconhecimento cultural. A pesquisa pode explorar como essas mulheres utilizam seus conhecimentos tradicionais, redes de apoio e recursos comunitários para se adaptarem às mudanças ambientais e protegerem sua comunidade. Analisar a resiliência comunitária permite ainda entender como as mulheres pantaneiras lidam com os desastres ambientais e climáticos de forma colaborativa, mantendo a coesão social e garantindo a sobrevivência de suas práticas culturais.

A resiliência comunitária também tem sido entendida em termos de recursos ou capitais (social, físico, econômico e humano) que a comunidade dispõe e pode acessar durante uma crise. Segundo Ungar (2011), a resiliência comunitária envolve a interdependência entre o capital social, a infraestrutura física e os padrões culturalmente incorporados que conferem à comunidade o potencial para se recuperar de uma mudança drástica, sustentar sua capacidade de adaptação e fomentar um novo crescimento que integra as lições aprendidas com a crise. Dessa maneira, a recuperação, a sustentabilidade e o crescimento são viáveis, mas é necessário que existam forças comunitárias cultivadas antes do evento estressor, recursos significativos disponibilizados para a comunidade pelo governo e a capacidade comunitária de utilizá-los em benefício comum (UNGAR, 2011).

O Capital Social é constituído pelas redes de apoio social que o indivíduo pode acessar, incluindo tanto redes informais, como amigos, vizinhos e familiares, quanto estruturas formais de apoio, como serviços sociais e ONGs (ALDRICH & MEYER, 2015; POORTINGA, 2012). Esse conceito se reflete na confiança social, na reciprocidade e na participação cívica, sendo associado a altos níveis de saúde subjetiva, melhor saúde mental e à mitigação dos efeitos negativos de se viver em áreas desfavorecidas (POORTINGA, 2012).

De acordo com a literatura recente em Psicologia Comunitária, o fortalecimento do capital social por meio de organizações comunitárias, como associações e cooperativas, contribui significativamente para os comportamentos resilientes em comunidade, permitindo que se adaptem e respondam de maneira mais eficaz às adversidades (NELSON & PRILLELTENSKY, 2019; MONTERO, 2020). Essas organizações funcionam como estruturas de apoio que facilitam a mobilização de recursos, promovem a solidariedade e a participação coletiva, e reforçam a coesão social, elementos fundamentais para a sustentabilidade e o bem-estar da comunidade em contextos de vulnerabilidade (KAGAN ET AL., 2022; ORNELAS, 2018).

Um exemplo de resiliência comunitária pode ser observado na recuperação após desastres naturais, onde comunidades impactadas, como aquelas afetadas por queimadas, frequentemente demonstram resiliência através da mobilização de recursos locais, da ativação de redes de apoio e de esforços coordenados de reconstrução. Esse tipo de resiliência foi claramente evidenciado em 2020, quando as queimadas no Pantanal devastaram plantações e ecossistemas locais. A resposta das comunidades, que se mobilizaram para enfrentar a devastação, continua a ser visível em 2024, à medida que lutam para controlar novos focos de queimadas e resistem, perseverando em suas localidades. Essa capacidade de agir coletivamente diante dos desastres reflete a força das redes comunitárias e o papel central da resiliência na sobrevivência e no fortalecimento contínuo dessas comunidades (WHITE ET AL., 2014).

O estudo da resiliência comunitária permite a identificação de fatores que contribuem para processos coletivos de enfrentamento das adversidades. Esse fenômeno pode ser promovido ao se considerar tanto a responsabilidade da própria comunidade, vista em toda sua complexidade e capacidade de transformação, quanto a dos agentes externos (profissionais, governo e terceiro setor), que são responsáveis por proporcionar os recursos físicos, econômicos e sociais para que as comunidades se tornem mais capacitadas a enfrentar as adversidades e menos vulneráveis a elas (WHITE, EDWARDS, FARRAR, & PLODINEC, 2014). Dessa forma, observa-se a importância de ampliar o conhecimento sobre os fatores que são considerados importantes para a promoção da resiliência comunitária no Brasil, a fim de desenvolver estratégias de intervenção e promoção da resiliência que sejam eficazes para as comunidades que enfrentam algum tipo de adversidade.

6.3. ECOFEMINISMO

Um dos grandes desafios que nossa sociedade enfrenta atualmente é a conquista plena da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres. Nesse contexto, a criação e fortalecimento de movimentos feministas, com iniciativas em diversas frentes, têm se mostrado como uma das estratégias mais eficazes para promover a organização e sua participação em uma ampla gama de setores. Esses movimentos não apenas articulam a luta pelos direitos básicos das mulheres em áreas como educação, saúde e trabalho, mas também desempenham um papel crucial na ampliação do espaço das mulheres na sociedade, na defesa de seus direitos e na promoção da equidade de gênero.

As iniciativas femininas têm sido fundamentais para desafiar e transformar estruturas sociais, culturais e políticas que perpetuam a desigualdade de gênero. Ao se organizarem em movimentos, as mulheres têm criado redes de apoio, influenciado políticas públicas e fomentado mudanças significativas em suas comunidades e em escala global. A luta por direitos básicos e igualdade de oportunidades não é apenas uma questão de justiça social, mas também um fator essencial para o desenvolvimento sustentável e para o avanço de sociedades mais justas e inclusivas" (CORNWALL, 2016).

O feminismo é um movimento de vertente política, social e filosófica surgido das críticas contra o sistema patriarcal e a representação androcêntrica predominantes em muitas sociedades. Refere-se a um movimento que visa um sistema econômico, social e político mais justo e igualitário entre mulheres e homens (AGUINAGA ET AL. 2013). Nesse sentido, surgiram vertentes que foram incorporando outras críticas, como a do Ecofeminismo.

O termo "ecofeminismo" foi cunhado pela feminista francesa Françoise d'Eaubonne em seu livro *Le Féminisme ou la Mort* (1974). A autora argumentou que a opressão das mulheres e a exploração da natureza estão profundamente interligadas, e que a emancipação das mulheres poderia desempenhar um papel crucial na preservação do planeta. Ela sugeriu que as mesmas estruturas de poder patriarcais que subjugam as mulheres também exploram e degradam o meio ambiente, estabelecendo uma conexão direta entre a luta pela igualdade de gênero e a luta por um meio ambiente mais sustentável. O Ecofeminismo consiste em uma teoria ou movimento que agrega conceitos do feminismo e da ecologia por compreender que a natureza, a mulher e os demais oprimidos estão submetidos a mesma lógica de dominação. (KUHNEN, 2017).

Nos anos 1980, esta abordagem se expandiu globalmente. A ativista indiana Vandana Shiva se destacou com sua obra "Staying Alive: Women, Ecology, and Development" (1988),

onde ela explorou a resistência das mulheres rurais na Índia contra a destruição ambiental causada pelo desenvolvimento industrial. A filósofa e teóloga feminista Mary Daly também influenciou o movimento com suas críticas à patriarcalização das religiões e sua relação com a dominação da natureza.

Durante a década de 1980, o Brasil vivenciou um processo de redemocratização que criou um ambiente propício para o surgimento e fortalecimento de novos movimentos sociais, incluindo os movimentos feministas e ambientalistas. Nesse contexto, o Ecofeminismo brasileiro começou a se desenvolver como uma resposta tanto aos problemas ambientais específicos, como o desmatamento da Amazônia, quanto às questões sociais, como a opressão das mulheres rurais e indígenas.

As conferências internacionais, como a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92) realizada no Rio de Janeiro, desempenharam um papel crucial na consolidação do Ecofeminismo como uma força significativa de pensamento e ativismo em escala global. Esse evento foi um marco importante que possibilitou a articulação entre feministas e ambientalistas brasileiras e internacionais, promovendo o intercâmbio de ideias e estratégias entre ativistas de diferentes partes do mundo.

No âmbito nacional, Schnorrenberger e Angelin (2020) observam que as discussões ecofeministas chegaram ao Brasil a partir dos trabalhos de Ivone Gebara, reforçando o argumento que este aborda a integridade da vida. Neste contexto brasileiro, o movimento campesino feminino foi um dos primeiros a se aliar ao Ecofeminismo, fortalecido pelo reconhecimento jurídico das trabalhadoras camponesas, que conectaram valorização das mulheres e das causas ambientais ligadas ao campo (SCHNORRENBURGER, ANGELIN, 2018).

O Ecofeminismo no Brasil, desenvolvido em um contexto de redemocratização e crescente conscientização ambiental, tem se articulado tanto com questões locais quanto globais. Este movimento é caracterizado por sua crítica às estruturas de poder que oprimem tanto as mulheres quanto a natureza, e por sua defesa de uma justiça que seja simultaneamente social e ecológica. Assim, as perspectivas ecofeministas continuam a ser uma força vital na luta por um mundo mais justo e sustentável, oferecendo uma crítica incisiva às formas de dominação que exploram tanto os seres humanos quanto o meio ambiente (SILIPRANDI, 2015).

No Brasil, esta abordagem foi moldada pela intersecção dessas preocupações, reconhecendo que a degradação ambiental e a exploração das mulheres estão profundamente

conectadas, especialmente em contextos onde as comunidades dependem diretamente dos recursos naturais para sua subsistência. Assim, o movimento ecofeminista brasileiro tem destacado a importância de proteger os ecossistemas e, ao mesmo tempo, defender os direitos das mulheres, particularmente aquelas que estão em posições de maior vulnerabilidade, como as mulheres indígenas e as trabalhadoras rurais. Esse movimento tem sido fundamental para a articulação de uma luta que busca tanto a justiça ambiental quanto a equidade de gênero, promovendo ações e políticas que visam garantir a sustentabilidade dos recursos naturais e o empoderamento das mulheres (SILIPRANDI, 2015; GUIMARÃES, 2018).

Desde então, o Ecofeminismo tem evoluído e se diversificado, incorporando perspectivas de diferentes culturas e contextos, e destacando como questões de gênero, classe, raça e meio ambiente estão interrelacionadas. Trata-se, portanto, de uma corrente de pensamento e ação que combina as preocupações da ecologia com as do feminismo, examinando as interseções entre a exploração da natureza e a opressão das mulheres.

Segundo a filósofa, teóloga, freira católica e feminista Ivone Gebara (2005), "com o Ecofeminismo, somos convidados a repensar e reconstruir nossas relações com a Terra, reconhecendo a interdependência de todos os seres vivos. Este movimento nos leva a questionar os sistemas patriarcais e capitalistas que tratam tanto a natureza quanto as mulheres como recursos exploráveis. Somos chamados a reconhecer a sabedoria das tradições femininas, que valorizam a interconexão e o cuidado mútuo" (GEBARA, 2005).

Neste sentido, ecofeministas declaram que questões ambientais são questões feministas, porque são as mulheres e as crianças que acabam por serem as primeiras a sofrer as consequências da desigualdade e da destruição ambiental, padecendo inclusive, as consequências desproporcionalmente em relação aos homens adultos (GAARD, 2015).

O Ecofeminismo Contemporâneo (EC), cujos fundamentos teóricos contribuirão com esta pesquisa, engloba diferentes problemas que surgem da interconexão entre humanos e a natureza (PHILLIPS E RUMENS, 2016). Esta abordagem procura construir um diálogo interdisciplinar entre o feminismo e a ecologia e, como explica Guzmán-González (2017), ela defende que a interdependência entre os seres humanos e o meio ambiente deve ser levada em conta na busca pelo desenvolvimento sustentável e pela justiça social, supostamente os pilares para uma boa vida.

Uma das autoras pioneiras do EC é Vandana Shiva, filósofa e ativista indiana, discute como a dominação masculina e a degradação ambiental estão interligadas e defende que a

libertação das mulheres e a proteção do meio ambiente estão intrinsicamente conectadas (MIES, 2014).

O Ecofeminismo Contemporâneo é uma corrente do feminismo que busca unir a luta pela igualdade de gênero com a defesa dos direitos ambientais. De acordo com Shiva (2013), "as mulheres têm desempenhado um papel crucial na defesa e preservação do meio ambiente, pois estão mais conectadas com a natureza e suas necessidades". Neste sentido, esta abordagem nos desafia a repensar nossas relações com a natureza e a construir uma cultura de cuidado e sustentabilidade. As mulheres têm um conhecimento ecológico tradicional, transmitido de geração em geração, que precisa ser valorizado e incorporado nas nossas práticas e políticas ambientais" (SHIVA, 2005).

De acordo com Puleo (2018) em meio à crise ambiental e social é necessário a construção de outro mundo que não esteja pautado na opressão e na exploração de seres humanos, dos animais e da natureza. Isto significa modificar o modo de desenvolvimento androcêntrico por outro que possua empatia em relação à natureza e faça uma análise crítica das relações de poder. Assim, "adotar uma perspectiva ecofeminista igualitária implica em não se fazer política ambiental às custas das mulheres" (PULEO, 2018).

O movimento continua a ser uma voz importante na promoção de uma ética de cuidado tanto para as pessoas quanto para o planeta, defendendo a ideia de que a justiça social e ambiental, são inseparáveis (GAARD, 2015).

estabilização do clima regional." Essas características fazem do Pantanal uma área de extrema importância ambiental e econômica, não apenas para o Brasil, mas para todo o continente sul-americano.

O Pantanal foi reconhecido como Patrimônio da Humanidade e Reserva da biosfera pela Unesco (2000), por ser uma das mais exuberantes e diversificadas reservas naturais da Terra, devido à sua biodiversidade excepcional e à importância dos serviços ecossistêmicos que oferece, como a regulação do ciclo hidrológico, a conservação de espécies ameaçadas e a manutenção de habitats críticos para a fauna migratória. Ele se estende por aproximadamente 140.000 a 160.000 km², abrangendo partes do Brasil, Bolívia e Paraguai.

Conforme informações disponíveis no site da Apoenia (2008), "o Pantanal é um bioma diferenciado, que possui a maior concentração da fauna das Américas e reúne características de outros biomas, quais sejam: o Cerrado, o Chaco (ou Bosque Chiquitano), a Amazônia e a Mata Atlântica, bem como liga duas bacias hidrográficas de importância transfronteiriça, a Amazônica e a do Prata, o que lhe atribui a função de corredor biogeográfico, ou seja, contribui para a ampliação das várias espécies da fauna e flora". Além disso, de acordo com suas características hidrológicas, de solo e vegetação, "o Pantanal pode ser dividido em 11 sub-regiões distintas ou pantanais: Corixo Grande-Jauru-Paraguai (Pantanal de Cáceres); Cuiabá-Bento Gomes-Paraguaizinho (Pantanal de Poconé); Itiquira-São Lourenço-Cuiabá (Pantanal de Barão de Melgaço); Paraguai (Pantanal do Paiaguás); Taquari (Pantanal de Nhecolândia); Negro (Pantanal do Abobral); Miranda-Aquidauana (Pantanal de Miranda e Pantanal de Aquidauana); Nabileque (Pantanal do Nabileque); Jacadigo e de Paiaguás (Pantanal do Paiaguás); e a confluência do rio Nabileque com o Paraguai (Pantanal de Porto Murtinho)", (SOUZA; LANI, 2006).

O clima no Pantanal é caracterizado por verões quentes e úmidos e invernos frios e secos. Durante o período das chuvas, entre novembro e março, ocorrem os alagamentos, com as cheias se iniciando no norte do Pantanal entre janeiro e março, e atingindo o sul entre abril e junho. A inundação máxima ocorre no início de fevereiro na região norte e no final de junho no sul, dificultando o escoamento e alterando significativamente as dinâmicas ecológicas" (HAMILTON, 2002). O ciclo de seca e inundação, ou 'pulso de inundação', é um dos principais fatores que impactam a biodiversidade no Pantanal. A enchente ocorre durante a estação úmida, de outubro a março, e a vazante durante a estação seca, de abril a setembro, criando condições ecossistêmicas únicas que favorecem uma alta biodiversidade na região" (JUNK ET AL., 2013).

O período de seca no Pantanal, também conhecido como vazante, ocorre tipicamente entre os meses de abril e setembro. Durante essa estação, há uma significativa retração dos níveis de água nos rios e lagoas, o que expõe vastas áreas de areia e barro, transformando drasticamente a paisagem do bioma. Segundo Alho (2008), "a vazante é uma fase crucial do ciclo hidrológico do Pantanal, pois, além de modificar a paisagem, impõe desafios consideráveis à fauna local, que precisa se adaptar a um ambiente mais seco e com recursos hídricos limitados."

Durante a vazante, as condições áridas tornam-se um desafio para muitos animais, que devem ajustar seus comportamentos e estratégias de sobrevivência. Estudos indicam que algumas espécies se deslocam para áreas mais úmidas ou buscam refúgio em poças de água remanescentes, enquanto outras entram em um estado de estresse hídrico que pode afetar sua saúde e reprodução (JUNK ET AL., 2013). Além disso, esse período seco é caracterizado por uma maior concentração de animais em áreas limitadas, o que pode aumentar a competição por recursos e a vulnerabilidade a predadores.

A adaptação dos animais à vazante no Pantanal exemplifica como a biodiversidade desse bioma evoluiu em resposta aos extremos climáticos característicos da região. Conforme Alho (2011), as estratégias de sobrevivência durante a seca são variadas e demonstram a resiliência da fauna pantaneira frente às flutuações ambientais. As espécies da fauna local desenvolvem comportamentos adaptativos que permitem sua sobrevivência nas condições extremas impostas pelos ciclos de seca e inundação, assegurando sua continuidade no ecossistema do Pantanal.

No entanto, as mudanças climáticas, aliadas às ações humanas, como o desmatamento e a poluição, têm exacerbado as condições de seca, intensificando os desafios enfrentados pela vida selvagem no Pantanal. Esses fatores estão impondo pressões adicionais sobre as espécies, ameaçando capacidade de adaptação que antes lhes permitia sobreviver e prosperar em um ambiente naturalmente dinâmico. As respostas adaptativas que outrora eram suficientes para lidar com as variações sazonais agora estão sendo testadas de forma crítica, colocando em risco a rica biodiversidade do bioma (JUNK ET AL., 2013; TOMAS ET AL., 2019).

A piracema é o período em que os peixes sobem os rios para desovar. No Pantanal, essa época ocorre entre os meses de novembro e fevereiro, e é caracterizada por uma intensa movimentação de peixes nos rios, atraindo pescadores e turistas. No entanto, é importante destacar que durante a piracema a pesca é proibida para garantir a proteção das espécies (JUNK, 2006).

O Pantanal, reconhecido como um dos maiores sistemas de zonas úmidas do mundo, é marcado por um ciclo natural de alternância entre períodos de seca e cheia. Esses ciclos são fundamentais para a manutenção da biodiversidade e para a renovação dos ecossistemas aquáticos, que apresentam características naturais e belezas cênicas distintas em cada estação. Como destaca Alho (2008), "o contraste entre a seca e a cheia no Pantanal cria um mosaico de habitats que favorece uma grande diversidade biológica, destacando-se como um dos biomas mais ricos em espécies da América do Sul".

Entretanto, a ação humana tem provocado alterações significativas nesse equilíbrio natural. O desmatamento nas cabeceiras dos rios que alimentam o Pantanal está entre as principais causas da intensificação dos períodos de seca. Segundo Silva et al. (2011), "a remoção da cobertura vegetal nas áreas de nascentes e margens dos rios resulta em maior escoamento superficial e erosão do solo, reduzindo a capacidade de infiltração de água e, conseqüentemente, afetando o regime hidrológico do Pantanal".

Além disso, o despejo de resíduos sem tratamento nos corpos hídricos é uma prática que agrava ainda mais a situação. Esse tipo de poluição compromete a qualidade da água e a saúde dos ecossistemas aquáticos, tornando-os mais vulneráveis durante os períodos de seca prolongada (ZEILHOFER & MOURA, 2009).

As mudanças climáticas também desempenham um papel crítico na intensificação das secas no Pantanal. Estudos indicam que as alterações nos padrões de precipitação e o aumento das temperaturas estão contribuindo para tornar as secas mais longas e severas (MARENGO ET AL., 2013). Esses fatores, combinados com a degradação ambiental, criam condições propícias para a ocorrência de incêndios, que têm devastado extensas áreas do Pantanal, destruindo habitats e colocando em risco a biodiversidade local (PIVELLO, 2006).

As chuvas que ocorrem entre os meses de novembro e abril são fundamentais para o ciclo hidrológico do Pantanal, desempenhando um papel crucial na dinâmica desse bioma. Essas precipitações são responsáveis pelo transbordamento dos rios e lagoas, o que leva a inundações periódicas que transformam a paisagem pantaneira. Segundo Alho e Sabino (2012), "as águas provenientes das chuvas descem dos rios do planalto e, ao alcançarem a planície pantaneira, encontram uma área de baixa declividade, o que impede o escoamento rápido e resulta em extensas áreas alagadas". Este processo de inundação é um dos principais fatores que contribuem para a manutenção da biodiversidade no Pantanal, criando habitats temporários que são essenciais para diversas espécies.

Durante o período de cheia, o Pantanal se transforma em um imenso campo alagado, onde apenas pontos mais elevados permanecem acima da linha d'água, formando "cordilheiras" que são áreas de refúgio para a fauna local (JUNK ET AL., 2006). As áreas frequentemente cobertas por florestas desempenham um papel crucial na sobrevivência das espécies durante as inundações, fornecendo abrigo e alimento. Além disso, essas áreas servem como destinos seguros para as comitivas pantaneiras, que buscam garantir a segurança do gado durante esse período crítico, utilizando as elevações naturais como refúgio (Rodrigues et al., 2018). Além de seu impacto ecológico, as cheias periódicas também moldam as práticas culturais e econômicas da região. As comitivas pantaneiras são uma tradição que exemplifica a adaptação dos humanos ao ciclo natural de cheias e secas do Pantanal. Durante as inundações, os pantaneiros utilizam as áreas elevadas para proteger o gado, garantindo assim a sustentabilidade da pecuária local, que depende diretamente dessas estratégias tradicionais de manejo (Santos et al., 2017).

Esta importante região do centro-oeste brasileiro desempenha uma função vital na regulação do ciclo hidrológico da região e suas áreas alagáveis são muito importantes para a manutenção de rios. Neste Patrimônio Natural da Humanidade, como assim também é denominado, existem diversos grupos populacionais que compõem a diversidade do território em diferentes aspectos, econômicos, históricos, culturais e sociais, neles situadas as comunidades rurais e ribeirinhas.

A biodiversidade do Pantanal é um dos seus maiores patrimônios, desempenhando um papel crucial não apenas na manutenção dos ecossistemas, mas também no bem-estar das populações locais. Como ressaltam Alho (2012) e Oliveira et al. (2011), a rica diversidade biológica do Pantanal contribui significativamente para o sustento das comunidades pantaneiras, oferecendo recursos naturais que são essenciais para a subsistência e a qualidade de vida dessas populações. Além disso, a biodiversidade local sustenta diversas atividades econômicas, como a pesca e o turismo, que são vitais para a economia regional.

Nos últimos anos, contudo, o Pantanal tem enfrentado sérios desastres ecológicos ambientais, que ameaçam sua integridade ecológica. Incêndios florestais de grandes proporções têm se tornado cada vez mais frequentes e intensos, agravados pelas secas prolongadas e pelo uso inadequado do fogo para a limpeza de pastagens (PIVELLO, 2011). Esses incêndios resultam na destruição de vastas áreas de vegetação, perda de habitats e mortalidade de inúmeras espécies, contribuindo para a degradação do bioma (ALHO & SILVA, 2012).

Outra ameaça significativa ao Pantanal é a manipulação dos cursos d'água, incluindo a construção de hidrelétricas e barragens nas regiões de cabeceira dos rios que alimentam o Pantanal. Segundo Silva et al. (2018), essas intervenções "alteram drasticamente o regime natural das cheias, comprometendo a dinâmica hidrológica que sustenta a biodiversidade do Pantanal." A modificação dos cursos d'água impacta diretamente os ciclos de inundação e seca, fundamentais para a manutenção dos habitats aquáticos e terrestres da região.

A perda significativa de habitats naturais no Pantanal tem sido uma consequência direta das atividades humanas, como o desmatamento para a expansão agropecuária e a urbanização desordenada. Esses fatores contribuem para a fragmentação do habitat e a redução da cobertura vegetal nativa, essencial para a sobrevivência de inúmeras espécies (SILVA ET AL., 2020). A destruição dos habitats afeta não só a biodiversidade, mas também as comunidades tradicionais que dependem dos recursos naturais do Pantanal para sua subsistência e bem-estar.

As comunidades tradicionais e ribeirinhas do Pantanal, que há muito tempo convivem e sentem parte do bioma, são profundamente impactadas por essas mudanças ambientais. Conforme apontam Chiaravalloti et al. (2017), "a degradação ambiental compromete as atividades econômicas tradicionais, como a pesca, a pecuária extensiva e o extrativismo, colocando em risco a segurança alimentar e a sobrevivência cultural dessas populações." A resposta aos desastres ambientais e climáticos deve, portanto, incluir não apenas a restauração ecológica, mas também o fortalecimento das comunidades locais, promovendo o desenvolvimento sustentável e a conservação dos recursos naturais.

O Pantanal, reconhecido como um dos maiores sistemas de zonas úmidas do mundo, é marcado por um ciclo natural de alternância entre períodos de seca e cheia. Esses ciclos são fundamentais para a manutenção da biodiversidade e para a renovação dos ecossistemas aquáticos, que apresentam características naturais e belezas cênicas distintas em cada estação. Como destaca Alho (2008), "o contraste entre a seca e a cheia no Pantanal cria um mosaico de habitats que favorece uma grande diversidade biológica, destacando-se como um dos biomas mais ricos em espécies da América do Sul".

Entretanto, a ação humana tem provocado alterações significativas nesse equilíbrio natural. O desmatamento nas cabeceiras dos rios que alimentam o Pantanal está entre as principais causas da intensificação dos períodos de seca. Segundo Silva et al. (2011), "a remoção da cobertura vegetal nas áreas de nascentes e margens dos rios resulta em maior escoamento superficial e erosão do solo, reduzindo a capacidade de infiltração de água e, conseqüentemente, afetando o regime hidrológico do Pantanal".

Além disso, o despejo de resíduos sem tratamento nos corpos hídricos é uma prática que agrava ainda mais a situação. Esse tipo de poluição compromete a qualidade da água e a saúde dos ecossistemas aquáticos, tornando-os mais vulneráveis durante os períodos de seca prolongada (ZEILHOFER & MOURA, 2009).

As mudanças climáticas também desempenham um papel crítico na intensificação das secas no Pantanal. Estudos indicam que as alterações nos padrões de precipitação e o aumento das temperaturas estão contribuindo para tornar as secas mais longas e severas (MARENGO ET AL., 2013). Esses fatores, combinados com a degradação ambiental, criam condições propícias para a ocorrência de incêndios, que têm devastado extensas áreas do Pantanal, destruindo habitats e colocando em risco a biodiversidade local (PIVELLO, 2011).

As chuvas que ocorrem entre os meses de novembro e abril são fundamentais para o ciclo hidrológico do Pantanal, desempenhando um papel crucial na dinâmica desse bioma. Essas precipitações são responsáveis pelo transbordamento dos rios e lagoas, o que leva a inundações periódicas que transformam a paisagem pantaneira. Segundo Alho e Sabino (2012), "as águas provenientes das chuvas descem dos rios do planalto e, ao alcançarem a planície pantaneira, encontram uma área de baixa declividade, o que impede o escoamento rápido e resulta em extensas áreas alagadas". Este processo de inundação é um dos principais fatores que contribuem para a manutenção da biodiversidade no Pantanal, criando habitats temporários que são essenciais para diversas espécies.

Durante o período de cheia, o Pantanal se transforma em um imenso campo alagado, onde apenas pontos mais elevados permanecem acima da linha d'água, formando "cordilheiras" que são áreas de refúgio para a fauna local (JUNK ET AL., 2006).

Além de seu impacto ecológico, as cheias periódicas no Pantanal também moldam as práticas culturais e econômicas da região. As comitivas pantaneiras, por exemplo, são uma tradição que demonstra a adaptação dos humanos ao ciclo natural de cheias e secas, utilizando áreas elevadas para proteger o gado e garantir a sustentabilidade da pecuária local durante as inundações (ALMEIDA, 2016).

"A principal atividade econômica do Pantanal é a criação extensiva de bovino de corte. Entretanto, devido às questões políticas, econômicas e sociais que visam aumentar a produtividade e competitividade da pecuária pantaneira, novas tecnologias foram introduzidas na região, gerando impactos negativos sobre o ambiente, principalmente o desmatamento para a implantação de pastagens" (HARRIS ET AL., 2006). Ademais, as queimadas espontâneas muito comuns na época da seca, entre os meses de maio e setembro, causam prejuízos

incalculáveis ao ecossistema, destruindo a fauna e a flora, além de contribuir para o agravamento das mudanças climáticas (MACIEL ET AL., 2019).

A pesca, em suas modalidades comercial, de subsistência e esportiva, é uma atividade amplamente praticada no Pantanal, sendo diretamente dependente da riqueza biológica e da saúde dos ecossistemas aquáticos (ALHO & REIS, 2017). As águas do Pantanal abrigam uma vasta gama de espécies de peixes, que não apenas fornecem alimento para as comunidades locais, mas também atraem pescadores esportivos de diversas regiões, contribuindo para a economia do turismo na região (CHIARAVALLOTI et al., 2017; TORTATO et al., 2017).

A coleta de iscas vivas no Pantanal é uma atividade central para a sustentação de outros setores econômicos, particularmente a pesca esportiva e o turismo. Essa atividade está intimamente ligada à cadeia produtiva da pesca, servindo de suporte para pescadores profissionais que se especializam na captura de peixes e crustáceos, atendendo à crescente demanda gerada pelo turismo. A pesca esportiva no Pantanal se desenvolveu significativamente a partir da década de 1990, impulsionada pela atração de turistas de diferentes partes do Brasil e do exterior. Essa atividade criou uma rede econômica que envolve desde os coletores de iscas, pescadores profissionais, até operadores de turismo, gerando oportunidades econômicas para diversas comunidades locais (CATELLA ET AL., 2010, P. 87).

A regulamentação da atividade de coleta e comercialização de iscas vivas no estado de Mato Grosso do Sul, através dos Decretos n. 1.910 de 01/12/1998 e n. 2.898 de 29/10/2004, foi um passo crucial para a organização do setor e para garantir a sustentabilidade dos recursos naturais envolvidos. Costa (2010) discute a importância de políticas públicas e regulamentações ambientais na gestão dos recursos pesqueiros, destacando como a formalização dessas atividades ajuda a controlar o impacto ambiental e a assegurar a continuidade da prática de forma sustentável.

Além disso, a relação entre a coleta de iscas e o turismo evidencia a interdependência entre atividades tradicionais e o desenvolvimento econômico local. O turismo pode atuar como um catalisador para a economia local, ao mesmo tempo em que impõe desafios para a gestão sustentável dos recursos naturais. A coleta de iscas vivas, regulamentada e integrada à cadeia produtiva do turismo, exemplifica como a economia local do Pantanal se adapta às demandas externas, preservando, ao mesmo tempo, os modos de vida tradicionais" (SILVA & CATELLA, 2015, P. 60).

O turismo, por sua vez, se beneficia da beleza cênica e da biodiversidade do Pantanal, oferecendo uma variedade de atividades que incluem a observação da fauna, a pesca esportiva

e o ecoturismo. Essas atividades turísticas são sustentáveis e geram renda para as comunidades locais, ao mesmo tempo em que promovem a conservação do bioma (ALHO & REIS, 2017). Contudo, é fundamental que essas atividades sejam gerenciadas de forma sustentável para garantir que a biodiversidade do Pantanal continue a proporcionar benefícios econômicos e ecológicos a longo prazo.

O Pantanal, uma das maiores áreas úmidas contínuas do mundo, reconhecido como Patrimônio Natural da Humanidade pela UNESCO, enfrenta um cenário alarmante de degradação ambiental que se intensificou em 2024. As problemáticas que assolam esta região, localizada no centro-oeste do Brasil e abrangendo partes da Bolívia e do Paraguai, estão profundamente enraizadas em práticas insustentáveis de uso da terra, mudanças climáticas, e políticas públicas deficientes, agravando os desastres ambientais e climáticos e colocando em risco a biodiversidade e as comunidades tradicionais que dependem desse ecossistema.

Uma das principais problemáticas ambientais do Pantanal em 2024 continua sendo as queimadas, que se acentuaram nos últimos anos. Segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), a região registrou um aumento significativo no número de focos de incêndio, especialmente durante a estação seca, que tem se prolongado devido às mudanças climáticas (INPE, 2024). As queimadas no Pantanal têm efeitos devastadores sobre a fauna e a flora, levando à perda de habitat, diminuição da biodiversidade, e emissão de grandes quantidades de carbono, exacerbando as mudanças climáticas globais.

O desmatamento, que muitas vezes antecede as queimadas, é impulsionado principalmente pela expansão da agropecuária e pela exploração madeireira. Estudos indicam que a conversão de áreas naturais para pastagens e plantações tem acelerado a degradação do solo e reduzido a capacidade do Pantanal de funcionar como um sumidouro de carbono, além de comprometer os serviços ecossistêmicos essenciais, como a regulação hídrica e a purificação da água (CUNHA ET AL., 2023).

O colapso dos recursos hídricos que assola o Pantanal em 2024 é outro fator crítico que agrava a situação ambiental da região. A redução das chuvas, combinada com a destruição de nascentes e áreas de recarga, tem levado ao assoreamento dos rios e à diminuição do nível das águas, impactando diretamente o ciclo hidrológico do bioma (MARENGO ET AL., 2023). A escassez de água afeta não apenas a biodiversidade aquática, mas também as atividades econômicas das populações locais, como a pesca e o turismo, que são pilares da economia regional.

As comunidades tradicionais e ribeirinhas, em particular, enfrentam sérios desafios devido à escassez dos recursos hídricos. A falta de água potável e a diminuição dos recursos naturais comprometem a segurança alimentar e a qualidade de vida dessas populações, exacerbando as desigualdades sociais e aumentando a vulnerabilidade socioambiental (OLIVEIRA & SANTOS, 2024). A pressão sobre os recursos naturais e a degradação ambiental também intensificam os conflitos pela terra e pela água, envolvendo pequenos produtores, grandes fazendeiros, e populações indígenas e ribeirinhas.

As mudanças climáticas têm se mostrado um fator agravante das problemáticas ambientais do Pantanal em 2024. Aumento das temperaturas médias, prolongamento das secas, e alterações nos padrões de precipitação são fenômenos que têm contribuído para a intensificação das queimadas e para a crise hídrica na região (Intergovernmental Panel on Climate Change [IPCC], 2023). A perda de áreas úmidas, que são essenciais para a regulação do clima local, reduz ainda mais a resiliência do Pantanal às mudanças climáticas.

Além disso, as mudanças climáticas têm efeitos diretos sobre a saúde das populações humanas e animais. O aumento das temperaturas e a intensificação das secas elevam o risco de doenças transmitidas por vetores, como a dengue e a malária, e aumentam o estresse térmico em animais, afetando a reprodução e a sobrevivência das espécies (LIMA ET AL., 2024). Estes fatores, combinados, podem levar a um colapso ecológico, com consequências irreversíveis para o bioma e para a vida das comunidades que dependem do Pantanal.

As mulheres que residem nas comunidades tradicionais e ribeirinhas do Pantanal enfrentam um contexto de vulnerabilidade acentuada pelos efeitos dos desastres ambientais e climáticos recorrentes na região. Essas problemáticas ambientais, como queimadas, enchentes e a degradação dos recursos naturais, impõem desafios que afetam diretamente não apenas o meio ambiente, mas também as dinâmicas sociais e culturais dessas comunidades. Nesse cenário, essas mulheres se veem compelidas a desenvolver estratégias de adaptação e resiliência, criando novos modos de vida que lhes permitam enfrentar e sobreviver às adversidades impostas pelo ambiente.

A resiliência, entendida como a capacidade de um sistema – seja ele ecológico, social ou econômico – de absorver distúrbios e reorganizar-se durante mudanças sem alterar suas características fundamentais, é um conceito central para analisar as práticas de adaptação das mulheres do Pantanal, que enfrentam as flutuações ambientais e socioeconômicas típicas da região (WALKER ET AL., 2012).

8 AS COMUNIDADES: ANTÔNIO MARIA COELHO E PORTO ESPERANÇA

Por meio do Relato de Experiência, que destacará as nuances centrais desta primeira etapa, foi possível desenvolver uma perspectiva acadêmica externa para o aprofundamento das questões gerais que envolvem as vivências das mulheres nas comunidades. Essa abordagem permitiu captar a maior riqueza dos desafios enfrentados por essas mulheres, bem como suas estratégias de adaptação e resistência diante das adversidades sociais e ambientais. Além disso, o Relato de Experiência proporcionou uma visão mais detalhada das interações sociais, culturais e econômicas que moldam o cotidiano, contribuindo significativamente para a construção de um conhecimento mais contextualizado.

Os Relatos de Experiência em pesquisas de campo continuam a ser fundamentais para o desenvolvimento de uma visão crítica e especializada, especialmente em estudos que envolvem a observação participante. Esses relatos não apenas permitem ao pesquisador coletar dados profundamente contextuais e ricos em detalhes, mas também facilitam uma transformação pessoal significativa, ao permitir que o pesquisador vivencie diretamente as dinâmicas sociais do grupo estudado. Segundo Emerson, Fretz e Shaw (2011), essa imersão no campo possibilita uma compreensão mais profunda das interações e práticas sociais, além de fornecer insights que são muitas vezes inacessíveis através de métodos de pesquisa mais distantes ou quantitativos.

De acordo com Minayo (2009), uma pesquisa qualitativa, ao buscar a compreensão das características em seu ambiente natural, valoriza as experiências e interações como fontes primárias de dados. No caso de comunidades tradicionais e ribeirinhas do Pantanal, o Relato de Experiência configura-se como particularmente relevante, pois essas populações possuem hábitos de vida característicos, influenciados pelas especificidades do meio ambiente, pelas práticas culturais, de gênero e condições socioeconômicas específicas.

Nos tópicos seguintes, serão exploradas as experiências vivenciadas pela pesquisadora, atuando como observadora participante, inserida no cotidiano das mulheres residentes das quatro comunidades do Pantanal Sul-mato-grossense desta pesquisa.

8.1. COMUNIDADE E APROPRIAÇÃO DE LUGAR

Os novos caminhos percorridos pela Psicologia encontram importância e relevância quando concentram seus esforços nos significados e sentidos que os indivíduos localizados em seus espaços e territórios atribuem às suas experiências, bem como nos efeitos e potenciais conflitos originados das forças uniformizadoras dos processos globais e das forças criativas dos indivíduos do território. Neste sentido, é essencial que primeiramente se reconheça que, além de entender o indivíduo e o território, é crucial identificar o indivíduo no território (Tassara, 2013), o que implica que a Psicologia deve se apropriar dos processos de constituição dos sujeitos e das dinâmicas psicossociais incorporadas no espaço. É necessário compreender que a ocupação do espaço está dialeticamente ligada à produção das intersubjetividades: "as relações sociais e os sujeitos projetam-se, definem-se e sustentam-se em territórios" (SILVA, 2017).

Segundo Moser (2018), as definições do termo comunidade são variadas, podendo abordar questões geográficas e administrativas, ou pode estabelecer um lugar associado a um grupo de pessoas, tratando-se então de comunidades locais, cujo o sentido seria o mesmo que vizinhança e pode ainda ter um significado simbólico e psicológico, como características dos interesses partilhados por um grupo de indivíduos. No sentido da palavra, as pessoas têm valores semelhantes, identificam-se com o grupo e sustentam-se mutuamente.

A apropriação do lugar de morar está profundamente conectada a comportamentos de sociabilidade. Estudos recentes indicam que quanto maior o número de laços sociais significativos, como amigos íntimos e vizinhos nas proximidades, mais forte será a ligação emocional e o apego ao lugar (LEWICKA, 2011). Esse vínculo não é apenas uma questão de familiaridade com o espaço físico, mas também de interações sociais que enriquecem a experiência de morar em determinado lugar.

O autor Fleury-Bahi (2017) complementa essa visão ao destacar que essa conexão com o lugar se manifesta em duas formas principais. Primeiro, há os laços construídos a partir do sentimento de pertencimento à comunidade e das relações interpessoais positivas, que reforçam a sensação de estar "em casa". Em segundo lugar, a interação frequente com outros moradores pode evoluir para relações mais profundas e significativas, indo além de interações funcionais ou de serviço. Essas conexões sociais não apenas ampliam o sentimento de pertencimento, mas também fortalecem a identidade comunitária e o apego ao lugar, demonstrando que a qualidade das relações sociais no ambiente residencial é crucial para a apropriação do espaço.

As comunidades tradicionais são grupos sociais que possuem uma forte relação com seu território, onde desenvolvem modos de vida, culturas e sistemas de organização próprios, baseados em conhecimentos, práticas e saberes transmitidos ao longo de gerações. Essas comunidades estão intimamente ligadas ao ambiente natural em que vivem, e sua existência e continuidade dependem da preservação desses territórios e da manutenção de seus modos de vida tradicionais.

Sendo assim, tais comunidades apresentam características que as distinguem de outras formas de organização social, especialmente em relação ao território, que vai além do aspecto econômico. O território é visto como parte integrante de sua identidade cultural e espiritual, sendo o espaço onde se desenvolvem práticas de subsistência, como agricultura, pesca e coleta, além de onde se mantêm os costumes e tradições (LITTLE, 2014).

As comunidades tradicionais mantêm uma cultura e identidade própria, composta por sistemas de crenças, valores e práticas que foram transmitidos ao longo de gerações. Essa cultura inclui conhecimentos tradicionais sobre o meio ambiente, práticas de manejo sustentável dos recursos naturais e formas de organização social que refletem seus valores comunitários (BERKES, 2018, P. 83).

"A economia de subsistência geralmente se baseia em práticas voltadas para o autoconsumo e a troca dentro da comunidade. Essas práticas estão alinhadas com os princípios da sustentabilidade, utilizando os recursos naturais de maneira a garantir sua renovação e a continuidade das gerações futuras" (ALTIERI, 2018, P. 105).

A organização social nas comunidades tradicionais é frequentemente baseada em laços de parentesco, cooperação e solidariedade. A liderança é muitas vezes exercida por pessoas respeitadas por seu conhecimento e experiência, e as decisões são tomadas de forma coletiva, refletindo o caráter comunitário dessas sociedades (SAHLINS, 2017).

Os sistemas de conhecimento tradicional sobre o ambiente natural foram acumulados e transmitidos ao longo de gerações, abrangendo desde práticas agrícolas adaptadas ao ecossistema local até o uso de plantas medicinais e a preservação da biodiversidade. Esse conhecimento é fundamental para a sustentabilidade e a conservação dos recursos naturais" (Berkes, 2018, p. 72).

O reconhecimento de uma comunidade como "tradicional" envolve o reconhecimento de sua identidade cultural distinta e de seu direito ao território que ocupam. Esse reconhecimento pode se revelar em três âmbitos: o reconhecimento legal, que de acordo com alguns países, como o Brasil, as comunidades tradicionais são reconhecidas legalmente e têm

seus direitos assegurados por leis específicas. Esse reconhecimento pode incluir o direito à terra, o acesso aos recursos naturais e a proteção de sua cultura e modo de vida (Decreto nº 6.040/2007). O reconhecimento social, além do reconhecimento formal, ocorre quando a sociedade em geral, ou grupos específicos, valorizam e reconhecem a cultura e os modos de vida das comunidades tradicionais. Esse reconhecimento pode ser promovido por meio de políticas públicas, programas de preservação cultural e pela visibilidade que esses grupos recebem na mídia e em outras plataformas (HONNETH, 2004).

A participação em movimentos sociais visando a defesa de seus direitos, o acesso ao território e a preservação de suas culturas tem sido fundamental para que as comunidades tradicionais sejam reconhecidas e respeitadas em sua luta por justiça social e ambiental. Esses movimentos atuam como espaços de articulação e mobilização para garantir que suas demandas sejam ouvidas (SVAMPA, 2012).

As comunidades de Antônio Maria Coelho (AMC) e Porto Esperança (PE) não possuem o reconhecimento legal como comunidades tradicionais, em contrapartida, existe o reconhecimento social por parte dos integrantes das comunidades que demonstram satisfação ao serem denominados dessa forma.

De acordo com relatos dos moradores, AMC teria sido o cenário de eventos históricos, como a retomada de Corumbá, onde o Major Antônio Maria Coelho teria se refugiado, motivo pelo qual a comunidade teria recebido esse nome, conforme relatado pelos informantes (REIS et al., 2013). Artefatos encontrados na comunidade e atualmente exibidos no Museu de História do Pantanal indicam que a área possui valor arqueológico, embora ainda careça de estudos aprofundados. Lápides encontradas no cemitério local sugerem que a comunidade existe desde o final do século XIX (COSTA, 2014; REIS et al., 2013). Os relatos dos moradores, coletados por diversos pesquisadores, confirmam a existência da Comunidade por um período que varia de mais de 80 (CORREIA et al., 2010) a 100 anos (COSTA, 2014). Contudo, até recentemente, a comunidade não constava nos registros oficiais, sendo mencionada apenas a Estação Ferroviária de Antônio Maria Coelho, inaugurada em 1952 (COSTA, 2014).

A comunidade de Porto Esperança possui características que podem torná-la legalmente como uma comunidade tradicional. Desde 1912, abrigou uma estação ferroviária que funcionava como ponto final da linha tronco da Estrada de Ferro Noroeste Brasil e possui, até os dias atuais, lápides de anos anteriores encontradas no cemitério local.

Durante a segunda etapa desta pesquisa, em março de 2024, as mulheres de PE informaram que naquela mesma semana, tinham recebido a primeira visita de um antropólogo

que faria o reconhecimento do local para iniciar o levantamento das informações necessárias para a caracterização da comunidade com o tradicional.

8.2. A COMUNIDADE ANTÔNIO MARIA COELHO

Figura 2 – Comunidade Antônio Maria Coelho, Pantanal – MS



Fonte: Simone Príncipe Rondon (2023)

A Comunidade de Antônio Maria Coelho (AMC) está localizada na borda oeste do Pantanal a 45 km da área urbana de Corumbá, Mato Grosso do Sul. Segundo relatos de moradores, a comunidade teria sido palco da retomada de Corumbá onde o Major Antônio Maria Coelho teria se refugiado, razão do nome da comunidade (REIS et al., 2013).

Antônio Maria Coelho, fundada em 1890, situa-se na Morraria do Urucum, a 400 km da Capital Campo Grande, Mato Grosso do Sul. O acesso a comunidade é feito pela rodovia BR-262 ou via Estrada Parque Pantanal. Trata-se de uma comunidade centenária, estabelecida há mais de um século e que abriga atualmente cerca de trinta e cinco famílias. Com base nas informações obtidas em Cadernos de Agroecologia (2013), a comunidade foi formada no final do século XIX. As lápides encontradas no cemitério local são indicativas deste fato (COSTA, 2014; REIS et al., 2013).

De acordo com os relatos coletados, autores atestam a existência da Comunidade num período que supera de 80 a 100 anos e, no entanto, até recentemente a comunidade não existia nos registros oficiais, referindo-se apenas a Estação Ferroviária de Antônio Maria Coelho, inaugurada em 1952 (COSTA, 2014).

De acordo com os poucos materiais encontrados sobre a comunidade, sua organização começou nos anos 50 do século passado, sendo inicialmente constituída por trabalhadores que prestavam serviços em fazendas locais, em sua maioria peões e capatazes, além dos trabalhadores de diferentes regiões do Brasil que foram prestar serviços em fazendas da redondeza e também na antiga Rede Ferroviária (FEIDEN et al., 2007). O desenvolvimento demográfico advém da instalação da empresa Rede Ferroviária S/A – Noroeste do Brasil e, atualmente, sua expansão é decorrente da intensiva atuação mineradora e siderúrgica na localidade.

A partir de 2006, com a implantação de uma usina siderúrgica e a ampliação dos projetos de mineração na região, a Comunidade de Antônio Maria Coelho, em Corumbá, MS, passou a enfrentar graves conflitos relacionados à terra e à água. Conforme revisado por Costa (2014), o conhecimento sobre a existência de minérios na região é documentado desde 1870, com a primeira outorga para exploração datando de 1876. Entretanto, a exploração em larga escala somente se consolidou a partir de 1940, durante o contexto da Segunda Guerra Mundial.

A situação fundiária da comunidade tornou-se particularmente crítica a partir dos anos 2000, quando o estado cedeu a área onde a comunidade estava estabelecida para a implantação de um polo minero-siderúrgico e gás-químico (COSTA, 2014). Esse autor aponta que a situação fundiária da comunidade é extremamente confusa, caracterizada por uma posse baseada em

concessões, doações, heranças e compras, sem registro formal. Essa falta de regularização fundiária foi explorada pelas empresas, que ameaçaram os moradores com processos de expulsão por via judicial, levando muitos a aceitar as indenizações oferecidas, na tentativa de evitar a perda total de suas terras (COSTA, 2014).

A organização socioespacial da comunidade foi sendo alterada ao longo do tempo e suas características rurais e identitárias foram alteradas devido à inserção das empresas mineradoras na região. Assim, o povoado adquiriu novas dinâmicas sociais com a maior presença de trabalhadores assalariados contratados pelas mineradoras locais (CADERNOS DE AGROECOLOGIA, 2013).

A comunidade localiza-se muito próxima a Morraria Santa Cruz, constituída por ferro e manganês, que são extraídos por grandes mineradoras. É também atravessada pelo Córrego Piraputangas, que há anos dispunha de água de boa qualidade (ECOIA, 2021), mas atualmente encontra-se assoreado devido aos abusos mineração irresponsável.

Geograficamente, Antônio Maria Coelho encontra-se espalhada, abaixo da Morraria Urucum e se divide em pequenas chácaras atualmente. Ao chegar na comunidade logo avista-se uma densa poeira vermelha de minério, muitos caminhões com os constantes carregamentos chegando e saindo. O transporte não para nem durante a madrugada, período em que os trens trafegam mais intensamente.

A Morraria do Urucum, localizada na região do Pantanal de Corumbá, é uma área de significativa importância geológica e econômica, especialmente devido à exploração de recursos minerais como ferro e manganês. Segundo Silva (2007), a Morraria do Urucum é uma das principais reservas minerais do Brasil, cujas atividades de extração têm grande impacto na economia local e nacional. No entanto, essas atividades também trazem desafios ambientais e sociais, especialmente para as comunidades tradicionais e ribeirinhas que vivem na região.

A exploração mineral na Morraria do Urucum afeta diretamente a paisagem e o ecossistema do Pantanal, uma das maiores áreas úmidas do mundo e um dos biomas mais ricos em biodiversidade. Ribas et al. (2011) discutem os impactos ambientais da mineração na região, destacando a degradação do solo, a poluição das águas e a perda de habitat para muitas espécies. Além disso, a presença de pó de minério, causado pelo transporte e processamento dos minerais, tem implicações sérias para a saúde dos moradores e para o bem viver nas comunidades adjacentes.

No aspecto socioeconômico, Pinto (2013) explora como a mineração na Morraria do Urucum influencia a economia local, gerando empregos e promovendo o desenvolvimento

econômico. Contudo, ele também ressalta a necessidade de políticas públicas que conciliem a exploração dos recursos naturais com a proteção ambiental e o bem-estar das populações locais, uma vez que a intensa atividade de transporte de minério, como observado em Antônio Maria Coelho, pode levar à deterioração das condições de vida nas comunidades afetadas.

Conforme os relatos dos membros da comunidade, o avanço industrial promoveu a remoção e indenização de aproximadamente dez famílias inicialmente, moradores da área incorporada as empresas mineradoras e que migraram, em sua maioria, para área urbana de Corumbá. Atualmente a comunidade é composta por cerca de quarenta famílias.

A estrutura da comunidade passou por mudanças, passando a ser dividida em pequenos lotes para suprir a necessidade de moradia das famílias que foram se multiplicando ao longo de várias gerações. Com a divisão da terra, a prática da agricultura familiar ficou limitada aos quintais. Sendo assim, a sobrevivência poderia ser garantida pelo trabalho externo aos lotes ou, até mesmo, por outras fontes como a aposentadoria e assistência social (CAMPOLIN et al., 2009).

De acordo com Costa (2014) a situação fundiária da comunidade é bastante confusa, sendo que a posse dos moradores é baseada em concessões, doações, heranças e compras, mas não possuem registro formal. Neste cenário, as empresas exploradoras do minério e carvão de certa forma se beneficiaram desta situação devido a fragilidade dos moradores, e passaram a ameaçá-los com expulsão por via judicial, fazendo que muitos aceitassem a indenização oferecida pelas empresas a fim de não perderem tudo (COSTA, 2014).

A Associação de Moradores foi criada em 2006 (CAMPOLIN et al., 2009). Desde então, a população local conta com o apoio do Ministério Público Federal, de empresas de pesquisa (Embrapa Pantanal), de extensão rural (AGRAER), de ONGs (CASA e ECOA) e, eventualmente, das mineradoras, por meio de editais e projetos de responsabilidade social (OLIVEIRA et al., 2014).

Desde então, essa realidade se perpetuou até os dias atuais e os representantes sociais da comunidade têm buscado parcerias com diferentes instituições, ONGs, políticas públicas governamentais, visando o auxílio no desenvolvimento de ações que possam gerar trabalho e renda e garantir um melhor bem viver, bem como a permanência dos moradores na região com destaque para o trabalho do grupo de mulheres extrativistas da bocaiuva, que produzem e comercializam diversos produtos derivados desta espécie, sendo a polpa e a farinha bastante apreciadas na região.

As mulheres da comunidade trabalham organizadas no Centro de Processamento de Derivados da Bocaiúva, como Produtoras e Extrativistas, produzindo uma variedade de alimentos além dos mencionados como: chips da Bocaiúva, amêndoa torrada, salgada e in natura, rapadura, geleias, pães, bolos e barras de cereal de Bocaiúva. A floração para a produção ocorre geralmente de dezembro a março e a frutificação de setembro a janeiro. A comunidade é dotada de característica diferenciada e peculiar por reunir uma população que detém um vasto conhecimento tradicional sobre o aproveitamento da Bocaiúva, palmeira nativa cujo fruto é coletado para a produção de uma farinha artesanal, produto típico local (ECOIA, 2021).

Na primeira visita realizada em 2023, a Comunidade de Antônio Maria Coelho (AMC) consistia de aproximadamente trinta e cinco famílias, distribuídas ao longo das encostas da Morraria Urucum, no Pantanal de Corumbá. Essa distribuição geográfica reflete a adaptação das famílias ao relevo e às condições ambientais características da região, evidenciando a interação entre a ocupação humana e a paisagem natural.

As mulheres da comunidade estão integradas a um “Centro de Processamento de Derivados da Bocaiúva da Comunidade de Antônio Maria Coelho” e trabalham produzindo os derivados da Bocaiúva (*Acrocomia aculeata*), cuja polpa é rica em betacaroteno e é fonte natural de vitamina A e minerais como cobre, potássio e zinco. Além disso, apresenta ação antioxidante e é rica em ômega 3, 6 e 9, vitaminas C e, e contém ainda cálcio, que ajuda na saúde dos ossos, além do magnésio, que proporciona o relaxamento muscular (CATÁLOGO CERRAPAN - ECOIA, 2021).

Na Comunidade, a área coletiva que anteriormente pertencia a apenas dez herdeiros, sofreu um processo de subdivisão em pequenos lotes, com o objetivo de atender à demanda habitacional das famílias que, ao longo de várias gerações, foram se multiplicando. Com a fragmentação da terra em lotes menores, a prática da agricultura familiar tornou-se restrita aos quintais, limitando a capacidade produtiva dos moradores. Como consequência, a sobrevivência da comunidade passou a depender majoritariamente do trabalho externo aos lotes, bem como de outras fontes de renda, como aposentadorias e benefícios de assistência social (CAMPOLIN ET AL., 2009).

Neste sentido, de acordo com a narrativa, durante os períodos em que não podem contar com o fruto como meio de subsistência, as mulheres da comunidade se restringem aos cuidados domésticos e familiares, enquanto seus maridos frequentemente recorrem a "bicos" ou trabalham com carteira assinada nas mineradoras. Esse cenário ilustra um contexto de economia

incerto, marcado pela dependência de recursos naturais sazonais e do trabalho nas indústrias extrativistas, já que a comunidade não trabalha com a pesca, o turismo ou iscas.

A limitação das atividades agrícolas e o conseqüente impacto econômico na comunidade fizeram com que os representantes sociais de Antônio Maria Coelho buscassem parcerias com diversas instituições. Essas colaborações visam desenvolver iniciativas que possam gerar trabalho e renda, garantindo, assim, um melhor bem viver e a permanência dos moradores na região, como os produtos derivados da Bocaiúva.

O caso de AMC ilustra a complexa relação entre a estrutura fundiária, a organização comunitária e a economia local, evidenciando a importância de estratégias que promovam a resiliência das comunidades rurais diante das adversidades econômicas e sociais. A mobilização dos atores locais em busca de alternativas sustentáveis reflete a capacidade de adaptação e a busca por autonomia, elementos cruciais para o desenvolvimento rural no contexto brasileiro (SILVA & LEITE, 2017).

Segundo a explicação fornecida pela moradora sobre a história local, um dos impactos mais severos dessa reconfiguração territorial recaiu sobre as mulheres coletoras de bocaiuva. Nas áreas incorporadas pelas empresas, as plantas de bocaiuva foram eliminadas ou o acesso ao que restou delas foi proibido, rompendo com uma prática tradicionalmente respeitada pelos antigos proprietários de terras da região. Esse bloqueio ao acesso aos recursos naturais impactou profundamente a economia local, especialmente para as mulheres, que dependiam da coleta da bocaiuva para a produção e comercialização de produtos derivados, essenciais para a subsistência familiar.

De acordo com a narrativa, além dos conflitos territoriais, a instalação da siderurgia e a expansão da mineração resultaram em uma drástica redução das fontes de água na região. Vários mananciais da comunidade secaram, forçando o abastecimento precário por meio de caminhões-pipa, cuja água é de qualidade extremamente baixa. Esse cenário de desastre hídrico, agravado pela exploração industrial, evidenciou a vulnerabilidade da comunidade frente ao avanço das atividades econômicas predatórias.

Este cenário ressalta a fragilidade das populações tradicionais diante dos interesses econômicos e a necessidade de políticas públicas que protejam os direitos territoriais e os modos de vida dessas comunidades, conforme discutido por Acsehrad (2010), que enfatizam a importância da justiça ambiental e da regularização fundiária para a sustentabilidade das comunidades rurais.

Dentre as condições insalubres que afetam gravemente as condições de saúde e o bem viver em AMC, uma das mais impactantes é a ausência de água potável. A falta de acesso a água limpa e segura representa um risco significativo para a saúde pública, exacerbando a vulnerabilidade da comunidade a doenças transmitidas pela água e a outros problemas de saúde associados à má qualidade da água. Heller (2007) destaca que o acesso à água potável é um determinante crucial da saúde, e sua ausência pode comprometer gravemente o as condições mínimas para viver das populações, especialmente em comunidades tradicionais e ribeirinhas.

Este conflito tem exercido uma forte influência na vida social, cultural, ambiental e produtiva das famílias que residem na Comunidade de Antônio Maria Coelho (CAMPOLIN ET AL., 2009; COSTA, 2014). As conversas informais realizadas com os moradores revelam uma preocupação crescente com as constantes transformações socioespaciais que têm sido impulsionadas pela intensificação das atividades industriais na região. Essas transformações, muitas vezes justificadas em nome do progresso, têm trazido uma série de problemas para a comunidade, que vão desde a remoção forçada de moradores até a degradação dos recursos naturais.

Segundo as exposições, a remoção de moradores é outro aspecto crítico que emerge desse primeiro contato. A pressão exercida pelas empresas para a instalação de novos projetos industriais tem levado ao deslocamento forçado de famílias, muitas das quais não possuem alternativas viáveis para onde ir. Esse deslocamento, além de desarraigar os moradores de suas terras e culturas, contribui para a fragmentação das redes sociais e para o enfraquecimento das formas tradicionais de organização comunitária.

Uma moradora relatou que os integrantes da comunidade frequentemente enfrentam pressões psicológicas para abandonarem seus lares por parte das mineradoras. Segundo seu depoimento, representantes das empresas envolvidas no desenvolvimento industrial da região frequentemente visitam as casas dos moradores, com o objetivo de pressioná-los a deixarem o local. Essas abordagens são feitas de forma insistente, tentando convencer os residentes a aceitar propostas de saída, o que aumenta o estresse e a vulnerabilidade dessas famílias.

Essa prática de assédio psicológico reflete a disparidade de poder entre as corporações e os moradores locais, que se veem forçados a tomar decisões sob condições de pressão extrema. A situação não só compromete a segurança e a estabilidade emocional, mas também agrava o sentimento de insegurança em relação ao futuro da comunidade. Tais ações, muitas vezes, violam os direitos humanos e os princípios de dignidade e respeito, ao tentar forçar os

moradores a cederem suas terras e abandonarem o modo de vida que cultivaram por gerações (ACSELRAD, 2010).

No que se refere a saúde, a falta de um posto de atendimento médico na comunidade é uma das questões mais urgentes enfrentadas pelos moradores. Atualmente, a comunidade carece de uma unidade de saúde local. Sem um posto de saúde, os moradores não têm acesso a medicamentos ou a atendimento médico básico. Em casos de problemas de saúde mais graves, os residentes são obrigados a se deslocar até Corumbá, a cidade mais próxima, para buscar tratamento.

As narrativas espontâneas coletadas entre as mulheres durante esse primeiro encontro, revelam que muitas delas, incluindo algumas em idades relativamente jovens, sofrem de condições crônicas como artrite, artrose e reumatismos. De acordo com os relatos, a população acredita que esses problemas de saúde estão diretamente relacionados à exposição contínua à poeira de minério.

Os problemas físicos, como artrite e artrose, são particularmente debilitantes para as mulheres de comunidades rurais, que desempenham papéis essenciais na economia familiar e no cuidado de suas famílias. Essas condições comprometem significativamente a mobilidade e a capacidade de trabalho dessas mulheres, intensificando a vulnerabilidade econômica e social da comunidade (MINAYO, 2014).

A poeira gerada pelas atividades de mineração na região contém partículas finas, conhecidas como material particulado, que, ao serem inaladas, podem penetrar profundamente no sistema respiratório. A exposição contínua a essas partículas pode causar danos significativos aos pulmões, resultando no desenvolvimento de doenças como bronquite, asma e outras condições respiratórias crônicas (POPE ET AL., 2009, P. 715).

Durante as narrativas sobre saúde, emergiu um relato particularmente sensível que envolveu o acolhimento individual de uma mulher pela psicóloga, a qual estava em luto pela perda de seu filho, ainda jovem. A mulher atribuiu a morte do filho à negligência médica, mencionando ainda um erro de diagnóstico como a causa principal do falecimento. Essa situação não só aprofundou a dor do luto, mas também gerou um sentimento de injustiça e desamparo em relação ao sistema de saúde.

Tanto a mulher quanto seu marido expressaram o desejo de receber tratamento psicológico para lidar com a perda, no entanto, ela relatou que enfrentam significativas barreiras para acessar esse tipo de atendimento. A primeira dificuldade é a demora em conseguir uma consulta em Corumbá, a cidade mais próxima onde tais serviços estão disponíveis. Além disso,

mesmo que conseguissem marcar as sessões de acompanhamento, eles enfrentariam limitações financeiras e logísticas que tornariam difícil, senão impossível, comparecer regularmente às sessões.

"Esse relato evidencia a lacuna crítica nos serviços de saúde mental disponíveis para comunidades rurais e periféricas, como Antônio Maria Coelho. A falta de acesso a cuidados psicológicos adequados em momentos de crise, como o luto, pode exacerbar o sofrimento emocional e levar ao desenvolvimento de transtornos mentais mais graves. A precariedade do transporte e a insuficiência de recursos financeiros tornam o acesso a esses serviços ainda mais difícil. Esse caso ilustra a necessidade urgente de políticas públicas que expandam o acesso a cuidados de saúde mental em áreas rurais, garantindo que populações vulneráveis recebam o suporte necessário em momentos críticos" (DIMENSTEIN, 2011, P. 738).

Tais condições de saúde não só impactam o bem viver das mulheres, mas também comprometem sua capacidade de trabalhar e de cuidar de suas famílias, aumentando ainda mais a vulnerabilidade socioeconômica da comunidade. A relação entre exposição ambiental e saúde pública é amplamente documentada na literatura, e autores como Frumkin (2010) destacam como a degradação ambiental pode ter efeitos diretos e duradouros na saúde das populações, especialmente em contextos de pobreza e marginalização.

Conforme exposto pelas moradoras, esta situação expõe a comunidade a riscos consideráveis, pois a distância e a falta de transporte adequado dificultam o acesso rápido a cuidados médicos. A ausência de infraestrutura de saúde local não apenas compromete o bem-estar físico dos moradores, mas também aumenta a ansiedade e o estresse, especialmente em situações de emergência.

Diante desse cenário, uma das moradoras que recebeu a psicóloga contou que a comunidade tem solicitado, junto ao poder público, a construção de uma unidade de saúde que possa atender suas necessidades. A presença de um profissional de saúde na comunidade é vista como essencial para melhorar o bem viver e garantir que os moradores tenham acesso a cuidados médicos preventivos e emergenciais. Essa demanda reflete a luta da comunidade por condições básicas de saúde e pela garantia de direitos fundamentais que são, muitas vezes, negligenciados em áreas rurais e periféricas (PAIM, 2009; BREILH, 2013).

A linha férrea que transporta minério continuamente, durante o dia e também de madrugada, é uma fonte constante de barulho e perturbação para os moradores da Comunidade de Antônio Maria Coelho (AMC). Esse problema é especialmente agudo para as mulheres da comunidade, que relatam dificuldades em manter um sono regular devido ao ruído incessante

dos trens que passam ao lado de muitas casas. O impacto do barulho na qualidade do sono é um fator de estresse significativo, pois o sono inadequado e interrompido está associado a uma série de problemas de saúde, incluindo fadiga crônica, aumento do risco de doenças cardiovasculares e distúrbios de humor, como ansiedade e depressão (BASNER ET AL., 2014).

A privação do sono afeta diretamente a saúde e o bem-estar das mulheres, que já enfrentam uma carga pesada de responsabilidades familiares e econômicas. O sono irregular e a interrupção frequente do descanso noturno podem comprometer a capacidade dessas mulheres de realizar suas atividades diárias, exacerbando a vulnerabilidade física e mental. Além disso, o ruído constante não só interfere na qualidade do sono, mas também pode contribuir para uma sensação geral de desconforto e insegurança, intensificando o impacto psicológico do ambiente industrial em que vivem (World Health Organization, 2011). A exposição prolongada ao ruído excessivo, como o causado pela linha férrea, é um exemplo claro de como fatores ambientais podem ter consequências diretas e adversas sobre a saúde pública, particularmente em comunidades vulneráveis que têm pouca ou nenhuma proteção contra essas perturbações.

Outro aspecto preocupante relacionado ao transporte de minério na Comunidade de Antônio Maria Coelho é o impacto físico que esse trânsito intenso tem sobre as estruturas das residências locais. O constante tráfego pesado de trens, combinado com as vibrações e o peso das cargas transportadas, tem causado rachaduras nas casas, o que obriga os moradores a realizar reparos frequentes para manter suas moradias em condições habitáveis. Essas rachaduras não apenas comprometem a integridade estrutural das residências, mas também representam um risco à segurança dos habitantes, que vivem sob a ameaça constante de danos mais severos.

De acordo com as narrativas e conforme verificado pela pesquisadora em várias residências, além das rachaduras, o transporte do minério também resulta em manchas vermelhas nas pinturas das casas, causadas pela poeira do minério que se deposita nas superfícies externas. Essa poeira, rica em óxido de ferro, é notoriamente difícil de remover e danifica permanentemente as pinturas, que têm uma durabilidade significativamente reduzida. Como resultado, os moradores se veem forçados a repintar suas casas com mais frequência, gerando custos adicionais e perpetuando uma sensação de descuido e degradação no ambiente doméstico (FRUMKIN, 2010).

Esses problemas não apenas afetam a estética e o conforto das moradias, mas também refletem o impacto mais amplo das atividades industriais sobre o bem viver dos moradores. A deterioração física das casas, juntamente com a necessidade constante de reparos e manutenção,

impõe uma carga financeira e emocional adicional às famílias, muitas das quais já vivem em condições de vulnerabilidade. Esses danos também ilustram a relação desequilibrada entre a comunidade e as atividades industriais circundantes, onde os custos sociais e ambientais são amplamente suportados pelos moradores locais, enquanto os benefícios econômicos dessas atividades são direcionados para fora da comunidade (ACSELRAD, 2010).

Outra questão delicada enfrentada pela Comunidade de Antônio Maria Coelho (AMC) diz respeito ao acesso à educação. De acordo com os relatos dos moradores, a escola mais próxima da comunidade apresenta sérios problemas relacionados à gestão do ensino. Um dos principais problemas identificados é o não cumprimento do calendário do ano letivo pelos professores, o que compromete a continuidade e a qualidade do aprendizado dos alunos. Além disso, foi relatado que os professores não respeitam a divisão por série e idade, frequentemente agrupando alunos de diferentes faixas etárias em uma mesma aula. A alta taxa de faltas e trocas de dos professores contribui ainda mais para a interrupção do processo educacional. Essa situação tem gerado grande insatisfação entre os pais e responsáveis, que no ano de 2023 passaram a exigir respostas da prefeitura para solucionar esses problemas.

A precariedade no acesso à educação reforça aspectos relacionados a exclusão social e limita as oportunidades de desenvolvimento das crianças e jovens da comunidade, perpetuando um ciclo de desigualdade e falta de perspectivas futuras. Esses desafios evidenciam a necessidade urgente de intervenção por parte das autoridades educacionais para garantir que as crianças da Comunidade de Antônio Maria Coelho tenham acesso a uma educação de qualidade, que respeite suas particularidades e direitos. A educação é um direito fundamental, e sua falta ou má qualidade compromete o desenvolvimento integral dos alunos, além de impactar negativamente o futuro da comunidade como um todo (SAVIANI, 2008).

Além dos desafios previamente mencionados relacionados à escola local, surgiu um relato preocupante de que o diretor da escola tem apoiado as mineradoras, em detrimento dos interesses da comunidade. De acordo com as narrativas, na semana passada, a tensão atingiu um ponto crítico quando a comunidade, sentindo-se pressionada pela possibilidade de fechamento da escola, ameaçou bloquear a estrada como forma de protesto.

Essa situação evidencia um conflito latente entre a comunidade e as forças externas que atuam na região, incluindo as mineradoras. De acordo com as narrativas, o suposto apoio do diretor da escola é visto pelos moradores como algo que fere os interesses educacionais e sociais da comunidade, além do comprometimento da confiança entre os moradores e a instituição educacional. A ameaça de fechamento da escola agrava ainda mais o sentimento de insegurança

e marginalização, pois a escola não é apenas um espaço de aprendizado, mas também um ponto central de coesão social e resistência comunitária.

A tentativa de remover a escola pode ser interpretada como parte de um processo mais amplo de desarticulação social, que visa enfraquecer a capacidade da comunidade de se organizar e resistir às pressões das mineradoras. Essa estratégia de desestruturação das instituições comunitárias é uma tática frequentemente utilizada em contextos de conflitos territoriais, onde os interesses econômicos procuram desmobilizar as comunidades locais para facilitar a implementação de projetos de exploração de recursos (ACSELRAD, 2010).

As mulheres da Comunidade de Antônio Maria Coelho enfrentam os impactos negativos das questões ambientais, tanto de ordem climática quanto resultantes da ação humana, por meio de estratégias de adaptação que revelam a complexidade de suas negociações para a sobrevivência. Diante de eventos como secas e mudanças nos padrões de encomenda, que afetam diretamente as atividades de subsistência, como a agricultura familiar e a coleta de recursos naturais, elas têm mostrado resiliência ao buscar alternativas para lidar com essas adversidades, como a produção de artesanato.

O Ecofeminismo, como discutido por autoras como Vandana Shiva e Maria Mies, argumenta que as mulheres, especialmente aquelas em comunidades rurais e tradicionais, estão na linha de frente dos impactos ambientais devido ao seu papel central na gestão dos recursos naturais e na manutenção da economia doméstica (SHIVA, 2005). As alterações climáticas, caracterizadas por eventos extremos como secas prolongadas e mudanças nos padrões de precipitação, comprometem diretamente as atividades de subsistência das mulheres, que frequentemente dependem da agricultura familiar e da coleta de recursos naturais para a alimentação e a renda familiar. A degradação ambiental, portanto, não apenas intensifica a carga de trabalho das mulheres, mas também ameaça sua segurança alimentar e econômica.

Além disso, o conceito de Justiça Ambiental enfatiza a distribuição desigual dos riscos e benefícios ambientais, onde comunidades marginalizadas, como a de Antônio Maria Coelho, sofrem desproporcionalmente com os impactos negativos das mudanças climáticas e da degradação ambiental causada por atividades humanas, como a mineração e a expansão industrial (ACSELRAD, 2010). Essa desigualdade ambiental é exacerbada pelo fato de que essas comunidades muitas vezes carecem de infraestrutura adequada e de apoio institucional para mitigar os efeitos adversos dessas mudanças.

As mulheres, em particular, enfrentam uma dupla vulnerabilidade: enquanto cuidadoras principais de suas famílias e gestoras dos recursos naturais, elas são diretamente afetadas tanto

pela escassez de recursos quanto pelas pressões sociais e econômicas que resultam das mudanças ambientais. Isso resulta em uma erosão das práticas tradicionais e do conhecimento ecológico local, que são fundamentais para a resiliência comunitária (ACSELRAD, 2010).

A análise dos impactos combinados das mudanças climáticas e das atividades humanas, como a mineração e a indústria, na Comunidade de Antônio Maria Coelho, pode ser ancorada em conceitos de Ecologia Política e Ecofeminismo, que ajudam a compreender as dinâmicas de poder e as injustiças ambientais que emergem nesses contextos. A degradação ambiental causada pela exploração intensiva dos recursos naturais, particularmente nas regiões onde há uma forte presença da mineração e da indústria, compromete gravemente a qualidade do solo e da água. Isso é especialmente crítico em comunidades como a de Antônio Maria Coelho, onde as mulheres desempenham um papel central na coleta e no uso de plantas nativas, que são essenciais tanto para a alimentação quanto para a economia local. "A redução da disponibilidade de recursos naturais, como resultado da contaminação do solo e da escassez de água, impacta diretamente a segurança alimentar e a saúde das famílias, aumentando a vulnerabilidade socioeconômica das comunidades. Essas condições afetam a produção agrícola e comprometem a capacidade das famílias de garantir sua subsistência" (ALTIERI, 2018, P. 142).

O conceito de Ecologia Política, desenvolvido por autores como Joan Martinez-Alier, explora as interseções entre economia, poder e meio ambiente, destacando como as comunidades marginalizadas são frequentemente as mais afetadas pelos danos ambientais causados por atividades econômicas intensivas (MARTINEZ-ALIER, 2014). A exploração de recursos naturais, em nome do desenvolvimento econômico, muitas vezes resulta em degradação ambiental que sobrecarrega as comunidades locais, especialmente as mulheres, que têm uma relação direta com o ambiente para sustentar suas famílias.

Além disso, o Ecofeminismo, como articulado por Vandana Shiva, oferece uma crítica às práticas de exploração que ignoram as necessidades das comunidades locais e subestimam o valor dos conhecimentos tradicionais de gestão dos recursos naturais. Segundo Shiva (2005), as práticas de exploração não só desrespeitam os direitos das comunidades, mas também podem comprometer a resiliência ecológica e social, criando um ciclo de vulnerabilidade que é exacerbado pelas mudanças climáticas. A combinação de pressões climáticas e antrópicas gera um cenário em que a sustentabilidade econômica e a saúde das famílias da comunidade estão constantemente ameaçadas, resultando em um empobrecimento progressivo das condições de vida.

As mulheres, que desempenham um papel central na gestão dos recursos naturais e na manutenção das práticas culturais, sentem de forma aguda os efeitos dessas mudanças. O relato das moradoras evidencia a interseção entre gênero e meio ambiente, onde as problemáticas ambientais intensificam as desigualdades já existentes e impõem desafios adicionais às mulheres, que precisam constantemente adaptar suas estratégias de sobrevivência diante das adversidades (SHIVA, 2005).

De acordo com os relatos dos moradores da Comunidade de Antônio Maria Coelho, os maiores problemas surgem durante períodos de chuvas intensas. Nessas ocasiões, as estradas, que são construídas com os resíduos dos cascalhos de minério, cedem e ficam submersas, tornando-se intransitáveis. Esse problema é particularmente grave, pois impede que os moradores se desloquem tanto a pé quanto de carro, isolando a comunidade e dificultando o acesso a serviços essenciais e a outras áreas da região. Há anos que os trens não transportam mais as pessoas da comunidade e as mulheres não relataram se, no período das enchentes, os trens param de trafegar. No entanto, nas visitas as comunidades, foram observados muitos carregamentos de caminhões de minério que transportam o material também pelas rodovias do Mato Grosso do Sul.

A vulnerabilidade da infraestrutura viária reflete a precariedade das condições em que a comunidade vive, exacerbada pelas práticas de construção que não levam em consideração as necessidades locais e as condições climáticas adversas. Durante as chuvas, o cascalho de minério, que já é instável, se torna ainda mais suscetível à erosão e ao deslocamento, resultando em estradas que não oferecem segurança ou acessibilidade.

O isolamento forçado durante os períodos chuvosos não só compromete a mobilidade dos moradores, mas também agrava os desafios já existentes, como o acesso a cuidados de saúde, educação, e suprimentos básicos. Essa situação evidencia a falta de investimentos adequados em infraestrutura que considere as condições ambientais e a realidade socioeconômica da comunidade, deixando os moradores em uma posição de vulnerabilidade extrema (ACSELRAD, 2010).

Em consequência da aparente irresponsabilidade por parte das mineradoras, o principal rio que atravessa a Comunidade de Antônio Maria Coelho encontra-se gravemente assoreado. O assoreamento, que é o acúmulo de sedimentos e detritos no leito do rio e resulta da erosão exacerbada pelo desmatamento, pelas atividades de mineração e pela inadequada gestão dos resíduos gerados por essas operações. Esses sedimentos, muitas vezes carregados pelo

escoamento superficial das águas durante as chuvas, são depositados no rio, reduzindo sua profundidade e comprometendo seu fluxo natural.

A diminuição da capacidade de transporte de água nos rios traz sérias implicações ambientais e sociais para as comunidades ribeirinhas. Durante os períodos de chuvas intensas, o risco de inundações aumenta, enquanto na estação seca, o fluxo de água pode ser drasticamente reduzido, afetando o abastecimento de água, a pesca e outras atividades econômicas dependentes do rio. Além disso, a degradação do rio compromete a biodiversidade local, ameaçando a fauna e a flora aquáticas que dependem de um ambiente saudável para prosperar (JUNK ET AL., 2013).

O assoreamento do rio em Antônio Maria Coelho tem impactos significativos não apenas no ecossistema local, mas também nos recursos alimentares da comunidade, especialmente pela redução drástica na disponibilidade de peixes. A deposição de sedimentos no leito do rio altera o habitat aquático, dificultando a sobrevivência e a reprodução de diversas espécies de peixes que são essenciais para a dieta e a economia da comunidade. Com o declínio das populações de peixes, os moradores enfrentam a perda de uma fonte crucial de alimentos, o que pode levar a uma maior vulnerabilidade nutricional e econômica (BARLETTA ET AL., 2010).

Em 2023, as mulheres da comunidade relataram a necessidade de formalizar denúncias ao Ministério Público sobre a precariedade do atendimento escolar oferecido pela única instituição de ensino nas proximidades da comunidade. Eles destacaram que tanto o diretor quanto os professores exerciam suas funções de forma irregular, não cumprindo o calendário letivo previsto, e que, em algumas faixas etárias, os estudantes eram agrupados em uma mesma série, desconsiderando as diferenças de desenvolvimento das crianças e adolescentes.

Outro ponto de preocupação levantado pelas moradoras foi a proximidade do diretor da escola com os gestores das mineradoras locais. Eles expressaram a percepção de que havia uma conivência entre ambos, que resultou em uma forma de pressão velada para a retirada da comunidade de Antônio Maria Coelho de sua localidade original. Para as mulheres, essa situação foi interpretada como parte de uma estratégia que beneficia os interesses das empresas mineradoras, ao passo que agravava a vulnerabilidade e a insegurança territorial da comunidade.

As mulheres da comunidade de Antônio Maria Coelho contam que estão sujeitas às constantes "pressões psicológicas" exercidas pelas mineradoras locais, as quais buscam induzi-las ao abandono de seus lares. Segundo os relatos, essas empresas frequentemente descumprem

acordos previamente estabelecidos e desconsideram as regulamentações governamentais externas para a proteção da população que residem nas áreas internas de extração mineral. As mineradoras, conforme expostas pelas mulheres, demonstram interesse em remover a comunidade da região, uma vez que a presença dos moradores é vista como um obstáculo aos seus interesses capitalistas.

Esse cenário levou a um número expressivo de denúncias junto ao Ministério Público, nas quais as mulheres buscam denunciar práticas abusivas e pressionar empresas para cumprir determinações legais. No entanto, as mineradoras apenas demonstram disposição em atender às exigências governamentais e aos direitos da comunidade mediante pressão constante dos próprios moradores. Essa dinâmica tem gerado um clima de insegurança e desgaste emocional, evidenciando a vulnerabilidade da comunidade diante do poder econômico dessas grandes empresas.

A situação do rio em AMC é um exemplo claro dos efeitos negativos que práticas irresponsáveis de exploração de recursos podem ter sobre os ecossistemas locais e as populações humanas que deles dependem. A falta de medidas eficazes de mitigação por parte das mineradoras, aliada a uma fiscalização insuficiente, agrava ainda mais o problema, deixando a comunidade em uma posição de vulnerabilidade e risco contínuo (ACSELRAD, 2010).

Os desafios enfrentados pela Comunidade de Antônio Maria Coelho são emblemáticos das tensões que surgem na interface entre o desenvolvimento industrial e os direitos das comunidades tradicionais. A busca pelo progresso econômico, frequentemente conduzida sem a devida consideração pelas consequências sociais e ambientais, resulta em um cenário de conflito e degradação que ameaça não apenas o meio ambiente, mas também a sobrevivência cultural e social dos povos que habitam essas regiões (ACSELRAD, 2010).

Historicamente, as mulheres desempenham um papel central nas atividades de subsistência e na gestão dos recursos naturais em comunidades tradicionais. Eles são frequentemente responsáveis pela agricultura familiar, pela coleta de alimentos e materiais da floresta, bem como pelo cuidado com a família e com a comunidade. Assim, quando o ambiente natural é degradado, seja pela ação de empresas mineradoras, como ocorre na Comunidade de Antônio Maria Coelho, ou por mudanças climáticas como secas e queimadas, as mulheres são diretamente impactadas, pois suas atividades diárias dependem dos recursos que o ambiente oferece.

As mulheres também são as principais cuidadoras em suas famílias, sendo responsáveis pela saúde e bem-estar dos membros da comunidade. Quando a saúde das famílias é afetada pela manipulação ambiental, como a poluição do ar e da água, essas mulheres enfrentam uma dupla carga: a de tentar manter a subsistência em condições ambientais adversas e de cuidar dos familiares afetados por doenças relacionadas à poluição, como conforme descrito na Comunidade de Antônio Maria Coelho, onde a poeira do minério compromete a saúde dos moradores.

Do ponto de vista cultural, muitas dessas comunidades valorizam o conhecimento tradicional, transmitido de geração em geração, especialmente entre as mulheres, que são as guardiãs de saberes ligadas à biodiversidade local, à agricultura sustentável e ao manejo de recursos naturais. Quando esses ambientes são degradados, não apenas o sustento econômico é comprometido, mas também os saberes e práticas culturais, que estão intrinsecamente ligados ao território.

Esse cenário de sobrecarga para as mulheres nas comunidades tradicionais e ribeirinhas é reforçado pela falta de políticas públicas que levem em consideração as especificidades do gênero. A ausência de medidas que protejam os direitos das mulheres e promovam sua inclusão em processos de tomada de decisão agrava ainda mais sua vulnerabilidade frente aos impactos socioambientais.

7.4. A COMUNIDADE RIBEIRINHA PORTO ESPERANÇA

Porto Esperança é um distrito localizado a 70 km de Corumbá, no Estado de Mato Grosso do Sul, situado na margem esquerda do Rio Paraguai. Antes da construção da Ponte Eurico Gaspar (inicialmente chamada Rio Branco), “teve grande importância na região, pois ali estava o fim da linha dos trilhos da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil – NOB, sendo um importante ponto de transbordo de cargas e passageiros que tinham como destino Corumbá e adjacências” (ECOIA, 2021). Atualmente a comunidade reúne aproximadamente quarenta famílias.

A história da Comunidade Porto Esperança está intimamente ligada ao desenvolvimento urbano e econômico da região de Corumbá, especialmente a partir do final do século XIX. Em 1878, Corumbá foi elevada à condição de cidade, um marco importante no processo de urbanização e integração dessa área ao cenário econômico nacional.

Figura 3 – Comunidade Ribeirinha Porto Esperança, Pantanal – MS



Fonte: Simone Príncipe Rondon (2023)

Corumbá desempenha um papel estratégico no crescimento econômico do Centro-Oeste brasileiro, destacando-se como um ponto crucial para a expansão das rotas comerciais e de transporte. A cidade se tornou um eixo logístico vital para o escoamento de produtos, conectando a produção agropecuária e mineral do interior com os mercados externos por meio da hidrovia do Rio Paraguai e das ferrovias regionais (CASTRO, 2010, P. 50).

A fundação do Distrito de Porto Esperança em 1912 e a conclusão das obras da ferrovia em 1914 foram eventos que consolidaram a importância da região como um eixo de transporte e comércio, facilitando a movimentação de mercadorias e pessoas. A construção das ferrovias no Brasil modificou profundamente as dinâmicas econômicas e sociais nas regiões em que foram implantadas, especialmente em áreas remotas como o Pantanal. Essas infraestruturas facilitaram o transporte de produtos agrícolas e minerais, integrando regiões isoladas ao mercado nacional e internacional, o que transformou as economias locais e alterou as relações sociais nas áreas de influência ferroviária (MEIRELLES, 2006, P. 35).

A chegada da Urucum Mineração S/A e da Companhia VALE do Rio Doce em 1975 marcou uma nova fase no desenvolvimento econômico de Corumbá e de suas comunidades adjacentes, como Porto Esperança. Couto (2011) discute a influência da mineração na reestruturação econômica e social da região, destacando tanto os benefícios quanto os desafios trazidos por essa atividade, especialmente em termos de impacto ambiental e transformações no modo de vida das populações locais.

Com a criação do Estado de Mato Grosso do Sul em 1977, houve uma reorganização política e administrativa que afetou diretamente as comunidades tradicionais da região. A privatização da ferrovia em 1995 e a consequente extinção dos trens de passageiros da Malha Oeste, que passaram a servir apenas para cargas, deixaram Porto Esperança sem seu principal meio de transporte, o que teve um impacto profundo na mobilidade e no acesso a serviços essenciais pelos moradores. Santos (2008) aborda a privatização das ferrovias no Brasil, analisando seus efeitos sobre as comunidades dependentes desse meio de transporte.

A fundação da Associação dos Moradores e Amigos do Distrito de Porto Esperança, em 2000, foi um marco na organização comunitária local, sinalizando o início das lutas por melhorias nas condições de vida e por maior participação nas decisões que afetam a comunidade. Oliveira (2010) explora a importância das associações comunitárias na mobilização social e na luta por direitos em comunidades rurais e tradicionais no Brasil.

Segundo Souza e Silva (2009), desde então, além da ausência dos serviços de transporte e dificuldades de acesso a saúde, educação, saneamento básico, entre outros, Porto Esperança

passou a se situar como uma espécie de porto da Companhia Vale do Rio Doce (CVDRD), que realizava a extração e o embarque de minério de ferro da região, permanecendo até os dias atuais. De acordo com os relatos recentes obtidos nesta pesquisa, o nome da empresa atual que realiza a extração do minério é outro, mas continua pertencendo a Vale do Rio Doce.

O aumento do interesse econômico pela região de Porto Esperança e a chegada de novas empresas que adquiriram terras na localidade promoveram conflitos com a comunidade de ribeirinhos. De acordo com o jornal *Capital do Pantanal* (19/11/2013), a partir de setembro de 2013, “os moradores denunciaram à Câmara Municipal de Vereadores de Corumbá a invasão de terras da União e a devastação da mata nativa local por fazendeiros, além dos constantes assédios realizados para que se desfizessem de suas benfeitorias. De acordo com os ribeirinhos, ao recusarem vender as benfeitorias, eles sofriam invasões e danos. Uma moradora de Porto Esperança declarou à reportagem: “Estão fazendo de tudo para que a gente venda nossas casas, e quem se recusa vem sendo coagido; estão danificando nossas propriedades e derrubando nossas plantações”.

Atualmente, no ano de 2023, o acesso a comunidade, dependendo da época do ano, pode ser feito somente por barco, pois com as cheias do Pantanal e a falta de estrutura, as estradas ficam submersas e a comunidade “ilhada”, foi o que aconteceu no ano de 2013, ano de início desta pesquisa.

Na primeira visita na Comunidade de Porto Esperança (PE), realizada em 7 de abril de 2023, o acesso à comunidade estava bloqueado, uma vez que a estrada principal se encontrava submersa devido aos elevados volumes de precipitação. Esse fenômeno, característico do período das cheias no Pantanal, ocorre quando a intensidade das chuvas faz com que rios e corixos transbordem, inundando as áreas circundantes. Segundo Ab'Sáber (2006), as cheias no Pantanal são eventos cíclicos e essenciais para a dinâmica ecológica da região, mas também representam desafios significativos para a mobilidade das comunidades locais.

Diante da impossibilidade de utilizar as vias terrestres, a única alternativa viável para alcançar a comunidade foi o aluguel de um barco com piloto, ao custo de R\$200,00 por pessoa, ida e volta. Lima e Silva (2015) destacam que o transporte fluvial é frequentemente a única opção em períodos de cheia no Pantanal, refletindo a adaptação das comunidades locais às condições ambientais extremas.

Após aproximadamente vinte e cinco minutos de navegação pelo Rio Paraguai, em meio à companhia de ariranhas, a chegada à Comunidade Porto Esperança revela um cenário marcado pela coexistência de palafitas e casas de alvenaria e madeira, atualmente totalizando

aproximadamente quarenta famílias. Essa comunidade, localizada no coração do Pantanal, conta com uma infraestrutura básica que inclui uma escola, três igrejas evangélicas e uma católica, refletindo a diversidade religiosa local. Além disso, uma linha de trem ativa, utilizada para o carregamento de minério, atravessa a comunidade, passando ao lado da base de uma mineradora que realiza o tratamento do minério transportado pelo trem.

De acordo com Ab'Sáber (2006), as comunidades ribeirinhas no Pantanal convivem com a integração de atividades econômicas tradicionais e modernas, como a mineração, o que molda suas dinâmicas sociais e espaciais. A presença da linha de trem e da mineradora é indicativa da intensa exploração mineral na região, que influencia diretamente o cotidiano e a organização territorial da comunidade (COUTO, 2011).

A recepção na Comunidade Porto Esperança foi marcada por uma calorosa hospitalidade, refletindo a coesão e a organização da comunidade. Assim que a pesquisadora se identificou ao desembarcar do barco, uma pessoa já a aguardava para conduzi-la até a residência de uma das mulheres da comunidade, demonstrando a prontidão e o cuidado com que os moradores recebem visitantes e se mobilizam para facilitar a interação com aqueles que se interessam pela realidade local. Os autores Lima e Silva (2015) argumentam que essa hospitalidade é característica das comunidades tradicionais do Pantanal, onde os laços sociais e o apoio mútuo desempenham um papel central na dinâmica comunitária.

A pesquisadora foi então recebida na casa de uma das moradoras, com quem teve a oportunidade de conversar por aproximadamente duas horas. De maneira espontânea, a pesquisadora começou por se identificar e explicar detalhadamente o propósito de sua pesquisa. Durante a conversa, a moradora destacou que, embora a comunidade já tenha recebido outros pesquisadores, esta foi a primeira vez que acolheram uma psicóloga. Silva e Rocha (2012) apontam que o ineditismo de determinadas disciplinas em contextos comunitários pode influenciar a receptividade e o engajamento dos participantes, especialmente em comunidades tradicionais onde as práticas acadêmicas são menos frequentes.

Durante a conversa, a moradora relatou que a população local enfrenta impactos significativos decorrentes da mineração, da seca e das queimadas, que devastaram as árvores de Acuri, um recurso importante como alternativa para a subsistência das famílias. Atualmente, a mandioca é o único cultivo que conseguem manter na terra, refletindo a severidade das alterações ambientais que moldam as práticas agrícolas locais. Os autores Bezerra e Santos (2018) destacam que as rotinas de vida das comunidades tradicionais no Pantanal são fortemente condicionadas pelas variações climáticas, as quais determinam não apenas a

disponibilidade de recursos naturais, mas também a organização social e econômica das populações. A destruição de vegetações nativas e a pressão da mineração exacerbam essas vulnerabilidades, comprometendo a segurança alimentar e a resiliência das comunidades frente às adversidades ambientais.

De acordo com o relato colhido, a comunidade enfrenta sérios problemas respiratórios devido à inalação constante da poeira de minério, que se dispersa no ar diariamente. A intensidade da poeira é tal que, em alguns momentos, a moradora se vê obrigada a contatar a responsável pela mineradora, solicitando a interrupção temporária dos trabalhos e a aplicação de água para minimizar a poeira. Essa medida, no entanto, é apenas paliativa, pois a poeira continua a afetar negativamente a saúde dos residentes, causando desconforto respiratório e outras complicações.

Além disso, a poeira do minério, como conferido pela pesquisadora, prejudica as plantas que ficam cobertas por uma espécie de óleo. A limpeza das residências também fica comprometida, sujando a pintura das casas, os móveis internos e até mesmo as roupas que estão secando no varal. Freitas e Gomes (2014) discutem os impactos da atividade mineradora sobre a saúde pública, ressaltando que a exposição prolongada à poeira de minério pode resultar em doenças respiratórias crônicas, além de afetar o bem viver dos moradores das comunidades vizinhas às áreas de extração.

Antes das devastadoras queimadas de 2020, que destruíram as plantações de Acuri (*Attalea phalerata* Mart. ex Spreng.), uma das espécies vegetais mais importantes para as comunidades do Pantanal, as mulheres da Comunidade Porto Esperança se organizavam na “Associação de Mulheres Ribeirinhas de Porto Esperança” para trabalhar com os derivados do produto, que incluíam polpas desidratadas, farinhas e amêndoas, que não apenas geravam renda, mas também eram fundamentais para a alimentação e saúde da comunidade. A polpa do Acuri é rica em vitamina A, cobre, magnésio e potássio, nutrientes que desempenham papéis essenciais na regulação da pressão arterial e na prevenção de doenças cardíacas (LORENZI ET AL., 2006). A perda dessas plantações devido às queimadas representou um golpe severo para a economia local e para a segurança alimentar das famílias, destacando a vulnerabilidade das comunidades tradicionais às mudanças ambientais e à degradação dos recursos naturais.

De acordo com as narrativas, as mulheres da Comunidade Porto Esperança assumem diversos papéis essenciais para a sustentabilidade econômica e social da região. Elas se envolvem na coleta de iscas vivas, participam do turismo e realizam uma série de atividades domésticas e comunitárias, como a limpeza dos peixes. Além disso, muitas delas mantêm

empregos fora da comunidade, o que evidencia sua capacidade de adaptação e reinvenção constante frente às condições adversas. O autor Siliprandi (2011) argumenta que essa multifuncionalidade é característica das mulheres em comunidades tradicionais, onde a flexibilidade e a resiliência são essenciais para enfrentar os desafios socioeconômicos e ambientais. A capacidade de desempenhar múltiplos papéis permite a essas mulheres equilibrar suas responsabilidades domésticas e comunitárias com a necessidade de garantir a subsistência e o bem viver de suas famílias.

Ainda sobre as articulações das mulheres de Porto Esperança, a moradora contou sobre a “Associação de Mulheres Ribeirinhas de Porto Esperança”, fundada em 2016, desempenha um papel importante na defesa dos direitos sociais das mulheres e das comunidades ribeirinhas da região. Caracterizada como uma organização voltada para "Atividades de Associações de Defesa de Direitos Sociais", a associação tem se dedicado a promover o reconhecimento e a valorização das identidades culturais e sociais das mulheres locais, a luta por direitos essenciais e a participação nas decisões que envolvem a administração dos recursos naturais.

Atualmente, um dos principais objetivos da comunidade é obter o reconhecimento legal de Porto Esperança como uma "comunidade tradicional", um título que garantiria maior proteção e direitos às práticas culturais e territoriais da comunidade. Conforme discutido por Arruti (2006), o processo de reconhecimento legal de comunidades tradicionais no Brasil envolve complexas negociações políticas e jurídicas, sendo fundamental para assegurar a manutenção dos modos de vida e dos direitos dessas populações.

Outro aspecto muito citado referiu-se sobre mudanças climáticas e as alterações ambientais provocadas pela atividade das mineradoras, que têm impactado diretamente os modos de vida dessas mulheres, afetando sua saúde e bem viver. Siliprandi (2011) discute como as mulheres em comunidades tradicionais, especialmente aquelas que dependem de recursos naturais, estão entre as mais afetadas pelas mudanças ambientais, necessitando frequentemente ajustar suas práticas e estratégias de subsistência. Novamente observa-se a capacidade de resiliência dessas mulheres, no entanto, também revela a complexidade de sua luta pela sobrevivência e bem-estar em um contexto de crescentes desafios socioambientais.

De acordo com o relato colhido, um dos desafios que mais afligem a comunidade de Porto Esperança, diz respeito à concessão de terras e à regularização das moradias. A insegurança fundiária tem gerado incertezas entre os moradores, que temem a perda de suas casas e a desestabilização da comunidade. Almeida (2013) argumenta que a regularização fundiária é essencial para a proteção dos direitos das comunidades tradicionais, uma vez que

assegura a posse da terra e proporciona segurança jurídica, evitando conflitos e promovendo o desenvolvimento social e econômico local.

Segundo a Ecoa (2015), desde o ano de 2013, um cenário de conflitos se instaurou na comunidade ribeirinha de Porto Esperança, quando uma empresa agropecuária adquiriu 750 hectares na região da comunidade onde viviam 62 famílias. “A empresa passou a cercar o direito das pessoas de ir e vir e pressionava os moradores a venderem suas terras de forma irregular por preços irrisórios”, contou o diretor presidente da Ecoa, André Siqueira. Depois de um trabalho intensivo de análise das áreas griladas que envolveu o Ministério Público Federal (MPF), Polícia Federal (PF), Superintendência do Patrimônio da União em Mato Grosso do Sul (SPU-MS) e a ONG Ecoa, 19 ribeirinhos receberam seus Termos de Autorização de Uso Sustentável (TAUS). Outros integrantes da comunidade ainda não possuem suas residências regularizadas.

Em um determinado momento da conversa, a pesquisadora foi convidada a realizar uma caminhada pela comunidade, durante a qual teve a oportunidade de conhecer a antiga estação de trem desativada, a escola, as igrejas, o comércio local e as residências vizinhas. A caminhada incluiu também uma visita ao cemitério da comunidade, onde as lápides centenárias narram a história local, e uma aproximação da área da mineradora. Essa experiência permitiu à pesquisadora uma inserção mais aproximada da realidade cotidiana da comunidade, proporcionando uma compreensão da dinâmica local e das interações entre as pessoas e o ambiente.

Durante a caminhada, quando questionada sobre as relações entre as mulheres da comunidade, a moradora relatou que há uma notável falta de união entre elas, caracterizada por sentimentos de inveja e competição: “para as mulheres aqui, a liderança é rica”. Esse cenário sugere a existência de tensões sociais internas que podem impactar a coesão comunitária e a capacidade de organização coletiva. Sarti (2004) observa que, em contextos de comunidades tradicionais, as dinâmicas de poder e as relações interpessoais entre as mulheres podem ser influenciadas por fatores socioeconômicos, culturais e históricos, que, por sua vez, podem fomentar rivalidades e desafios à solidariedade grupal.

O relato também abordou questões relacionadas a conflitos internos semelhantes aos observados em Porto da Manga, especificamente entre as pessoas que residem próximas ao Porto e, por essa razão, “desfrutam” de mais facilidades e benefícios. Em Porto Esperança, ouviu-se: “quem mora no Porto é rico”. Esses conflitos evidenciam as desigualdades intracomunitárias que podem surgir em contextos onde o acesso a recursos e oportunidades

pode não ser equitativamente distribuído. Tavares (2010) argumenta que, em comunidades ribeirinhas, a proximidade a pontos estratégicos, como portos, pode gerar disparidades significativas nas condições de vida e acesso a serviços, exacerbando tensões sociais e influenciando as dinâmicas de poder e conflito dentro da comunidade.

De forma espontânea, a moradora compartilhou com a pesquisadora e psicóloga a situação de mulheres na comunidade que enfrentam desafios significativos relacionados à saúde mental. Uma delas está sob suspeita do diagnóstico de Síndrome do Pânico, sofrendo enquanto aguarda a conclusão do acompanhamento psicológico que está sendo realizado em Corumbá, porém tudo é muito lento. A outra mulher, por sua vez, apresenta transtornos mentais não diagnosticados e tem crises frequentes na comunidade. Minayo (2014) ressalta que a saúde mental em comunidades tradicionais e ribeirinhas é frequentemente subdiagnosticada e subtratada, devido ao acesso limitado a serviços especializados, o que agrava o sofrimento psíquico e aumenta a vulnerabilidade das pessoas afetadas.

Conforme o exposto, a pesquisadora observou ainda que questões pessoais que ocorrem em comunidades tradicionais e ribeirinhas podem frequentemente se tornar de conhecimento coletivo. Devido à proximidade e à forte interdependência social nessas comunidades, eventos privados tendem a ser compartilhados e discutidos entre os membros da comunidade, o que pode intensificar as dinâmicas sociais e as relações de poder. Essa coletivização das questões pessoais pode influenciar a coesão social, ao mesmo tempo em que gera pressões sociais adicionais sobre os indivíduos envolvidos (STEPHENS, 2020).

Outro aspecto insalubre que afeta gravemente as condições de saúde em Porto Esperança, é a ausência de água potável. A falta de acesso a água limpa e segura representa um risco significativo para a saúde pública, exacerbando a vulnerabilidade da comunidade a doenças transmitidas pela água e a outros problemas de saúde associados à má qualidade da água. Heller (2007) destaca que o acesso à água potável é um determinante crucial da saúde, e sua ausência pode comprometer gravemente o bem-estar das populações, especialmente em comunidades tradicionais e ribeirinhas.

Outro problema sério enfrentado pela comunidade de Porto Esperança é a ausência de um posto de saúde, farmácia ou qualquer disponibilidade local de medicamentos. Quando adoecem, os moradores são obrigados a buscar atendimento médico na cidade de Corumbá, que é o local mais próximo com infraestrutura de saúde disponível. Essa situação expõe a comunidade a riscos significativos, uma vez que a distância e a falta de transporte adequado podem atrasar o acesso a cuidados médicos essenciais, exacerbando as condições de saúde e

umentando a vulnerabilidade da população local. Paim (2009) discute como a falta de acesso a serviços básicos de saúde em áreas rurais e isoladas agrava as desigualdades em saúde, comprometendo a capacidade das populações de obter um atendimento contínuo e eficaz.

Em contrapartida as dificuldades, quando questionada pela psicóloga sobre "o que torna a vida melhor aqui", ela respondeu prontamente: "temos a natureza", "natureza é tudo", "acordar com os passarinhos cantando não tem preço". Essas respostas refletem uma profunda conexão com o ambiente natural e destacam a importância da natureza como um fator central para um bem viver. Nas comunidades tradicionais, a relação com a natureza transcende o aspecto meramente utilitário, sendo vista como parte integrante da identidade cultural e espiritual. A natureza confere significado ao cotidiano e estrutura uma visão de mundo que integra os seres humanos e o ambiente em uma rede interdependente de pertencimento e harmonia. Isso proporciona um sentido profundo de felicidade e continuidade que transcende as adversidades materiais (DESCOLA, 2013).

Durante a imersão em Porto Esperança, a pesquisadora observou aspectos que compõem a vida cotidiana da comunidade. A tranquilidade emerge como um elemento central em um dia de feriado como este, evidenciada por crianças que brincam livremente em frente às suas casas, idosos sentados em frente as residências e outros moradores que se reúnem para tomar bebidas e se engajam em conversas em um bar local que serve como ponto de encontro para um número considerável de pessoas.

Sobre este último cenário, as declarações obtidas revelaram um problema persistente na comunidade ribeirinha envolvendo tanto mulheres quanto homens, que é o abuso de álcool. De acordo com Silva & Santos (2021), o abuso de álcool pode estar ligado a vários fatores, como condições socioeconômicas precárias, isolamento geográfico, falta de acesso a serviços de saúde e apoio psicológico, além de possíveis questões culturais que podem normalizar ou perpetuar o consumo excessivo de álcool.

A dinâmica de vida aparentemente tranquila em Porto Esperança é contrastada pela presença constante da linha de trem que atravessa a comunidade, uma infraestrutura que, embora vital para a economia regional, continua a impor desafios e problemas significativos para os moradores, ainda que muitos encontrem oportunidades de trabalho nessas mineradoras. Santos (2019) argumenta que, em muitas comunidades ribeirinhas, a coexistência entre a tranquilidade do ambiente natural e as intervenções industriais, como ferrovias, geram uma tensão constante que afeta os residentes locais.

Neste sentido, a serenidade da comunidade é contrastada pela atividade incessante da mineradora, que domina o ambiente local. O ar é denso, saturado pela poeira do minério que se deposita visivelmente sobre os carros e as plantas, criando uma tensão entre a tranquilidade da vida comunitária e o impacto ambiental das operações industriais. Silva (2013) discute como as atividades mineradoras frequentemente impõem desafios significativos às comunidades tradicionais e ribeirinhas, afetando não apenas a saúde pública, mas também a percepção de bem-estar e a relação dos moradores com seu ambiente.

Apesar dessas adversidades, de acordo com os relatos, o amor dos moradores pela terra e pelo seu lugar de origem é percebido, sustentado por um vínculo com a natureza, que eles cuidam e da qual dependem. Nas comunidades tradicionais, a conexão com a terra e o ambiente natural transcende o aspecto material, representando uma dimensão identitária essencial. Esse vínculo confere às pessoas um sentido profundo de pertencimento e serve como uma fonte de resistência frente às adversidades, preservando sua identidade coletiva e autonomia em meio às transformações impostas pelo mundo externo (ESCOBAR, 2018, P. 144).

9 A PRODUÇÃO DOS DADOS E DISCUSSÃO

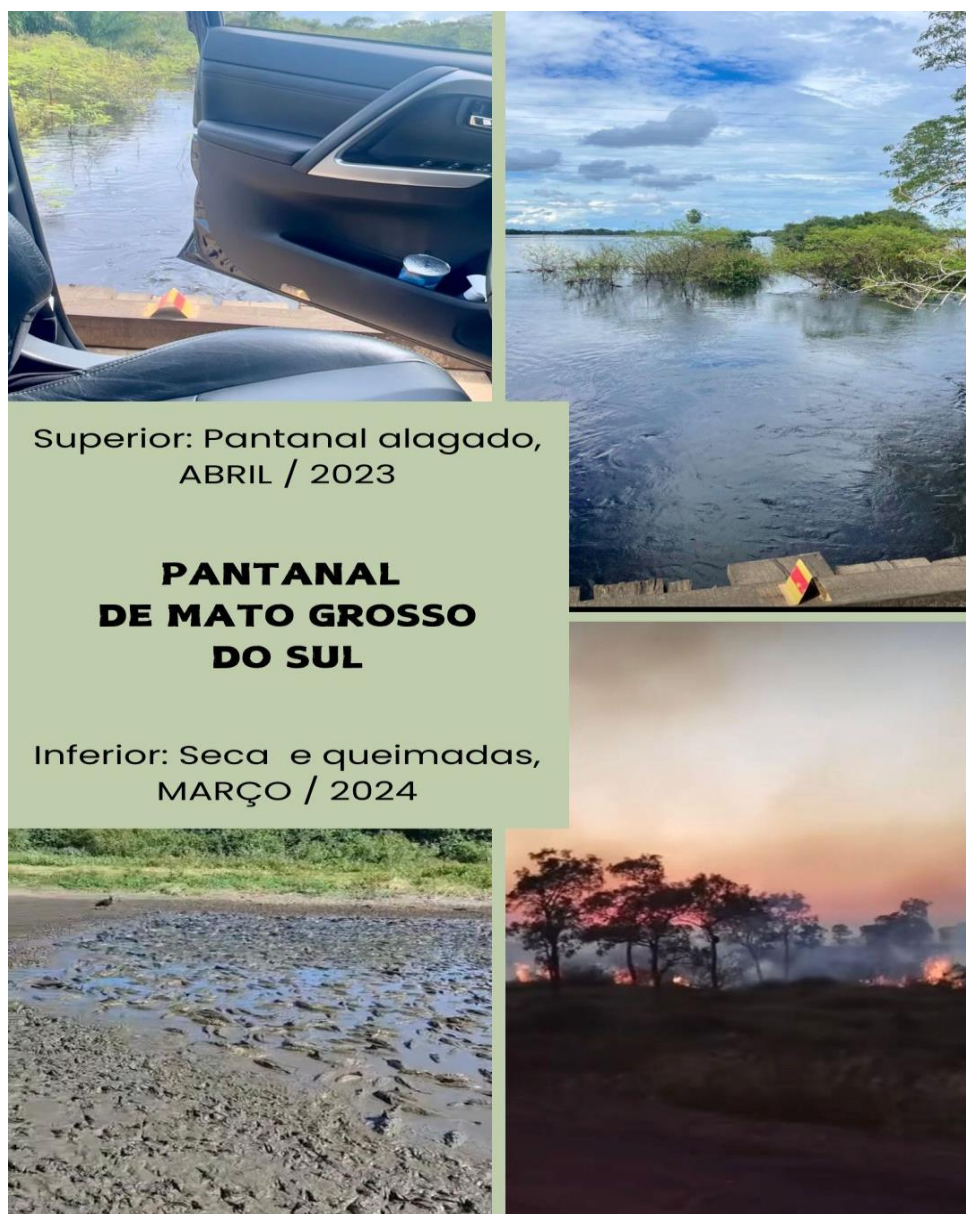
A produção dos dados desta pesquisa teve início em março de 2024, quando a pesquisadora retornou às comunidades. Durante os meses anteriores ao retorno, o contato com as comunidades foi feito mediante mensagens mensais via WhatsApp como principal meio de comunicação. O objetivo primordial era preservar o vínculo previamente construído com as mulheres das comunidades, garantindo que o distanciamento físico não interferisse na confiança e na relação estabelecida no início da pesquisa.

É fundamental destacar um dado relevante para este segundo momento da pesquisa: o panorama climático da região do Pantanal apresentou uma mudança drástica entre os anos de 2023 e 2024, conforme vivenciado pela pesquisadora e acompanhado por toda a sociedade nos veículos de comunicação.

Durante a imersão nas comunidades no ano de 2023, a região onde se encontram as comunidades estavam alagadas, característica típica do ciclo natural do Pantanal, onde as cheias desempenham um papel crucial na renovação dos ecossistemas e na subsistência das comunidades locais. No entanto, em 2024, o cenário era drasticamente diferente, com a área severamente afetada pela seca extrema e pelas queimadas que se alastraram, transformando vastas áreas do Pantanal em uma paisagem desolada e em chamas. Esse contraste climático

reflete não apenas a vulnerabilidade da região às mudanças ambientais, mas também o impacto direto dessas variações sobre a vida das comunidades ribeirinhas, cujas atividades econômicas e sociais estão intrinsecamente ligadas ao ciclo natural das águas. A dependência de recursos hídricos para subsistência coloca essas populações em situação de risco quando ocorrem alterações nos padrões de inundação e seca (POFF ET AL., 2016). A dinâmica das comunidades no combate à seca e às queimadas passou a ser um aspecto central de sua organização e sobrevivência, nos dias atuais.

Figura 12: Pantanal Alagado (2023) e Pantanal das Queimadas (2024)



Fonte: Simone Príncipe Rondon, Pantanal alagado, 2023.

Fonte: Ecoa – Queimadas Pantanal, 2024.

9.1. NOVOS CAMINHOS DA PESQUISA

Para esta segunda etapa da pesquisa, curiosamente, as duas comunidades que manifestaram interesse em participar desta pesquisa apresentaram perfis bastante semelhantes, as comunidades de Antônio Maria Coelho e Porto Esperança. Ambas profundamente impactadas por problemas ambientais, amplificadas não apenas por fatores naturais, mas também pela exploração indiscriminada de recursos, como o minério de ferro e o carvão.

Essas comunidades centenárias, que se identificam como tradicionais e possuem um vínculo histórico e cultural com o território, enfrentam os mesmos desafios relacionados à saúde pública, em grande parte devido à poluição do ar causada pela mineração e pelas queimadas frequentes. As doenças respiratórias são recorrentes, agravadas pela inalação contínua de poeira de minérios e de fumaça resultante das queimadas. Além disso, essas comunidades se unem à luta constante pelo acesso aos direitos básicos, como água potável, saúde e saneamento, direitos esses frequentemente negligenciados pelas autoridades públicas e pelos grandes empreendimentos econômicos que o

Apesar dos esforços realizados, a proposta inicial de alcançar pelo menos metade das mulheres residentes das comunidades na aplicação da pesquisa não pôde ser concretizada. Verificou-se que fatores como dificuldades de contato, o distanciamento geográfico e as condições climáticas extremas, como as secas e queimadas que atingiram a região, limitaram a possibilidade de uma maior adesão ao estudo. Entretanto, ao observar o envolvimento das mulheres das comunidades em associações e projetos sociais locais, nota-se que o número de participantes que aderiram à pesquisa é semelhante ao número de mulheres engajadas em atividades comunitárias. Na Comunidade Antônio Maria Coelho (AMC), por exemplo, existe uma cooperativa composta por aproximadamente cinco mulheres que produzem derivados de Bocaiúva, um fruto nativo do Pantanal. Esse número é bastante próximo de mulheres que participaram da pesquisa nesta comunidade. Da mesma forma, em Porto Esperança (PE), as mulheres envolvidas em projetos comunitários também somam cerca de cinco, conforme mencionaram na pesquisa. Embora o número de participantes seja modesto, as vozes dessas mulheres podem revelar padrões e vivências relevantes que podem orientar futuras intervenções e políticas públicas externas para o desenvolvimento sustentável e a promoção de equidade.

As comunidades de Antônio Maria Coelho e Porto Esperança são profundamente impactadas por problemas ambientais, amplificadas não apenas por fatores naturais, mas também pela exploração indiscriminada de recursos, como o minério de ferro e o carvão. A

extração mineral, realizada de maneira intensiva e com poucos cuidados ambientais, tem provocado uma série de consequências deletérias para o ecossistema local, incluindo a degradação do solo, poluição da água e perda de biodiversidade. Além disso, essas atividades contribuem significativamente para a manipulação ambiental, afetando diretamente o bem viver dos moradores dessas regiões, que sofrem com a deterioração dos recursos naturais e problemas de saúde (SONTER ET AL., 2018, P. 285).

Essas comunidades centenárias, que se identificam como tradicionais e possuem um vínculo histórico e cultural com o território, enfrentam os mesmos desafios relacionados à saúde pública, em grande parte devido à poluição do ar causada pela mineração e pelas queimadas frequentes. As doenças respiratórias são recorrentes, agravadas pela inalação contínua de poeira de minérios e de fumaça resultante das queimadas. Além disso, essas comunidades se unem à luta constante pelo acesso aos direitos básicos, como água potável, saúde e saneamento, direitos esses frequentemente negligenciados pelas autoridades públicas e pelos grandes empreendimentos econômicos.

Embora os esforços tenham sido compreendidos, a meta inicial de alcançar pelo menos metade das mulheres residentes nas comunidades não foi alcançada. Verificou-se que fatores como dificuldades de contato, o distanciamento geográfico e as condições climáticas extremas, como as secas e queimadas que atingiram a região, limitaram a possibilidade de uma maior adesão ao estudo.

Entretanto, ao observar o envolvimento das mulheres das comunidades em associações e projetos sociais locais, nota-se que o número de participantes que aderiram à pesquisa é semelhante ao número de mulheres engajadas em atividades comunitárias. Na Comunidade Antônio Maria Coelho (AMC), por exemplo, existe uma cooperativa composta por aproximadamente cinco mulheres que produzem derivados de Bocaiúva, um fruto nativo do Pantanal. Esse número é bastante próximo de mulheres que participaram da pesquisa nesta comunidade. Da mesma forma, em Porto Esperança (PE), as mulheres envolvidas em projetos comunitários também somam cerca de cinco, conforme mencionaram na pesquisa.

A seguir, os dados produzidos a partir do Questionário Sociodemográfico Ocupacional e de Saúde, visando traçar o perfil das mulheres, uma ferramenta fundamental na compreensão das condições de vida e trabalho. A Entrevista Semiestruturada foi importante para acessar as percepções das mulheres sobre questões de gênero, relações de poder com os homens, e os impactos dos desastres ambientais climáticos do Pantanal em seu bem viver. E por fim, a Roda de Conversa, foi mais um instrumento utilizado nesta pesquisa, visando a participação coletiva

na discussão sobre as temáticas estabelecidas e as que eventualmente surgiram, onde priorizou-se o diálogo, as formas de se expressar, o ato de ouvir o outro e a si mesmo por meio de exercícios reflexivos, a partir das percepções e vivências pessoais de cada mulher, com o objetivo de acrescentar e enriquecer os conteúdos abordados nos instrumentos anteriores.

9.2. QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO OCUPACIONAL E DE SAÚDE

O uso de questionários sociodemográficos, ocupacionais e de saúde em pesquisas qualitativas é uma estratégia válida para contextualizar os dados qualitativos e traçar o perfil dos participantes. Longe de descaracterizar a pesquisa qualitativa, essa combinação de métodos contribui para uma compreensão mais ampla e articulada do contexto social e econômico em que os sujeitos estão inseridos, enriquecendo a análise dos dados (CRESWELL, 2014, P. 234).

As comunidades de Antônio Maria Coelho e Porto Esperança, compartilham várias similaridades que justificam, em alguns momentos, uma análise comparativa, ainda que os dados sejam tratados de maneira mais geral. Além disso, as duas comunidades se auto definem como "comunidades tradicionais", uma categoria que carrega implicações importantes em termos de identidade cultural, práticas sustentáveis e direitos territoriais. Ambas enfrentam ainda pressões constantes para deixar seus lares e suas terras, ameaças que são amplificadas pelas atividades mineradoras.

9.2.1. Sobre a Faixa Etária das Participantes

A análise dos dados obtidos a partir da participação de 11 mulheres das comunidades de Antônio Maria Coelho e Porto Esperança, embora reduzida em termos de representatividade, pode oferecer insights importantes sobre o perfil dessas populações femininas. Em Antônio Maria Coelho, seis mulheres, com idades variando entre 37 a 61 anos, responderam à pesquisa, enquanto em Porto Esperança, cinco mulheres participaram, com idades entre 22 a 50 anos.

As participantes de Antônio Maria Coelho, predominantemente com mais anos de vida, podem oferecer perspectivas distintas sobre a continuidade e mudança nas práticas comunitárias e nas pressões ambientais ao longo do tempo. Já as mulheres mais jovens de Porto Esperança podem estar percebendo percepções diferentes, relacionados a mudanças recentes no ambiente e nas dinâmicas sociais. As interações dentro das comunidades tradicionais refletem um processo contínuo de adaptação às transformações ambientais e sociais. Isso é especialmente relevante

em comunidades que enfrentam pressões externas, como mudanças climáticas ou interferências econômicas, onde as práticas sociais devem constantemente se reorganizar para garantir a sobrevivência e o bem-estar coletivo" (TRICKETT, 2019).

9.2.2. Dados sobre a Escolaridade

Ao considerar a escolaridade das participantes da pesquisa, observou-se diferenças entre as duas comunidades estudadas. Em Antônio Maria Coelho, a maioria das participantes (4 mulheres) possui o ensino fundamental incompleto, uma mulher completou o ensino fundamental, e apenas uma possui ensino médio completo. Por outro lado, em Porto Esperança, três mulheres possuem nível superior, enquanto as outras duas têm o ensino médio incompleto. Essa discrepância na escolaridade entre as duas comunidades pode sugerir não apenas diferenças no acesso à educação, mas também potencialmente nas oportunidades socioeconômicas e na capacidade de engajamento com questões mais amplas de desenvolvimento comunitário e ambiental.

No caso das participantes de Antônio Maria Coelho, o menor nível de escolaridade pode refletir limitações no acesso a recursos que promovam uma maior autonomia e participação em processos decisórios, tanto no nível comunitário quanto nas interações com entidades externas, como as mineradoras e órgãos governamentais. A educação desempenha um papel fundamental na capacitação das mulheres para se envolverem de maneira significativa em processos decisórios que afetam suas vidas e comunidades. Em contextos onde o nível de escolaridade é baixo, as mulheres podem enfrentar barreiras adicionais para acessar recursos e participar de interações com autoridades externas, exacerbando as desigualdades de poder e limitando suas capacidades de resistência e organização (GAARD, 2015).

Em contraste, a presença de mulheres com nível superior em Porto Esperança sugere uma maior capacidade de articulação e potencial influência em processos de resistência comunitária. A educação desempenha um papel crucial na capacitação dos indivíduos para se envolverem ativamente na defesa dos direitos coletivos. Aqueles com maior escolaridade frequentemente assumem papéis de liderança na organização comunitária, utilizando seu conhecimento para articular as necessidades da comunidade com as demandas e expectativas de agentes externos, como governos e corporações" (GIFFORD, 2014). Nesse contexto, as mulheres de Porto Esperança podem estar mais bem posicionadas para liderar ou participar de

iniciativas que busquem proteger seus modos de vida tradicionais frente às pressões socioambientais.

A educação, dentro da perspectiva ecofeminista, pode ser vista como um fator de empoderamento que permite às mulheres não apenas compreenderem melhor os impactos das atividades extrativistas em suas comunidades, mas também mobilizarem recursos e redes para resistir a essas pressões. O acesso à educação pode ampliar significativamente a capacidade das mulheres de articular suas demandas por justiça ambiental e social, fortalecendo sua voz na defesa de seus direitos territoriais e ambientais. A educação possibilita uma defesa mais eficaz de suas comunidades como 'tradicionais', conferindo-lhes maior legitimidade e poder de negociação frente aos desafios socioambientais (AGARWAL, 2010, P. 119).

9.2.3. Situação Conjugal e Estrutura Familiar

Em Antônio Maria Coelho, todas as mulheres participantes da pesquisa são casadas, enquanto em Porto Esperança, três são casadas e duas não. A predominância de mulheres casadas em Antônio Maria Coelho pode refletir uma estrutura familiar tradicional mais consolidada, onde as responsabilidades domésticas e comunitárias podem estar mais claramente divididas e influenciadas pelo casamento. De acordo com a Psicologia Comunitária, Nelson e Prilleltensky (2010) destacam que as estruturas familiares influenciam significativamente a coesão social e a organização comunitária, especialmente em contextos onde as tradições e papéis de gênero são fortemente valorizados.

A condição conjugal pode afetar diretamente o nível de participação feminina em atividades comunitárias e seu envolvimento em questões ambientais. Mulheres casadas, em comunidades tradicionais, frequentemente se deparam com barreiras culturais que limitam sua participação. Essas barreiras são reforçadas por expectativas sociais que priorizam o trabalho doméstico e as responsabilidades familiares, restringindo a capacidade dessas mulheres de se envolverem em atividades comunitárias (SHIVA, 2016).

Em Porto Esperança, onde há diversidade na situação conjugal, com três mulheres casadas e duas não casadas, o que pode permitir uma variação na autonomia e nas formas de engajamento das mulheres com as questões comunitárias. Segundo Nelson & Prilleltensky (2010), as mulheres solteiras ou não casadas muitas vezes possuem mais autonomia para se envolver em atividades públicas e liderar iniciativas comunitárias, pois não estão ligadas às

mesmas responsabilidades e expectativas familiares que frequentemente restringem a participação das mulheres casadas.

Em Antônio Maria Coelho, todas as mulheres participantes possuem filhos, enquanto em Porto Esperança, três mulheres têm filhos e duas não têm. A presença de filhos é um fator importante que molda as vidas das mulheres, influenciando suas rotinas diárias, suas responsabilidades e, muitas vezes, suas possibilidades de participação ativa na comunidade. A organização social das comunidades é profundamente influenciada pela estrutura familiar, onde a parentalidade atua como um elemento-chave na coesão social e na resiliência. O conceito de família e comunidade está fortemente interligado e se refere à construção de laços de apoio, identidade e pertencimento que vão além das relações biológicas ou de parentesco estrito. De acordo com Trickett (2019), “famílias coesas buscam a base para o desenvolvimento de redes sociais robustas, essenciais para a superação de desafios externos”. Esse conceito sugere que a família atua como primeira instância de apoio emocional e material, onde os indivíduos encontram segurança.

Dependendo da lógica comunitária, a maternidade pode aumentar as demandas sobre as mulheres, limitando seu tempo e sua energia para se engajar em atividades comunitárias ou em lutas por direitos e justiça ambiental. Em comunidades como Antônio Maria Coelho, onde todas as participantes são mães, essas responsabilidades podem ser particularmente desafiadoras, especialmente em contextos onde os serviços de apoio, como creches e escolas, são escassos. Trickett (2019) ressalta essa situação pode ser exacerbada em comunidades onde os valores culturais priorizam o papel das mulheres como principais cuidadoras.

Em Porto Esperança, onde existe uma maior diversidade na condição parental, com três mulheres que possuem filhos e duas que não possuem, pode-se observar variações nas formas como essas mulheres se envolvem com a comunidade e lidam com as pressões ambientais. McGinn e Oh (2017) argumentam que a ausência de responsabilidades parentais oferece às mulheres sem filhos uma maior flexibilidade em termos de tempo e energia para se envolver em atividades comunitárias.

Do ponto de vista do Ecofeminismo Contemporâneo, a maternidade em comunidades tradicionais pode ser vista tanto como uma fonte de poder quanto de vulnerabilidade. Embora as mulheres frequentemente assumam a responsabilidade de cuidar da família e da comunidade, essa posição as coloca na linha de frente das lutas por recursos e pela sobrevivência em contextos de degradação ambiental. Em comunidades como Antônio Maria Coelho, onde todas as mulheres são mães, essa responsabilidade pode amplificar as dificuldades enfrentadas, mas

também fortalecer a solidariedade comunitária em torno de questões que afetam diretamente suas famílias" (SHIVA, 2016, P. 85).

Na comunidade de Antônio Maria Coelho, as mulheres participantes declararam ter entre 1 e 5 filhos. Especificamente, uma mulher tem 5 filhos, outra tem 4 filhos, uma tem 3 filhos, duas mulheres têm 2 filhos cada, e uma mulher tem 1 filho. Essa distribuição sugere uma variação significativa no tamanho das famílias, o que pode refletir diferentes estágios de vida, níveis de acesso a recursos, e estratégias de planejamento familiar.

De acordo com Trickett (2019), o tamanho da família influencia diretamente a carga de trabalho doméstico e as demandas de cuidado, especialmente em comunidades onde as redes de apoio externo são limitadas. Em AMC, onde a maioria das mulheres não possui renda própria e enfrenta dificuldades para acessar benefícios sociais, o cuidado de um maior número de filhos pode representar uma carga significativa, afetando a capacidade dessas mulheres de se envolverem em atividades externas, como trabalho remunerado ou participação comunitária.

Em Porto Esperança, a distribuição do número de filhos também varia, com uma mulher declarando ter 7 filhos, outra com 3 filhos, e uma com 2 filhos. O caso da mulher com 7 filhos é particularmente relevante, pois sugere uma família extensa que provavelmente requer uma significativa quantidade de tempo e recursos para cuidados e sustento. A presença de uma mulher com uma família numerosa em PE, combinada com as outras participantes que têm 2 e 3 filhos, pode indicar uma diversidade nas necessidades e nos desafios enfrentados por essas mulheres, que pode impactar suas estratégias de sobrevivência e sua participação em atividades comunitárias.

Em Antônio Maria Coelho, entre as seis mulheres que possuem filhos, três têm filhos de um mesmo pai, enquanto as outras três têm filhos de pais diferentes. Em Porto Esperança, entre as três mulheres que têm filhos, uma possui filhos do mesmo pai e duas têm filhos de pais diferentes. "A presença de filhos de pais diferentes pode implicar em uma maior necessidade de resiliência e flexibilidade por parte das mulheres, que muitas vezes precisam gerenciar relações complexas e múltiplas responsabilidades. As redes de apoio familiar são fundamentais para a sobrevivência e o bem-estar em contextos comunitários, particularmente em situações onde os recursos são limitados. Mulheres com filhos de pais diferentes frequentemente dependem mais intensamente de redes informais de apoio, como parentes e amigos, para gerenciar as demandas diárias e garantir a estabilidade emocional e financeira" (EDIN & KEFALAS, 2005, P. 56).

9.2.4. Dados Ocupacionais

Em Antônio Maria Coelho, a maioria das mulheres participantes (5) se definem como "do lar", mesmo buscando realizar outras atividades, enquanto uma se identifica como empreendedora. Por outro lado, em Porto Esperança, há uma maior diversidade ocupacional: três mulheres são professoras contratadas, uma é funcionária pública, e uma é ajudante em uma pousada. Essa diversidade reflete as diferentes oportunidades e trajetórias de vida das mulheres em cada comunidade.

A predominância de mulheres "do lar" em Antônio Maria Coelho sugere uma forte ligação com a esfera doméstica, onde as responsabilidades familiares e domésticas ocupam a maior parte do tempo e da energia dessas mulheres. Joan Tronto, em sua obra "Caring Democracy" (2013), expande a discussão sobre o papel das mulheres como cuidadoras primárias e como essa função pode limitar sua participação em esferas públicas e políticas, incluindo resistências comunitárias e engajamento em lutas por justiça social e ambiental. Tronto (2013) argumenta que a organização das sociedades em torno da divisão sexual do trabalho de cuidado muitas vezes mantém as mulheres em papéis que restringem seu acesso pleno à cidadania e ao ativismo político. A identificação como "do lar" pode também refletir uma falta de oportunidades econômicas e de acesso ao mercado de trabalho formal, o que exacerba a vulnerabilidade dessas mulheres em contextos de pressão ambiental.

A presença de uma mulher que se denomina empreendedora em Antônio Maria Coelho pode indicar uma forma alternativa de inserção no mercado de trabalho, que pode representar tanto uma estratégia de sobrevivência quanto uma busca por autonomia econômica. O empreendedorismo oferece uma via para o empoderamento econômico das mulheres, proporcionando-lhes a autonomia financeira necessária para melhorar sua qualidade de vida e a de suas famílias. Esse empoderamento é especialmente crítico em comunidades onde as mulheres tradicionalmente dependem de recursos externos ou do apoio de parceiros para sustentar suas famílias. Estudos mostram que, ao controlar suas próprias fontes de renda, as mulheres ganham mais poder de decisão dentro de suas famílias e comunidades (KABEER, 2012, P. 18).

Em Porto Esperança, as ocupações são mais variadas, com três professoras contratadas temporariamente, uma funcionária pública, e uma ajudante em uma pousada. Essa diversidade reflete uma maior inserção das mulheres no mercado de trabalho formal e em setores como a educação e o serviço público, que podem oferecer maior estabilidade econômica e social. O

acesso ao mercado de trabalho formal, especialmente em setores como educação e serviço público, amplia as redes sociais das mulheres, criando novas oportunidades de interação social e desenvolvimento de parcerias dentro e fora da comunidade. Essas redes de apoio são essenciais para construir laços de confiança e solidariedade, que são fundamentais para a coesão comunitária (PUTNAM, 2020).

Em Antônio Maria Coelho, nenhuma das seis mulheres participantes possui Carteira de Trabalho assinada atualmente, e cinco delas nunca tiveram carteira assinada anteriormente. Apenas uma mulher declarou ter entre 10 e 20 anos de carteira assinada no passado. Em Porto Esperança, três mulheres não têm carteira de trabalho assinada atualmente e nunca tiveram, enquanto duas declararam ter entre 5 e 10 anos de carteira assinada.

A ausência de vínculo formal de trabalho em AMC e a baixa incidência de carteira assinada em PE destacam a precariedade das condições de trabalho das mulheres nessas comunidades. O emprego formal é crucial para a inclusão dos trabalhadores no sistema de proteção social. Sem um contrato formal, trabalhadores ficam desprotegidos em casos de desemprego, incapacidade temporária ou permanente para o trabalho, e aposentadoria, o que coloca em risco sua segurança e bem-estar (STANDING, 2011).

De acordo com Benach et al. (2014), a ausência de emprego formal não só afeta a segurança financeira, mas também tem impactos negativos na saúde física e mental. A insegurança econômica e a falta de acesso a benefícios básicos contribuem para altos níveis de estresse e outras condições de saúde mental, exacerbando a vulnerabilidade dos trabalhadores informais.

No que tange a ausência de vínculos formais de trabalho das mulheres em AMC, onde cinco das seis mulheres nunca tiveram Carteira de Trabalho Assinada, reflete uma realidade de extrema precariedade e informalidade. A informalidade no trabalho implica em empregos que são frequentemente precários, sem garantias de continuidade, e em ambientes onde os direitos trabalhistas são ignorados. Isso resulta em uma maior exposição a riscos ocupacionais e a uma maior instabilidade financeira (STANDING, 2011). A falta de emprego formal pode estar relacionada à escassez de oportunidades de emprego na região, forçando as mulheres a depender de trabalhos informais, atividades domésticas ou em alguma forma de trabalho nas mineradoras, como evidenciado pela predominância de mulheres "do lar" nessa comunidade.

Em Porto Esperança, embora haja também uma significativa presença de mulheres sem vínculo formal (três nunca tiveram carteira assinada), há uma inserção ligeiramente maior no mercado de trabalho formal, com duas mulheres relatando entre 5 e 10 anos de carteira assinada.

No entanto, percebe-se a prevalência da informalidade ainda é uma realidade significativa, podendo refletir as limitações estruturais que essas mulheres enfrentam em acessar oportunidades de emprego formal.

9.2.5. Renda Pessoal

A análise da renda mensal das mulheres nas comunidades de Antônio Maria Coelho (AMC) e Porto Esperança (PE) revela disparidades significativas nas condições econômicas, o que pode ter implicações diretas em sua qualidade de vida, autonomia e capacidade de enfrentamento das pressões socioambientais. Esses dados são essenciais para compreender a vulnerabilidade econômica e as estratégias de sobrevivência adotadas por essas mulheres em contextos de precariedade.

Em Antônio Maria Coelho, apenas uma mulher declarou ter uma renda mensal entre um e dois salários mínimos, enquanto as outras cinco mulheres declararam não possuir renda. Em contraste, em Porto Esperança, três mulheres relataram receber entre dois e três salários mínimos, e uma declarou receber menos de um salário mínimo. A diferença nas rendas mensais entre as duas comunidades aponta para uma disparidade nas oportunidades econômicas e na inserção no mercado de trabalho, refletindo a precariedade e a falta de recursos em AMC em comparação com PE.

A falta de renda pode estar diretamente associada à exclusão social e à dependência de redes informais de apoio, como a família e a comunidade. Em contextos como o de Antônio Maria Coelho (AMC), onde a maioria das mulheres não possui renda própria, essa situação limita severamente a autonomia financeira, restringindo ainda mais a capacidade dessas mulheres de se engajar em atividades que requerem recursos, como educação, cuidados de saúde, e participação em processos de resistência comunitária. A única mulher em AMC que declarou ter uma renda entre um e dois salários mínimos pode representar uma exceção à regra de precariedade extrema, mas sua renda limitada ainda pode colocá-la em uma posição de vulnerabilidade.

Em Porto Esperança, a situação econômica das mulheres é ligeiramente mais favorável, com três mulheres recebendo entre dois e três salários mínimos e uma recebendo menos de um salário mínimo. Uma renda mais estável, mesmo que modesta, pode proporcionar uma segurança econômica significativa, ampliando as possibilidades de participação comunitária e acesso a serviços essenciais. A estabilidade financeira, ainda que limitada, permite às mulheres

planejar melhor suas finanças, investir em educação, cuidados de saúde, e se engajar em atividades sociais e políticas dentro de suas comunidades. Segundo Kabeer (2005), uma renda estável, mesmo que modesta, pode aumentar a autonomia das mulheres, permitindo-lhes participar mais ativamente nos processos decisórios dentro de suas famílias e comunidades.

Do ponto de vista do Ecofeminismo Contemporâneo, a falta de recursos financeiros está frequentemente ligada à exploração ambiental e à marginalização das mulheres em economias dependentes de recursos naturais. A ausência de renda em comunidades como Antônio Maria Coelho pode ser relacionada à falta de oportunidades econômicas locais, exacerbada pela degradação ambiental e pela ausência de políticas de desenvolvimento sustentável que incluam as mulheres como agentes centrais de mudança (MIES & SHIVA, 2014).

A diferença nas rendas mensais também pode influenciar as estratégias de sobrevivência adotadas pelas mulheres em cada comunidade. Mulheres sem renda, como a maioria em AMC, podem depender mais de redes de apoio informais e de subsistência baseada em recursos naturais, enquanto as mulheres em PE, com uma renda ligeiramente mais alta, podem ter acesso a mais opções e recursos, permitindo maior flexibilidade na adaptação às mudanças e pressões ambientais. Para Aldrich & Meyer (2015), uma base econômica sólida fortalece as redes de apoio social, fundamentais para a coesão social e para a capacidade de resistência da comunidade. Em PE, onde a renda é um pouco mais estável, pode haver uma maior capacidade de resposta coletiva às ameaças externas, enquanto em AMC, a ausência de renda pode limitar essa capacidade, aumentando a dependência de ajuda externa e recursos comunitários.

9.2.6. Benefícios

Em Antônio Maria Coelho, duas mulheres declararam receber o Bolsa Família, enquanto quatro afirmaram nunca ter conseguido obter o benefício. A dificuldade de acesso ao Bolsa Família para a maioria das mulheres em AMC pode ser indicativo de barreiras estruturais que limitam sua inclusão em programas de assistência social, exacerbando sua vulnerabilidade econômica. Pinto e Brito (2020) discutem como o acesso desigual a programas de assistência social reflete e reforça desigualdades já existentes, especialmente em comunidades remotas ou marginalizadas. A falta de acesso ao benefício pode ser atribuída a fatores como a ausência de documentação adequada, dificuldades no processo de inscrição, ou falta de informação, o que limita a capacidade dessas mulheres de garantir uma renda mínima para suas famílias.

Em Porto Esperança, duas mulheres recebem o Bolsa Família, uma recebe o Seguro Defeso, e outra é beneficiária de uma cesta básica fornecida pelo governo. A presença de múltiplas formas de assistência governamental em PE sugere uma maior diversificação nas estratégias de sobrevivência e uma possível melhor articulação das mulheres com as redes de assistência social. Silva e Gentil (2016) destacam que o acesso a benefícios como o Seguro Defeso e cestas básicas pode representar uma importante fonte de segurança alimentar e econômica, especialmente em períodos de instabilidade econômica ou sazonalidade, como ocorre nas comunidades que dependem da pesca ou de outras atividades sazonais.

A exclusão de quatro das seis mulheres em AMC do Bolsa Família pode revelar uma realidade de maior precariedade e insegurança econômica. Standing (2011) sugere que a falta de acesso a redes formais de assistência social agrava a situação de vulnerabilidade das populações mais pobres, forçando-as a depender de redes informais de apoio que, embora importantes, são frequentemente insuficientes para garantir a segurança e a estabilidade necessárias. A ausência do Bolsa Família, um programa voltado para garantir um nível mínimo de subsistência, coloca essas mulheres em uma posição ainda mais frágil, dificultando sua capacidade de se envolver em atividades comunitárias ou de buscar outras formas de renda.

De acordo com o referencial da Psicologia Ambiental, Gifford (2014), as respostas das pessoas ao ambiente são moldadas por fatores físicos e sociais, e as comunidades ribeirinhas desenvolvem formas de adaptação e resistência a partir de sua interação com o ambiente natural e as políticas públicas disponíveis. A resiliência econômica das mulheres, portanto, pode ser interpretada como uma estratégia adaptativa ao contexto socioambiental e às mudanças no acesso a recursos como o Bolsa Família e o Seguro Defeso.

A dependência de benefícios sociais como o Bolsa Família e o Seguro Defeso pode ser vista tanto como uma estratégia de sobrevivência quanto como uma forma de subordinação econômica. As mulheres em contextos de vulnerabilidade ambiental, como AMC e PE, muitas vezes dependem desses programas para garantir a subsistência de suas famílias, mas essa dependência também reflete a falta de oportunidades econômicas locais e a marginalização das mulheres em sistemas econômicos que não valorizam seu trabalho ou suas contribuições para a comunidade. Por outro lado, os benefícios podem proporcionar menos exposição às pressões das mineradoras.

9.2.7. Religião

Em Antônio Maria Coelho, todas as seis mulheres se identificam como evangélicas, o que sugere uma homogeneidade religiosa significativa na comunidade. A participação na religião evangélica contribui para a formação de uma identidade coletiva forte, onde os membros da comunidade se veem como parte de um grupo maior com uma missão e propósito comum. Esse senso de identidade é reforçado através de rituais, cultos, e outras práticas religiosas que solidificam os laços entre os membros e fortalecem o sentimento de comunidade (AMMERMAN, 2005).

Em Porto Esperança, a situação é mais diversificada: três mulheres são evangélicas, uma se declarou sem religião, e outra respondeu "outra" em relação à sua afiliação religiosa. Essa diversidade religiosa pode refletir uma maior pluralidade de visões de mundo e de práticas espirituais na comunidade, o que pode influenciar a dinâmica social e a coesão comunitária. "A diversidade religiosa em uma comunidade pode levar a uma pluralidade de valores e práticas, que, embora possam gerar tensões, também podem enriquecer o diálogo e a colaboração em questões comunitárias. A convivência entre diferentes tradições religiosas oferece oportunidades para o fortalecimento do tecido social, ao criar espaços de interação e aprendizado mútuo" (PUTNAM & CAMPBELL, 2010).

A homogeneidade religiosa em AMC, com todas as mulheres sendo evangélicas, pode reforçar a coesão social e a solidariedade dentro da comunidade, mas também pode limitar a abertura a diferentes perspectivas ou práticas culturais. A predominância de uma única religião pode limitar a diversidade de perspectivas dentro de uma comunidade, o que pode levar à exclusão de minorias religiosas ou daqueles que não seguem as normas religiosas predominantes. Isso pode restringir o engajamento comunitário, à medida que as normas religiosas podem ditar quem tem voz ou poder dentro da comunidade. A pressão para conformar-se às normas religiosas dominantes pode inibir a inovação social e a diversidade de pensamentos, que são essenciais para a adaptação comunitária a novos desafios (WOODHEAD & CATTO, 2012).

A diversidade religiosa em PE, com a presença de mulheres evangélicas, uma sem religião, e outra que se identifica com "outra" religião, sugere uma comunidade com uma maior pluralidade de visões de mundo e práticas espirituais. A presença de diferentes tradições religiosas pode estimular um ambiente de diálogo e aprendizado mútuo, onde as diversas perspectivas são valorizadas. Essa diversidade promove a inovação cultural, permitindo que

novas práticas e ideias surjam como resultado da interação entre diferentes grupos religiosos, enriquecendo assim o tecido social (AMMERMAN, 2013, P. 96).

De acordo com as vertentes do Ecofeminismo Contemporâneo, a religiosidade e as práticas espirituais das mulheres podem ser vistas como fontes de poder e resistência frente às opressões socioeconômicas e ambientais. A espiritualidade, especialmente em suas formas comunitárias, serve como um recurso vital para as mulheres em contextos de vulnerabilidade, oferecendo não apenas apoio emocional, mas também um quadro ético para a resistência e a ação coletiva (RUETHER, 2005, P. 78). Em AMC, a coesão evangélica pode ser uma fonte de resiliência e de mobilização comunitária, enquanto em PE, a diversidade religiosa pode permitir uma multiplicidade de formas de resistência e adaptação às condições adversas.

9.2.8. Sobre Bens Materiais

A análise dos bens materiais presentes nas residências das mulheres nas comunidades de Antônio Maria Coelho (AMC) e Porto Esperança (PE) oferece insights importantes sobre o padrão de vida, as condições habitacionais e o acesso a recursos tecnológicos e eletrodomésticos nessas localidades. Esses bens podem ser indicativos não apenas da qualidade de vida, mas também da inserção dessas mulheres em contextos mais amplos de desenvolvimento econômico e social, influenciando sua capacidade de participação em atividades externas e seu bem-estar geral.

Nas residências das mulheres de Antônio Maria Coelho, observou-se que nenhuma possui rádio, mas todas possuem fogão, geladeira, TV e ventilador, o que sugere a presença de itens básicos para o cotidiano. Cinco das seis mulheres possuem máquina de lavar, duas possuem ar condicionado, uma possui computador, e nenhuma possui micro-ondas. Esses dados podem indicar um acesso relativamente limitado a bens de consumo mais sofisticados e tecnológicos, como ar condicionado, computadores e micro-ondas.

Em AMC, a falta de itens como micro-ondas e a presença limitada de ar condicionado e computadores pode refletir as restrições econômicas e a dificuldade de acesso a bens de consumo que, em contextos mais favorecidos, são comuns.

Em Porto Esperança, nenhuma das mulheres possui rádio, mas todas possuem fogão, geladeira, TV e máquina de lavar. Quatro possuem ventilador, quatro possuem ar condicionado, duas possuem micro-ondas, e duas possuem dois computadores em suas residências.

Comparativamente, as mulheres de PE parecem ter acesso a um maior número de bens de consumo, incluindo itens como ar condicionado, micro-ondas e computadores, que são menos comuns em AMC. Os bens não são apenas meios de satisfação material, mas instrumentos para a liberdade. Ter acesso a esses bens permite que as pessoas façam escolhas sobre suas vidas, exercendo sua autonomia e alcançando maior bem-estar, ao expandir as capacidades humanas fundamentais (NUSSBAUM, 2011). Em PE, a maior presença de bens tecnológicos e de conforto sugere que essas mulheres podem ter melhores condições de vida e maior acesso a recursos que facilitam o cotidiano e proporcionam conforto adicional.

Em Porto Esperança, a maior presença de ar condicionado, micro-ondas e computadores podem indicar que as mulheres nessa comunidade têm acesso a um maior nível de conforto e tecnologia. O acesso a bens e recursos materiais vai além de simplesmente melhorar o conforto físico; ele pode também ter um impacto significativo na eficiência das tarefas domésticas, na comunicação, no acesso à informação e nos direitos sociais. Esses fatores, por sua vez, podem empoderar as mulheres, aumentando suas oportunidades de educação, trabalho, e participação comunitária.

A presença de computadores em duas residências pode indicar um acesso mais amplo ao conhecimento e a oportunidades de capacitação, o que pode ser um diferencial importante para as mulheres de PE em relação às de AMC. Com maior acesso a bens que facilitam a comunicação e o aprendizado, como os computadores, as mulheres podem ter mais oportunidades de se educar e se capacitar profissionalmente. Isso pode levar a um aumento na participação no mercado de trabalho e em atividades comunitárias, fortalecendo sua posição dentro da família e na sociedade, ao proporcionar maior autonomia e poder de decisão (HAFKIN & HUYER, 2007, P. 89).

9.2.9. Acesso à Tecnologia Digital

A análise do acesso à tecnologia digital e o uso de redes sociais pelas mulheres nas comunidades de Antônio Maria Coelho (AMC) e Porto Esperança (PE) pode oferecer informações sobre conectividade, a comunicação e as formas de engajamento social dessas mulheres. O uso de celulares, internet e redes sociais desempenha um papel importante na forma como essas mulheres se conectam com o mundo exterior, acessam informações, e participam de redes sociais, influenciando sua capacidade de organização, mobilização comunitária, e até mesmo de acessar oportunidades econômicas e educacionais. O acesso a tecnologias de

comunicação, como telefones celulares e internet, facilita a comunicação e o acesso a informações importantes, permitindo que as mulheres se conectem com redes de apoio, acessem oportunidades de emprego e participem de processos decisórios em suas comunidades, promovendo maior autonomia e participação social (HEEKS & RENKEN, 2018, P. 94).

Em ambas as comunidades, todas as mulheres participantes possuem celular, o que é indicativo de uma penetração significativa dessa tecnologia, mesmo em áreas potencialmente mais isoladas. No entanto, o acesso à internet varia ligeiramente entre as duas comunidades: em AMC, cinco das seis mulheres possuem acesso à internet, enquanto em PE, todas as mulheres têm acesso. Esse acesso desigual à internet pode refletir diferenças na infraestrutura digital entre as comunidades e pode ter implicações na forma como as mulheres acessam informações e se conectam com o mundo exterior.

Para Castells (2010), o acesso à internet é um importante fator na participação na sociedade em rede, onde a conectividade digital se torna um recurso essencial para o desenvolvimento social e econômico. A inclusão digital permite que indivíduos e comunidades interajam, aprendam e participem de atividades econômicas, políticas e culturais, promovendo o desenvolvimento social em uma era conectada. Em AMC, a menor taxa de acesso à internet pode limitar as oportunidades de integração dessas mulheres em redes mais amplas de comunicação e acesso à informação, potencialmente isolando-as das dinâmicas mais amplas de participação social e econômica.

O uso de redes sociais é uma prática comum entre as mulheres das duas comunidades, com todas as participantes de AMC e PE utilizando o WhatsApp como principal meio de comunicação. Em AMC, cinco mulheres acessam redes sociais, sendo o WhatsApp a mais utilizada (por todas), seguida pelo Facebook (usado por duas mulheres) e o YouTube (usado por uma mulher). Em PE, todas as mulheres acessam redes sociais, com uma maior diversidade de plataformas: todas usam WhatsApp e Facebook, três usam Instagram, duas acessam YouTube, e duas possuem TikTok.

As redes sociais online são espaços fundamentais para a construção de identidade, a manutenção de relacionamentos sociais e a mobilização social. Esses ambientes digitais permitem que indivíduos formem comunidades, compartilhem experiências e se organizem em torno de causas sociais, fortalecendo tanto os laços pessoais quanto os coletivos (BOYD & ELLISON, 2017, P. 214). Em AMC, o uso predominante do WhatsApp e a menor diversidade de redes sociais podem indicar um uso mais restrito da tecnologia digital, focado principalmente na comunicação básica e no compartilhamento de informações imediatas. Em contraste, em PE,

o uso mais diversificado de redes sociais como Instagram, YouTube e TikTok sugere uma maior imersão nas dinâmicas digitais contemporâneas, permitindo que essas mulheres se envolvam em uma variedade mais ampla de atividades online, desde o consumo de conteúdo até a expressão de identidade e participação em comunidades digitais.

A utilização de redes sociais como WhatsApp, Facebook e Instagram oferece às mulheres dessas comunidades ferramentas poderosas para comunicação e mobilização. Essas plataformas desempenham um papel crucial na promoção de práticas participativas e na construção de comunidades online, permitindo que mulheres transcendam as limitações geográficas e ampliem sua voz em causas coletivas (AL-SHAMI ET AL., 2019, P. 7). Em AMC, o uso predominante do WhatsApp pode facilitar a comunicação rápida e eficaz dentro da comunidade, mas a menor diversidade de redes pode limitar o alcance dessas interações. Em PE, a maior variedade de redes sociais utilizadas pode expandir as oportunidades de participação em comunidades mais amplas, tanto locais quanto globais, permitindo um maior acesso a informações e recursos.

9.2.10. Transporte e Mobilidade

Em Antônio Maria Coelho, três mulheres utilizam carro próprio ou pagam a gasolina para usar o carro emprestado de um vizinho, enquanto outras três dependem do transporte público, que é extremamente limitado, com um ônibus que passa na comunidade apenas uma vez por semana, às terças-feiras, às 7:30h e às 16:30h.

A dependência de carros próprios ou emprestados sugere uma certa flexibilidade para essas mulheres, permitindo-lhes maior controle sobre seus deslocamentos, especialmente em um contexto onde o transporte público é escasso. No entanto, o fato de que algumas mulheres precisam pagar pela gasolina para utilizar o carro de outra pessoa também aponta para uma situação de vulnerabilidade, onde o acesso ao transporte depende de recursos financeiros e de redes sociais de apoio, como a relação com o vizinho.

A mobilidade física, como a capacidade de se deslocar entre diferentes locais, influencia diretamente o acesso a oportunidades de emprego e educação. Em um mundo onde os mercados de trabalho e as instituições educacionais estão frequentemente localizados em áreas urbanas ou regiões específicas, a capacidade de se mover livremente é vital para aproveitar essas oportunidades. A falta de mobilidade pode restringir significativamente as possibilidades de ascensão econômica e social (LUCAS, 2012, P. 108). Em AMC, a limitação do transporte

público reflete uma desconexão significativa com áreas mais urbanizadas, limitando o acesso das mulheres a serviços essenciais e oportunidades de emprego, e aumentando a dependência de soluções informais, como o uso de carros emprestados.

Em Porto Esperança, o cenário de mobilidade é um pouco diferente: três mulheres utilizam carro e duas utilizam barco como meio de transporte. A utilização de carros sugere uma maior autonomia e flexibilidade para a maioria das mulheres, permitindo deslocamentos mais frequentes e acesso mais fácil a serviços e atividades fora da comunidade. A utilização de barcos, por outro lado, reflete a geografia particular de PE, que pode incluir áreas ribeirinhas onde o transporte aquático é essencial.

A infraestrutura de transporte está diretamente ligada à mobilidade social. Comunidades com acesso limitado a meios de transporte enfrentam maiores desafios para acessar empregos, educação e outros recursos essenciais, perpetuando ciclos de pobreza e desigualdade. A melhoria na infraestrutura de transporte pode desempenhar um papel crucial na redução dessas desigualdades, criando novas oportunidades e facilitando a inclusão social (BANISTER, 2018, P. 490). Em PE, a combinação de carros e barcos como principais meios de transporte reflete uma adaptação às condições geográficas locais, onde o acesso a diferentes tipos de transporte pode proporcionar uma maior flexibilidade e resiliência frente a desafios ambientais e econômicos.

A dependência de um transporte público que passa apenas uma vez por semana em comunidades como AMC é um indicativo claro de isolamento e limitação de mobilidade para as mulheres que não possuem acesso a carros. A liberdade de mobilidade é crucial para a inclusão social, pois permite que as pessoas participem ativamente da vida cívica e social, incluindo o acesso a serviços públicos, espaços culturais e eventos comunitários. Essa participação é vital para a construção de capital social e o fortalecimento das redes sociais dentro das comunidades (URRY, 2007).

Em Porto Esperança, a disponibilidade de carros e barcos como meios de transporte sugere uma maior conectividade tanto interna quanto externa, permitindo às mulheres uma alternativa de locomoção. A mobilidade por barcos oferece vantagens específicas, como a flexibilidade para acessar diferentes áreas, transporte de bens e pessoas, e a capacidade de se adaptar rapidamente a mudanças no ambiente, como a subida ou descida dos níveis dos rios. Isso não só facilita a sobrevivência diária, mas também fortalece as redes sociais e econômicas, permitindo uma maior coesão e solidariedade comunitária (PÉREZ, 2017).

9.2.11. Saúde

A análise dos aspectos relacionados à saúde das mulheres nas comunidades de Antônio Maria Coelho (AMC) e Porto Esperança (PE) revela desafios significativos, especialmente no que diz respeito ao manejo de condições crônicas, ao uso de medicação controlada, e ao acesso limitado a serviços de saúde. Esses fatores são importantes para compreender as condições de vida dessas mulheres e as barreiras que enfrentam no cuidado de sua saúde física e mental, além de destacar as vulnerabilidades específicas em contextos de isolamento e precariedade.

Nas duas comunidades, nenhuma das mulheres se declarou portadora de deficiência física. No entanto, há a presença de condições crônicas de saúde como diabetes, artrite, artrose, problemas de coluna e respiratórios em ambas as comunidades. As condições crônicas de saúde estão frequentemente associadas a fatores socioeconômicos e ambientais, refletindo as desigualdades no acesso a recursos e cuidados. Essas desigualdades se manifestam em maiores taxas de doenças crônicas entre populações vulneráveis, que enfrentam dificuldades em acessar serviços de saúde de qualidade, alimentação adequada e ambientes saudáveis (MARMOT, 2005, P. 1101). Em comunidades como AMC e PE, onde o acesso a serviços de saúde é extremamente limitado, a presença de doenças crônicas pode agravar a vulnerabilidade dessas mulheres, dificultando o manejo adequado dessas condições e aumentando os riscos de complicações.

O uso de medicação controlada foi percebido em ambas as comunidades: em AMC, três das seis mulheres fazem uso desse tipo de medicação, enquanto em PE, quatro mulheres relataram o mesmo. As principais razões para o uso de medicação controlada incluem hipertensão e problemas de ordem emocional e psicológica. O uso de medicação para transtornos emocionais e psicológicos é um indicativo importante de sofrimento mental, que pode ser exacerbado por condições de vida adversas, isolamento e falta de apoio social. As pessoas em situações de maior vulnerabilidade socioeconômica têm maior propensão a desenvolver transtornos mentais, o que reflete a influência das desigualdades sobre a saúde mental (WILKINSON & PICKETT, 2010, P. 132).

A prevalência de hipertensão, combinada com problemas emocionais e psicológicos, aponta para o impacto do estresse e das condições de vida precárias na saúde das mulheres. A hipertensão é muitas vezes considerada uma resposta fisiológica ao estresse crônico. Quando as pessoas estão constantemente expostas a fatores estressores, como insegurança econômica e problemas familiares, o sistema nervoso simpático é continuamente ativado, o que leva ao

aumento persistente da pressão arterial. Este processo é particularmente perigoso em mulheres que enfrentam múltiplas fontes de estresse, como a combinação de responsabilidades familiares, trabalho precário e pobreza (STEPTOE & KIVIMÄKI, 2012).

Um dos aspectos mais críticos revelados pela análise é a ausência de acesso a postos de saúde ou hospitais para todas as mulheres de ambas as comunidades. Essa falta de infraestrutura de saúde é alarmante, especialmente considerando a presença de doenças crônicas e a necessidade de medicação controlada. O acesso a cuidados de saúde é um direito humano fundamental, e a ausência de tais serviços em comunidades isoladas, como AMC e PE, contribui para a perpetuação da pobreza e da desigualdade. A falta de cuidados médicos adequados aumenta a dependência de autogestão da saúde e do uso de remédios inadequados, o que pode agravar problemas de saúde, especialmente no caso de condições crônicas que poderiam ser prevenidas ou tratadas com mais eficácia por meio de cuidados médicos regulares (FARMER, 2005).

A falta de acesso a cuidados de saúde pode ser vista como uma forma de violência estrutural, onde as mulheres são desproporcionalmente afetadas por políticas e práticas que não garantem a elas os cuidados necessários para manter sua saúde física e mental. O uso de medicação controlada para problemas de saúde mental, em particular, pode sugerir que essas mulheres estão carregando um peso emocional significativo, possivelmente relacionado às pressões econômicas, ao isolamento e à falta de suporte social adequado (FARMER, 2005).

9.2.12. Sobre os Impactos Ambientais

A análise das condições ambientais enfrentadas pelas mulheres nas comunidades de Antônio Maria Coelho (AMC) e Porto Esperança (PE) revela a profundidade dos impactos ambientais e seus efeitos sobre a saúde e a qualidade de vida dessas populações. As declarações das mulheres sobre os problemas ambientais e de saúde demonstram uma realidade de vulnerabilidade extrema, onde as atividades mineradoras, a poluição e os fenômenos climáticos exacerbam as dificuldades de sobrevivência e afetam diretamente a subsistência das famílias.

Todas as mulheres de ambas as comunidades relataram sofrer com os impactos ambientais, especialmente com problemas respiratórios causados pela poeira do minério e pelo pó de carvão. World Health Organization (2018) aponta que a exposição prolongada a partículas finas, como as oriundas da mineração, pode causar sérios problemas respiratórios, incluindo doenças pulmonares crônicas, asma, e outras complicações de saúde. Nas comunidades de

AMC e PE, a prevalência de problemas respiratórios entre as mulheres é um indicativo de como a poluição ambiental pode estar deteriorando a saúde das populações locais, tornando-se uma preocupação central na vida cotidiana dessas mulheres.

As mulheres de ambas as comunidades mencionaram que os maiores impactos ambientais incluem a poluição do ar, das águas, e do solo, além da poluição sonora, devido ao intenso tráfego dos carregamentos de minério que não param nem durante a madrugada. Suas casas também apresentam rachaduras devido a vibrações na linha férrea muito próxima as residências. Todas as mulheres de ambas as comunidades mencionaram problemas relacionados ao sono, como insônia, e atribuem esse fato ao intenso barulho e tráfego contínuo do minério. Fonseca et al. (2021) destaca que a mineração é uma das atividades mais nocivas para o meio ambiente, contribuindo significativamente para a degradação da qualidade do ar, da água e do solo, além de gerar poluição sonora constante, que prejudica a qualidade de vida das comunidades próximas às áreas de extração.

Em AMC e PE, essas formas de poluição não apenas comprometem a qualidade de vida, mas também destroem os recursos naturais essenciais para a subsistência, como a água potável e a terra fértil, criando um ciclo de degradação que afeta profundamente as comunidades. Segundo Capobianco (2017), "as queimadas não apenas causam a destruição de vastas áreas de florestas, mas também comprometem a biodiversidade e os recursos naturais que sustentam a vida das comunidades locais, especialmente aquelas dependentes de frutos nativos e práticas tradicionais de manejo sustentável".

De acordo com os relatos e suas percepções, elas não se sentem mais impactadas que os homens pelas problemáticas ambientais em suas comunidades. Este dado parece se contrapor à teoria ecofeminista da filósofa e ativista ambiental indiana Vandana Shiva, que menciona que as mulheres são mais afetadas, "mulheres, especialmente em áreas rurais, suportam o maior peso da degradação ambiental e das mudanças climáticas. Seus papéis como provedoras de alimentos, água e combustível as tornam mais vulneráveis aos efeitos do desmatamento, da erosão do solo e da escassez de água" (Shiva, 2016).

Em Antônio Maria Coelho, o assoreamento do rio mais importante da comunidade, devido às atividades de mineração, resultou na perda de peixes, um recurso vital para a subsistência local. A degradação ambiental pode levar à desintegração do tecido social e cultural de comunidades tradicionais, que possuem uma relação íntima com o meio ambiente. Quando os recursos naturais desaparecem ou se tornam inacessíveis, as práticas culturais e modos de vida tradicionais são interrompidos, resultando em perda de identidade cultural e

aumento da vulnerabilidade social, especialmente entre os grupos mais pobres e marginalizados (MARTINEZ-ALIER, 2014. De acordo com os relatos, o rio também abrigava dos moradores locais nos fins de semana para banho e lazer entre amigos e familiares.

As chuvas intensas exacerbam a vulnerabilidade das comunidades. Em AMC, as mulheres relataram que durante períodos de chuva intensa, a comunidade fica "ilhada" devido à falta de estradas asfaltadas. Em PE, as mulheres mencionaram que as estradas ficam submersas, deixando o barco como o único meio de transporte viável para sair da comunidade. Wisner et al. (2004), ao discutirem sobre vulnerabilidade e resiliência em contextos de desastres, destacam que a falta de infraestrutura adequada agrava os riscos e aumenta a exposição das comunidades a desastres naturais, limitando sua capacidade de resposta e recuperação. A ausência de estradas adequadas e a dependência de transportes alternativos em períodos de chuva intensa refletem a marginalização dessas comunidades, que são deixadas à mercê das condições climáticas sem suporte adequado do poder público. Ambas as comunidades não possuem estradas asfaltadas e as por onde trafegam diariamente são formadas por cascalho de minério irregular.

Além dos problemas causados pela mineração e pela poluição, as mulheres de ambas as comunidades relataram que as queimadas afetam sua saúde pela inalação de fumaça e pela destruição de frutos nativos essenciais para a subsistência das famílias. As queimadas destroem vastas áreas de florestas e terras agricultáveis, prejudicando a biodiversidade e os recursos naturais que são essenciais para a sobrevivência das comunidades locais. De acordo com Shiva (2016), a destruição do meio ambiente leva à perda de recursos, como água, madeira e alimentos, forçando as comunidades a buscar alternativas menos sustentáveis e mais precárias. Esse processo agrava as desigualdades socioeconômicas existentes, uma vez que as comunidades mais vulneráveis dependem diretamente desses recursos para sua subsistência.

A destruição dos frutos nativos, além de comprometer a segurança alimentar, representa uma perda cultural e ecológica significativa. Esses frutos são essenciais não apenas para as práticas tradicionais de subsistência, mas também para a identidade das comunidades, que têm uma relação histórica e simbólica com o meio ambiente" (TOLEDO & BARRERA-BASSOLS, 2009, P. 152).

Os parâmetros ecofeministas enfatizam como a destruição ambiental e a exploração das mulheres estão interligadas. As queimadas, como forma de degradação ambiental, são vistas como uma manifestação de uma lógica de dominação que afeta tanto a natureza quanto as mulheres. A solução, de acordo com essa abordagem, deve envolver a proteção dos recursos

naturais e o empoderamento das mulheres, criando sistemas mais justos e sustentáveis (Shiva, 2014, p. 98).

A análise dos impactos ambientais nas comunidades de Antônio Maria Coelho e Porto Esperança revela uma realidade de grande vulnerabilidade, onde as mulheres em seu cotidiano, enfrentam uma série de desafios relacionados à saúde, à subsistência e à infraestrutura precária. A poluição causada pela mineração, combinada com os efeitos das queimadas e as dificuldades de mobilidade durante as chuvas intensas, coloca essas mulheres em uma posição de risco contínuo, exacerbando as desigualdades de gênero e as opressões ambientais. Esses dados sublinham a necessidade urgente de intervenções que abordem tanto as questões ambientais quanto as de saúde, promovendo a sustentabilidade e a resiliência dessas comunidades, ao mesmo tempo que reconhecem e fortalecem o papel central das mulheres na preservação e na luta por justiça ambiental.

9.3. ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

A entrevista semiestruturada foi elaborada e composta por dez questões, organizadas em quatro blocos temáticos que abordaram aspectos da vida das mulheres na comunidade: qualidade de vida, a dinâmica entre as mulheres e os homens na comunidade, a percepção das participantes sobre o feminino, e como é morar na comunidade. No entanto, durante a aplicação da entrevista, a pesquisadora observou que as respostas obtidas foram, em sua maioria, superficiais ou inconsistentes, e algumas questões ficaram sem resposta. Neste sentido, optou-se por organizar uma Roda de Conversa, com o objetivo de verificar se, através do diálogo em grupo, as mulheres se sentiriam mais à vontade para expor suas ideias e opiniões.

A interação em grupo, conforme observado durante a realização da Roda de Conversa, facilitou a expressão das participantes, que se mostraram mais confortáveis em compartilhar suas opiniões e vivências.

A transição da entrevista individual para a Roda de Conversa ilustra um movimento de adaptação metodológica que visa respeitar as formas de comunicação preferidas pela comunidade, que conduz os procedimentos. Tal abordagem também está alinhada com as práticas de que promovem a colaboração ativa entre pesquisador e participantes para a construção de conhecimento (MASTEN, 2018). Ao final, verificou-se que, assim como na primeira etapa da pesquisa, as participantes demonstraram maior conforto e fluidez ao expressar

suas ideias oralmente, confirmando que o uso de técnicas de coleta de dados que valorizam o diálogo verbal é mais eficaz em contextos onde a escrita pode ser percebida como uma barreira.

ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA : ANTÔNIO MARIA COELHO			
Pergunta / Tema	Codônimos	Idades	Transcrição das falas:
1. O que você acha da sua qualidade de vida?	Bocaiúva	61 anos	"Nem ruim nem boa, devido ao lugar que moramos".
	Acuri	60 anos	"Eu acho que não é muito boa e nem muito ruim".
	Aguapé	37 anos	"Nem ruim e nem boa".
	Jaracatiá	53 anos	"Estável. Não tem faltado alimento, mas preciso de dinheiro e estou desempregada. A saúde é ruim".
	Guavira	38 anos	"No momento eu não estou bem na qualidade de vida".
	Laranjinha-de-Pacu	60 anos	"A minha qualidade de vida vai melhorar quando as pessoas se relacionarem com bastante conhecimento".
2. Você acha que o meio ambiente influencia a sua qualidade de vida? Como?	Bocaiúva	61 anos	"Sim, impactos sociais e ambiental Ex.: poluição do ar, da água, do solo, barulho sonoro".
	Acuri	60 anos	"Sim, em tempo chuvoso, tempo de poluição, estrada esburacada".
	Aguapé	37 anos	"Sim, como poluição da água, do ar, sonoro".
	Jaracatiá	53 anos	"Sim, muita poluição de minério e carvão".
	Guavira	38 anos	"Talvez um pouco".
	Laranjinha-de-Pacu	60 anos	"Influencia muito na saúde das pessoas. Chuva, poeira, poluição sonora e caminhões cruzando sem nenhum respeito".
3. Como você vê a relação entre homens e mulheres na comunidade?	Bocaiúva	61 anos	"Uma relação diferenciada".
	Acuri	60 anos	"Eu vejo que as mulheres trabalham mais".
	Aguapé	37 anos	"Igual para os dois".
	Jaracatiá	53 anos	"É igual".
	Guavira	38 anos	"Normal".
	Laranjinha-de-Pacu	60 anos	"Não são homens e mulheres que se repetem uns aos outros. Quando querem se comunicar, um vai passando para o outro".
4. Como você vê o trabalho dos homens na comunidade?	Bocaiúva	61 anos	"São trabalhos diferentes".
	Acuri	60 anos	"Vejo trabalho diferente".
	Aguapé	37 anos	"São trabalhos diferentes".
	Jaracatiá	53 anos	"Eles lutam por nossos direitos."
	Guavira	38 anos	"Normal"
	Laranjinha-de-Pacu	60 anos	"Eles trabalham muito para trazer o alimento todos os dias, ele é o provedor da casa".
5. Quando você compara a sua qualidade de vida com a dos homens, o que você acha?	Bocaiúva	61 anos	"Iguais".
	Acuri	60 anos	"Eu vejo que cada um tem a sua".
	Aguapé	37 anos	" Vejo de maneira diferente por causa de motivo de saúde".
	Jaracatiá	53 anos	"Igual".
	Guavira	38 anos	"Qualidade de vida igual".
	Laranjinha-de-Pacu	60 anos	"Cada um trabalha conforme sua necessidade, somos tudo igual diante da sociedade".

ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA : ANTÔNIO MARIA COELHO			
Pergunta / Tema:	Codínomes	Idades	Transcrição das falas:
6. Os problemas ambientais impactam vocês da mesma forma que os homens?	Bocaiúva	61 anos	"Sim, pois moramos na mesma comunidade".
	Acuri	60 anos	"Sim, porque todos nós moramos nesta comunidade há muitos anos".
	Aguapé	37 anos	"Sim".
	Jaracatiá	53 anos	"Sim".
	Guavira	38 anos	"Acho que sim".
	Laranjinha-de-Pacu	60 anos	"Impactam toda a comunidade".
7. Como é ser mulher para você?	Bocaiúva	61 anos	"É ser heroína, independente e poder ajudar outras pessoas".
	Acuri	60 anos	"Eu me sinto muito feliz e orgulhosa".
	Aguapé	37 anos	"Não sei explicar".
	Jaracatiá	53 anos	"É maravilhoso".
	Guavira	38 anos	"Ser mulher é ser quase uma super heroína, porque somos mães, cuidamos de mais de uma coisa (filhos, casa, mãe, filhos de novo)".
	Laranjinha-de-Pacu	60 anos	"Eu me orgulho de ser mulher, me valorizo muito e quando quero algo não desisto, esse é o meu defeito, agradeço."
8. Como você se cuida?	Bocaiúva	61 anos	"O básico do dia a dia. Arrumar cabelos, unha e pele".
	Acuri	60 anos	"Sempre que tenho tempo, cuido do cabelo e das unhas".
	Aguapé	37 anos	"Bem pouco".
	Jaracatiá	53 anos	"Ultimamente perdi a autoestima, não me cuido mais".
	Guavira	38 anos	"Eu tento me cuidar muito bem para cuidar dos meus filhos".
	Laranjinha-de-Pacu	60 anos	"Olhando para mim mesma no meu interior, isso é muito importante, quanto por fora também".
9. Atualmente você mora na comunidade? Por que?	Bocaiúva	61 anos	"Moro sim. Nasci aqui, fui criada na cidade e retornei quando me casei. É a minha história na comunidade".
	Acuri	60 anos	Sim, porque gosto de um lugar tranquilo e quase todos os meus filhos e netos estão perto".
	Aguapé	37 anos	"Porque gosto do lugar, é sossegado".
	Jaracatiá	53 anos	"Porque meu esposo é daqui e o trabalho dele é aqui".
	Guavira	38 anos	"Meu esposo é daqui, os pais dele são daqui e temos casa aqui".
	Laranjinha-de-Pacu	60 anos	"Sim, a comunidade tem força para lutar pelos seus ideais".
10. Qual o sentimento que você tem em relação a sua comunidade?	Bocaiúva	61 anos	"Eu amo a minha comunidade".
	Acuri	60 anos	"O meu sentimento de morar aqui é bom, gosto muito, é tranquilo".
	Aguapé	37 anos	"Eu gosto da minha comunidade, muito tranquilo pra viver".
	Jaracatiá	53 anos	"Posso contar com todos, temos boa relação".
	Guavira	38 anos	"Qualidade de vida igual".
	Laranjinha-de-Pacu	60 anos	"Cada um trabalha conforme sua necessidade, somos tudo igual diante da sociedade".

ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA : PORTO ESPERANÇA			
Pergunta / Tema	Codínomes	Idades	Transcrição das falas:
1. O que você acha da sua qualidade de vida?	Arara Azul	50 anos	"Um pouco sem lazer nos últimos meses".
	Onça Pintada	44 anos	"Considero que tenho qualidade de vida, porém algumas áreas da minha vida precisa melhorar".
	Ariranha	36 anos	"Eu acho minha qualidade de vida muito boa".
	Sucuri	22 anos	"Eu acho difícil".
	Capivara	23 anos	"Boa, o salário atual possibilita a realização de diversas atividades e poder de compra".
2. Você acha que o meio ambiente influencia a sua qualidade de vida? Como?	Arara Azul	50 anos	"Sim, no trabalho".
	Onça Pintada	44 anos	"Sim, se o meio ambiente não for bom, trará consequências negativas para minha saúde física e mental".
	Ariranha	36 anos	"Eu acho que precisa melhorar muito o meio ambiente".
	Sucuri	22 anos	(Sem resposta)
	Capivara	23 anos	"Sim, no bem estar físico".
3. Como você vê a relação entre homens e mulheres na comunidade?	Arara Azul	50 anos	"Muito preconceito".
	Onça Pintada	44 anos	"Infelizmente é uma relação machista, eles sempre se acham na razão".
	Ariranha	36 anos	"Com muito respeito um pelo outro".
	Sucuri	22 anos	"Não respeitável".
	Capivara	23 anos	"Não sei responder".
4. Como você vê o trabalho dos homens na comunidade?	Arara Azul	50 anos	"Ativo, em luta constante".
	Onça Pintada	44 anos	"A maioria trabalha como pescadores e roteiros para turistas".
	Ariranha	36 anos	"Com muita dedicação com a comunidade".
	Sucuri	22 anos	(Sem resposta)
	Capivara	23 anos	"Essencial para a sobrevivência".
5. Quando você compara a sua qualidade de vida com a dos homens, o que você acha?	Arara Azul	50 anos	"Acho que não é igual, mas acho que sou capaz de fazer tudo o que eles fazem".
	Onça Pintada	44 anos	"O homem geralmente é provedor, trabalha pesado e a mulher está sempre em uma posição injusta porque é provedora e faz trabalho doméstico".
	Ariranha	36 anos	"Eu acho minha qualidade de vida muito boa como a do homem".
	Sucuri	22 anos	"A vida dos homens é mais fácil do que das mulheres".
	Capivara	23 anos	"Boa".

ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA : PORTO ESPERANÇA			
Pergunta / Tema:	Codínomes	Idades	Transcrição das falas:
6. Os problemas ambientais impactam vocês da mesma forma que os homens?	Arara Azul	50 anos	"Sim".
	Onça Pintada	44 anos	"Acredito que sim".
	Ariranha	36 anos	(Sem resposta)
	Sucuri	22 anos	(Sem resposta)
	Capivara	23 anos	"Não, alguns cuidados com a casa impactam mais as mulheres".
7. Como é ser mulher para você?	Arara Azul	50 anos	"Força, garra".
	Onça Pintada	44 anos	"É ser capaz sempre de se reinventar enquanto esposa, mãe, profissional. Sempre superamos obstáculo e recomeçamos".
	Ariranha	36 anos	"Eu me acho maravilhosa como mulher, me sinto muito bem com minha autoestima".
	Sucuri	22 anos	"É muito difícil lidar com tudo".
	Capivara	23 anos	"Desafiador, tanto pelo lado físico (dores ao longo do mês), quanto pelo lado de ocupação em cargos do emprego".
8. Como você se cuida?	Arara Azul	50 anos	"Acho que em respeito a saúde, muito pouco".
	Onça Pintada	44 anos	"Na verdade preciso me cuidar mais fisicamente. Emocionalmente tenho tentado me conhecer mais".
	Ariranha	36 anos	"Eu me cuido muito e me preocupo com minha saúde. Faço caminhada e dieta".
	Sucuri	22 anos	"Às vezes cuido, às vezes não consigo".
	Capivara	23 anos	"Muito bem, cuido do meu bem estar físico e emocional, por meio da saúde e estética".
9. Atualmente você mora na comunidade? Por que?	Arara Azul	50 anos	"Sim, meu esposo atual mora aqui, aí por isso vim viver aqui".
	Onça Pintada	44 anos	"Sim, trabalho na escola da comunidade. Passo mais tempo na escola do que em casa".
	Ariranha	36 anos	"Porque adoro morar na comunidade".
	Sucuri	22 anos	"Moro na comunidade porque gosto".
	Capivara	23 anos	"Sim, devido ao trabalho".
10. Qual o sentimento que você tem em relação a sua comunidade?	Arara Azul	50 anos	"Amor".
	Onça Pintada	44 anos	"Já possuo sentimento de pertencimento".
	Ariranha	36 anos	"Tenho um sentimento de carinho e respeito por todos da minha comunidade".
	Sucuri	22 anos	"Nenhum".
	Capivara	23 anos	"Satisfação e cuidado".

9.3.1. Percepções sobre Qualidade de Vida: Comunidade Antônio Maria Coelho

A qualidade de vida das mulheres nas comunidades de Antônio Maria Coelho (AMC) e Porto Esperança (PE), é marcada por um conjunto complexo de fatores ambientais, sociais e culturais que moldam suas experiências cotidianas e influenciam seu bem-estar. As mulheres de ambas as comunidades, unanimemente declararam que o meio ambiente impacta profundamente as suas vidas.

De acordo a Psicologia Ambiental, ambiente físico e social afeta diretamente a qualidade de vida das mulheres nessas comunidades. Segundo Clayton e Myers (2017), o impacto das mudanças ambientais, como a degradação dos recursos naturais e a poluição causada pela mineração, exerce uma influência significativa sobre o bem-estar das mulheres, especialmente em regiões vulneráveis como o Pantanal.

Nas comunidades de AMC e PE, a qualidade do ar deteriorada pela poeira do minério e a escassez de recursos hídricos, são exemplos claros de como o ambiente físico pode comprometer a saúde física e mental das pessoas. A falta de água potável e os problemas respiratórios decorrentes da poluição ilustram as dificuldades enfrentadas por essas comunidades, onde as condições ambientais precárias são exacerbadas pela falta de infraestrutura e serviços de saúde (KIRMAYER, SEHDEV & WHITLEY, 2009).

A Psicologia Comunitária contribui para a compreensão da qualidade de vida ao destacar o papel do apoio social, da coesão comunitária e das redes de solidariedade na promoção do bem-estar (GÓMEZ & YOSHIKAWA, 2021). Em AMC e PE, a estrutura social das comunidades, caracterizada por uma forte interdependência entre os moradores, desempenha um papel crucial na resiliência das mulheres frente às adversidades.

No entanto, a pesquisa realizada revelou também desafios significativos relacionados a desunião entre as mulheres, como relatado em Porto Esperança, onde a inveja e a competição afetam a coesão social. Por outro lado, o senso de comunidade e a valorização da natureza foram identificados como aspectos positivos, onde as mulheres expressam um profundo apego ao ambiente natural como fonte de paz e renovação.

As mulheres desempenham um papel central na organização de eventos comunitários, utilizando esses espaços para criar redes de apoio que vão além das suas responsabilidades domésticas e profissionais. Em comunidades como AMC e PE, onde os recursos são limitados, essas práticas culturais e sociais tornam-se ainda mais importantes para o bem viver coletivo. Elas oferecem um sentido de propósito, pertencimento e resiliência, que são essenciais para enfrentar os desafios do dia a dia (OLIVEIRA, 2010).

Apesar das adversidades, as mulheres desempenham papéis centrais na gestão dos recursos naturais e na luta pela justiça ambiental (GAARD, 2017). As práticas tradicionais de manejo de recursos, o trabalho na coleta de iscas vivas e a resistência à degradação ambiental são exemplos de como as mulheres dessas comunidades não apenas sofrem os impactos dos desastres ambientais e climáticos, mas também atuam como agentes de mudança. Utilizando seu conhecimento ecológico, elas sustentam suas famílias e desempenham um papel central na preservação do meio ambiente (AGARWAL, 2010, P. 152). A luta pela sobrevivência diante da destruição das plantações de frutos nativos, como o Acuri e a Laranjinha-de-Pacu, destaca a resiliência feminina e a capacidade de adaptação a um ambiente em constante transformação.

Nessa perspectiva, a análise das percepções das mulheres de Antônio Maria Coelho sobre sua qualidade de vida revela sentimentos que podem refletir a complexidade de suas

experiências em um contexto de vulnerabilidade socioambiental. As respostas variam desde uma avaliação neutra até expressões de esperança e resignação, destacando tanto os desafios quanto as esperanças que essas mulheres nutrem em relação ao seu bem-estar e às condições de vida em sua comunidade.

Quatro das seis mulheres em AMC responderam que sua qualidade de vida não é "ruim e nem boa", uma avaliação que pode sugerir uma percepção de estagnação nas condições de vida. Nesse contexto, essa percepção " pode refletir uma sensação de impotência ou de falta de oportunidades que permita a essas mulheres melhorarem suas condições de vida.

Outra mulher ao responder a pesquisa, declarou que sua qualidade de vida é "estável, graças a Deus", mas mencionou estar desempregada e com problemas de saúde. Essa resposta mistura gratidão com resignação, refletindo a complexidade das emoções diante de uma realidade difícil. A capacidade de encontrar um sentido ou propósito, mesmo em circunstâncias difíceis, é um fator importante para a resiliência psicológica. Esse senso de significado ajuda as pessoas a perseverarem em situações de adversidade, transformando o sofrimento em uma fonte de força (FRANKL, 2006, P. 109).

A menção a Deus e à estabilidade, apesar das dificuldades, pode sugerir uma força interna e uma fonte de apoio espiritual que ajuda essa mulher a lidar com as adversidades. No entanto, o fato de estar desempregada e com a saúde debilitada aponta para a precariedade que ainda marca sua vida, indicando que a estabilidade percebida é frágil e depende de fatores que estão, em grande parte, fora de seu controle. Essa percepção de estabilidade pode ser temporária e suscetível a mudanças repentinas, especialmente em um contexto onde o acesso a cuidados de saúde e a oportunidades de emprego é limitado.

Uma outra participante, declarou que sua qualidade de vida "vai melhorar quando as pessoas se relacionarem melhor", o que destaca a importância das relações sociais e comunitárias para o bem-estar individual. Putnam (2010) discute a importância do capital social, ou seja, das redes de relacionamento e da confiança mútua, para a coesão social e a qualidade de vida. Essa resposta pode sugerir que, para essa mulher, a qualidade de vida está intimamente ligada à dinâmica das relações sociais na comunidade. Essa perspectiva reflete uma visão mais coletiva e menos materialista da qualidade de vida, onde as interações humanas e a harmonia social são vistas como fundamentais para o bem viver. Em um contexto como Antônio Maria Coelho, onde as dificuldades materiais são significativas, essa ênfase nas relações sociais pode indicar uma busca por apoio e solidariedade comunitária como uma forma de superar as adversidades.

9.3.2. Percepções sobre Qualidade de Vida: Comunidade Porto Esperança

A maioria das mulheres de Porto Esperança avalia sua qualidade de vida como boa, o que sugere que, em geral, elas encontram satisfação em suas condições de vida.

Uma participante mencionou especificamente que "o salário atual possibilita fazer mais coisas e dá poder de compra". Essa declaração destaca a importância da estabilidade econômica como um fator central na percepção de qualidade de vida. A satisfação expressa por essa mulher pode indicar que o acesso a uma renda estável, mesmo que modesta, permite uma maior autonomia e capacidade de atender às necessidades pessoais e familiares. De acordo com Ahuvia (2015), O acesso a uma variedade de bens e serviços através do poder de compra está diretamente ligado à qualidade de vida. O consumo não se limita apenas às necessidades básicas, mas também inclui bens e serviços que proporcionam conforto, lazer e desenvolvimento pessoal, como educação, cultura e entretenimento. A possibilidade de consumir esses produtos e serviços aumenta a satisfação pessoal e contribui para uma vida mais equilibrada.

Outra mulher reconheceu que sua qualidade de vida é boa, mas apontou que "falta lazer". Essa observação destaca uma dimensão importante da qualidade de vida que vai além das necessidades básicas e econômicas: o acesso a atividades recreativas e culturais que proporcionam relaxamento, prazer e desenvolvimento pessoal, como esportes, passeios ao ar livre e momentos de lazer, desempenham um papel importante no alívio do estresse e na promoção da saúde física e mental. O engajamento regular em atividades recreativas está associado a níveis mais baixos de ansiedade e depressão, além de melhorar a qualidade do sono e o bem-estar geral (IWASAKI, 2016, P. 59).

A falta de opções de lazer em Porto Esperança pode refletir limitações na infraestrutura local ou na disponibilidade de atividades culturais e recreativas, o que pode impactar negativamente a qualidade de vida, mesmo para aquelas que se sentem economicamente estáveis. Essa lacuna sugere que, embora as necessidades materiais possam estar sendo atendidas, há um reconhecimento de que a qualidade de vida também depende de fatores que promovem o bem-estar emocional e social.

Em contraste com as visões positivas, uma das mulheres declarou que "é difícil ter qualidade de vida aqui", destacando as dificuldades e as barreiras que podem impedir uma experiência de vida satisfatória em Porto Esperança.

Tal percepção pode estar ainda relacionada a fatores como um certo isolamento geográfico, a falta de serviços públicos adequados, ou a carência de oportunidades econômicas e sociais que permitam uma vida com melhores condições. Em contextos onde esses desafios são prevalentes, a qualidade de vida pode ser comprometida, mesmo que algumas necessidades básicas sejam atendidas.

9.3.3. A Relação com os Homens na Comunidade Antônio Maria Coelho

A maioria das mulheres em Antônio Maria Coelho (AMC) descreveu sua relação com os homens da comunidade como "boa", "normal" e "igual para os dois". Essa percepção aparentemente positiva pode refletir uma aceitação das normas sociais prevaletentes e uma internalização das expectativas de gênero que regulam o comportamento e as interações entre homens e mulheres na comunidade. De acordo com a Psicologia Comunitária, essas percepções podem ser influenciadas por um forte senso de pertencimento à comunidade e pela necessidade de manter a harmonia social, que muitas vezes leva à conformidade com as normas estabelecidas (KIRMAYER, SEHDEV & WHITLEY, 2009).

No entanto, a percepção de uma relação "igual para os dois" pode indicar uma igualdade superficial, que não necessariamente reflete a realidade das cargas de trabalho e das responsabilidades assumidas por cada gênero. Embora as interações entre homens e mulheres na comunidade possam ser vistas como justas na aparência, perspectivas ecofeministas alertam para as desigualdades subjacentes que frequentemente permanecem invisíveis em contextos onde as normas patriarcais são profundamente enraizadas (GAARD, 2017). Essas desigualdades podem manifestar-se na divisão do trabalho doméstico, no acesso a recursos e oportunidades, e na distribuição de poder dentro da comunidade.

Essa tensão entre a percepção de igualdade e a realidade das experiências vividas sugere que há espaço para uma reflexão mais profunda sobre as dinâmicas de gênero e a distribuição de poder em AMC. A Psicologia Ambiental também contribui para essa análise ao considerar como as condições físicas e sociais do ambiente influenciam as interações de gênero e o bem-estar das mulheres (CLAYTON & MYERS, 2017). Por exemplo, a dependência das mulheres em relação aos recursos naturais para sustento e o impacto da degradação ambiental sobre suas vidas podem ser fatores que ampliam as desigualdades de gênero, mesmo que essas desigualdades não sejam imediatamente reconhecidas ou verbalizadas pelas mulheres da comunidade.

Tal afirmação pode indicar ainda uma percepção de desigualdade na distribuição das tarefas e responsabilidades dentro da comunidade. Mesmo em contextos onde as mulheres participam do mercado de trabalho, elas continuam sendo as principais responsáveis pelo trabalho doméstico, o que resulta em uma dupla jornada de trabalho. Essa dinâmica é frequentemente invisibilizada e naturalizada, sendo vista como parte das responsabilidades 'naturais' das mulheres, refletindo uma divisão desigual do trabalho doméstico (HOCHSCHILD & MACHUNG, 2012, P. 32).

No contexto de AMC, onde as condições socioeconômicas são desafiadoras, essa desigualdade na divisão do trabalho pode ter consequências significativas para as mulheres. A sobrecarga de trabalho, que inclui tanto as tarefas domésticas quanto as atividades relacionadas à subsistência e ao cuidado da família, pode agravar o estresse, levar ao desgaste físico e emocional, e limitar as oportunidades das mulheres para descanso, lazer ou desenvolvimento pessoal.

As percepções das mulheres de Antônio Maria Coelho sobre suas relações com os homens na comunidade podem revelar uma mistura de conformidade com as normas sociais prevalentes e uma consciência crítica das desigualdades na divisão de trabalho. Enquanto a maioria das mulheres descreve essas relações como "boas", "normais", ou "iguais", a observação de que "as mulheres trabalham mais" destaca uma realidade de desigualdade de gênero que pode ser mascarada por essas percepções superficiais de igualdade.

Outra fala que surgiu relacionada com o trabalho em relação aos homens foi "eles trabalham muito para trazerem o alimento todos os dias; ele é o provedor da casa". Esta declaração pode refletir uma percepção tradicional das relações de gênero, onde os homens são vistos como os principais responsáveis pelo sustento econômico da família, enquanto as mulheres assumem papéis predominantemente domésticos e de cuidado. Essa visão revela as dinâmicas culturais e sociais que sustentam a divisão de trabalho baseada em gênero, reforçando a ideia do homem como o "provedor" e da mulher como a cuidadora.

A valorização do papel do homem como provedor pode ter impactos significativos na percepção de gênero e na equidade dentro da comunidade. As estruturas de poder e as normas culturais que definem o que é valorizado na sociedade muitas vezes reforçam as desigualdades de gênero, criando barreiras para a participação equitativa das mulheres no trabalho remunerado e em outras esferas públicas. Essas normas perpetuam a desvalorização do trabalho feminino e mantêm as mulheres em posições subordinadas (RIDGEWAY, 2011).

Quando o trabalho dos homens é visto como a principal ou única fonte de sustento, isso pode levar a uma desvalorização das contribuições econômicas e sociais das mulheres, tanto dentro quanto fora de casa. Além disso, essa visão pode limitar as oportunidades das mulheres de se envolverem em atividades econômicas ou comunitárias que poderiam melhorar sua autonomia e qualidade de vida.

As teorias ecofeministas também criticam a ideia de que os homens são os únicos provedores, uma noção que sustenta a desigualdade de gênero e marginaliza as contribuições das mulheres. Ao desafiar essa ideia, esta corrente teórica busca promover uma reflexão sobre questões de gênero, reconhecendo que o trabalho das mulheres, que é igualmente vital para a sobrevivência e o desenvolvimento das comunidades. Essa mudança de perspectiva é vista como essencial para criar sociedades mais justas e sustentáveis (GAARD, 2015). Desafiar a noção do homem como único provedor é importante para promover uma maior equidade de gênero e para valorizar todas as formas de trabalho que contribuem para a vida comunitária.

9.3.4. A Relação com os Homens na Comunidade Porto Esperança

As declarações das mulheres de Porto Esperança (PE) sobre suas relações com os homens na comunidade revelam uma visão crítica e, em grande parte, negativa das dinâmicas de gênero, refletindo tensões e desigualdades que ainda persistem na sociedade local. As percepções variam desde a identificação de machismo e preconceito até uma visão de respeito mútuo, destacando a complexidade e as contradições nas relações de gênero dentro da comunidade.

Uma das mulheres afirmou que, "infelizmente, é uma relação machista, os homens sempre se acham na razão", enquanto outra descreveu a relação como "uma relação de preconceito em favor dos homens". Tais percepções relacionadas a comportamentos machistas e preconceituosos podem refletir uma dinâmica onde as normas culturais e sociais favorecem o masculino, muitas vezes em detrimento do feminino. Essa estrutura de poder pode criar um ambiente onde as vozes e os direitos das mulheres são minimizados, e suas contribuições para a comunidade são subvalorizadas.

Quando as normas sociais favorecem os homens, as mulheres enfrentam barreiras significativas para ter suas vozes ouvidas e seus direitos respeitados. Isso pode levar a uma cultura de silêncio ou de conformidade forçada, onde as mulheres se sentem pressionadas a aceitar papéis subordinados.

A declaração de que há "uma relação não respeitável" destaca a falta de respeito que algumas mulheres percebem nas interações com os homens da comunidade. Essa falta de respeito pode manifestar-se de várias formas, incluindo desvalorização das opiniões femininas, falta de consideração pelos direitos das mulheres, e comportamentos que perpetuam a desigualdade de gênero.

Quando as relações são marcadas pela falta de respeito, isso não apenas reforça as desigualdades de poder, mas também impede o diálogo e a cooperação entre os gêneros, limitando as possibilidades de mudanças sociais e de promoção da equidade de gênero. A falta de respeito nas relações de gênero perpetua as dinâmicas de poder desiguais, onde os homens frequentemente mantêm o controle e a autoridade. Esse desrespeito pode se manifestar de várias maneiras, como na desvalorização das opiniões das mulheres, na exclusão de decisões importantes ou na naturalização de comportamentos abusivos. Essas práticas não apenas sustentam a dominação masculina, mas também podem minar a autoestima das mulheres, reforçando sua subordinação (CONNELL, 2009, P. 77).

Apesar das críticas predominantes, uma mulher descreveu a relação como "com respeito um pelo outro", sugerindo que, embora existam problemas, também há exemplos de relações mais equitativas e respeitadas dentro da comunidade. Essa percepção indica que, apesar das dinâmicas de poder desiguais e do machismo, há espaço para relações baseadas no respeito e na reciprocidade.

Em PE, a existência de relações de respeito mútuo pode representar um ponto de resistência contra as normas machistas e um exemplo de como as relações de gênero podem evoluir para modelos mais justos e igualitários.

Para o Ecofeminismo, conforme discutido por Mies & Shiva (2014), as relações de gênero desiguais são frequentemente refletidas e reforçadas pelas estruturas sociais e econômicas que oprimem tanto o meio ambiente quanto as comunidades marginalizadas. Essas estruturas perpetuam um ciclo de dominação e exploração, afetando desproporcionalmente as mulheres e as populações vulneráveis, enquanto degradam os recursos naturais. A luta pela equidade de gênero em PE pode, portanto, ser vista como parte de uma luta mais ampla por justiça social e ambiental, onde o respeito mútuo e a valorização das contribuições de todos os membros da comunidade são essenciais para a sustentabilidade e o bem-estar coletivo.

9.3.5. A Percepção sobre o Feminino: Comunidade Antônio Maria Coelho

As declarações das mulheres de Antônio Maria Coelho (AMC) sobre o que significa ser mulher revelam uma complexa mistura de orgulho e desafios pessoais. Essas percepções destacam tanto a resiliência e a multifuncionalidade associadas ao papel feminino na comunidade quanto as dificuldades emocionais e psicológicas enfrentadas por algumas mulheres, que podem levar à perda de autoestima e ao descuido com o próprio bem-estar. Essa dicotomia entre orgulho e sofrimento evidencia as pressões sociais e culturais que moldam a experiência de ser mulher em um contexto de vulnerabilidade socioeconômica e ambiental.

A maioria das mulheres de AMC expressou orgulho em ser mulher, descrevendo a mulher como "quase uma super-heroína" possivelmente pela capacidade de realizar múltiplas tarefas, como cuidar dos pais, do marido, da casa e dos filhos, como descrito na resposta. Esta visão pode revelar uma valorização do papel multifuncional das mulheres na comunidade, que são vistas como figuras centrais no cuidado e na manutenção do lar e da família. O orgulho expresso pelas mulheres por serem mulheres pode ser entendido como um reconhecimento de sua própria resiliência e da capacidade de enfrentar uma multiplicidade de desafios ao longo de suas vidas. Esse orgulho não deve ser interpretado como uma forma de aceitação aos papéis tradicionais, mas sim como uma afirmação de suas forças, capacidades e contribuições no contexto comunitário e familiar. Ao valorizar esses papéis, essas mulheres reforçam suas identidades e constroem uma base de apoio mútuo que fortalece as redes sociais e fomenta um senso de solidariedade e cooperação dentro da comunidade.

De acordo com Putnam (2010), a coesão social e o capital social gerado por redes de confiança e reciprocidade são essenciais para a construção de comunidades mais fortes e resilientes. O orgulho feminino, ao ser celebrado e reconhecido dentro do espaço comunitário, contribui para esse capital social, promovendo laços mais estreitos entre as mulheres e seus pares. Essa dinâmica pode fortalecer a capacidade coletiva de enfrentar adversidades, seja no nível pessoal ou comunitário. Além disso, Hooks (2000) destaca que o orgulho feminino pode ser uma ferramenta poderosa de empoderamento, permitindo que as mulheres não apenas sobrevivam às estruturas opressivas, mas também prosperem e transformem essas estruturas, desafiando as normas sociais que limitam suas oportunidades.

Por outro lado, uma das mulheres de Antônio Maria Coelho expressaram sentimento de perda de autoestima, afirmando que "ser mulher é maravilhoso, mas não me lembro mais disso", pois "hoje perdi minha autoestima e não me cuido mais." Essa declaração pode revelar os

impactos profundos que as pressões socioeconômicas, as responsabilidades múltiplas e possivelmente, a falta de apoio social, podem ter sobre o bem-estar emocional das mulheres. Beauvoir (1949), em *O Segundo Sexo*, discute como as mulheres muitas vezes internalizam as expectativas sociais e os papéis impostos a elas, o que pode levar a uma alienação de sua própria identidade e desejos. No caso dessa mulher, a perda de autoestima pode estar ligada ao esgotamento físico e emocional resultante da sobrecarga de responsabilidades, combinada com uma possível falta de reconhecimento e valorização de seu papel dentro e fora do lar.

A perda de autoestima e o descuido com o próprio bem-estar também podem ser vistos à luz da exaustão emocional, que pode levar à despersonalização e à redução da realização pessoal, especialmente em contextos onde as demandas são altas e os recursos de apoio são limitados (MASLACH & LEITER, 2016, P. 103).

As declarações das mulheres de AMC revelam uma dualidade na experiência de ser mulher: por um lado, há o orgulho e a valorização de sua capacidade de desempenhar múltiplos papéis; por outro, há o reconhecimento dos sacrifícios pessoais que esses papéis frequentemente exigem, incluindo a perda de autoestima e o desgaste emocional. A gestão das emoções pelas mulheres é muitas vezes moldada pela socialização de gênero, que as leva a priorizar o cuidado dos outros em detrimento de suas próprias necessidades. Essa dinâmica pode resultar em uma desconexão com o próprio bem-estar e identidade, uma vez que o cuidado contínuo dos outros pode esgotar os recursos emocionais das mulheres (HOCHSCHILD, 2012, P. 149).

Esse padrão de comportamento pode ter consequências psicológicas sérias, como a perda de senso de identidade individual, estresse crônico e até depressão. As mulheres frequentemente sentem culpa ou ansiedade ao tentar atender às suas próprias necessidades, pois isso contraria as normas internalizadas de priorizar o cuidado dos outros (BROWN, 2015, P. 104).

Essa dualidade pode refletir as pressões sociais e culturais que moldam os comportamentos e sentimentos em AMC, onde as mulheres são tanto celebradas por sua força quanto sobrecarregadas pelas expectativas que recaem sobre elas. A noção de ser "quase uma super-heroína" pode ser tanto empoderadora quanto opressiva, dependendo de como essas mulheres conseguem equilibrar suas múltiplas responsabilidades com suas necessidades pessoais.

9.3.6. A Percepção sobre o Feminino: Comunidade Porto Esperança

As percepções das mulheres de Porto Esperança sobre o que significa ser mulher podem refletir experiências que incluem tanto o orgulho e a autovalorização quanto a luta contra as dificuldades e as pressões. A declaração de que "ser mulher é desafiador, tanto pelo lado físico (dores ao longo do mês), quanto pela ocupação em emprego" destaca as dificuldades que as mulheres enfrentam em relação às demandas físicas e profissionais.

Ser mulher pode ser visto como um desafio que envolve desde dores físicas e pressões profissionais, até uma profunda capacidade de resiliência, reinvenção e força. Em contextos de vulnerabilidade, como pobreza, violência de gênero ou exclusão social, as mulheres são frequentemente desafiadas a equilibrar múltiplas demandas, mas também desenvolvem formas únicas de resistência e afirmação pessoal. A feminilidade, neste sentido, é vista como uma força adaptativa que integra essas diversas experiências e desafios (WALKER, 2013).

A menção às dificuldades ocupacionais reflete os desafios adicionais que as mulheres enfrentam ao tentar equilibrar as demandas profissionais com outras responsabilidades, como o cuidado familiar. A necessidade de equilibrar trabalho e família pode limitar as oportunidades de progressão na carreira para as mulheres. Elas podem ser vistas como menos comprometidas ou disponíveis em comparação aos seus colegas masculinos, o que pode resultar em discriminação no local de trabalho, como a desigualdade salarial ou a falta de acesso a posições de liderança (SANDBERG, 2013).

A declaração "me sinto maravilhosa como mulher" reflete um forte senso de autovalorização e orgulho em relação à identidade feminina. Essa percepção positiva pode estar ligada a um reconhecimento interno das qualidades e capacidades únicas que as mulheres trazem para suas vidas e comunidades. Ao discutir a ética do cuidado, sugere-se que as mulheres frequentemente encontram um profundo senso de valor e propósito em suas capacidades de cuidar, conectar e sustentar relações. Essa abordagem enfatiza a centralidade das interações e do cuidado nas vidas das mulheres, reconhecendo suas contribuições fundamentais para a sociedade (NODDINGS, 2003, P. 18).

Esse sentimento de maravilha também pode ser visto como uma forma de resistência contra as narrativas que subestimam ou marginalizam as contribuições das mulheres. Em um contexto onde as dificuldades são reais e muitas vezes desafiadoras, sentir-se "maravilhosa" como mulher pode ser uma expressão de empoderamento e uma afirmação da própria dignidade e valor.

A percepção de que "ser mulher é ser sempre capaz de se reinventar como esposa, mãe, profissional, etc., sempre superamos os obstáculos e recomeçamos quantas vezes for necessário" destaca a resiliência como uma característica central da experiência feminina. Essa capacidade de reinvenção é uma forma de adaptação e resistência, permitindo às mulheres navegar pelas complexidades de suas múltiplas responsabilidades e identidades. A ideia de "superar obstáculos" e "recomeçar quantas vezes for necessário" enfatiza a força interior e a perseverança que muitas mulheres desenvolvem ao longo de suas vidas, especialmente em contextos de adversidade.

A afirmação de que ser mulher para mim é ter força e garra" ressalta a percepção da mulher como uma figura de poder e resistência. "Ao discutir o feminismo interseccional, argumenta-se que as mulheres, especialmente aquelas em comunidades marginalizadas, frequentemente demonstram uma força notável ao enfrentar as opressões múltiplas. Essa força é crucial para entender como essas mulheres navegam e desafiam as complexas estruturas de desigualdade em suas vidas (CRENSHAW, 2017, P. 58).

Em PE, a ideia de "força e garra" pode ser uma resposta às realidades difíceis que essas mulheres enfrentam, incluindo a falta de recursos, as pressões socioeconômicas e as desigualdades de gênero. Esse reconhecimento da força feminina não apenas enaltece a capacidade das mulheres de suportar e superar desafios, mas também celebra essa força como uma qualidade definidora da identidade feminina.

Por outro lado, a declaração "ser mulher é muito difícil lidar com tudo" encapsula as complexidades e os fardos que muitas mulheres sentem em relação às múltiplas expectativas e responsabilidades que lhes são impostas. As mulheres tendem a internalizar essas expectativas sociais, o que as leva a aceitar e tentar conciliar múltiplos papéis. Essa internalização pode criar um ciclo de autoexigência, onde elas sentem que devem estar sempre disponíveis e competentes em todas as áreas de suas vidas, desde a profissional até a familiar e pessoal. Essa pressão autoimposta pode ser difícil de mitigar, levando ao esgotamento emocional (VACHON & L'ABÉE, 2020, P. 305).

9.3.7. Sobre morar na Comunidade Antônio Maria Coelho

As declarações das mulheres de Antônio Maria Coelho (AMC) sobre suas razões para morar na comunidade oferecem uma perspectiva importante sobre o senso de pertencimento, as relações familiares e o papel da comunidade como fonte de apoio e força. As respostas variam

desde a ligação familiar até a valorização da comunidade como um espaço de apoio e resistência, revelando a complexidade das motivações que mantêm essas mulheres ligadas ao seu local de residência.

Algumas mulheres de AMC expressaram que moram na comunidade principalmente por causa do vínculo com seus maridos e as famílias deles. As declarações como "moro na comunidade porque meu esposo é daqui" e "moro na comunidade porque meu esposo é daqui e a família dele também e aqui temos casa" indicam que a escolha de morar em AMC está profundamente enraizada nas relações familiares e na continuidade de laços que transcendem as necessidades individuais.

Em AMC, essas ligações familiares parecem desempenhar um papel central na decisão de permanecer na comunidade, indicando que o pertencimento familiar é um fator essencial para a estabilidade e a continuidade da vida comunitária. O pertencimento familiar contribui significativamente para a construção da identidade individual e coletiva, oferecendo às pessoas um sentido de continuidade e segurança. Isso é especialmente relevante em comunidades tradicionais ou rurais, onde as relações familiares e comunitárias estão frequentemente entrelaçadas, formando a base da vida social (COHEN, 2019, P. 88).

Essa perspectiva também pode refletir as expectativas culturais e sociais em torno dos papéis de gênero, onde as mulheres muitas vezes seguem seus maridos e se adaptam às comunidades onde as famílias de seus cônjuges estão estabelecidas. As normas de gênero que incentivam as mulheres a priorizar a família podem ter um impacto direto em sua autonomia e em suas opções de vida. Embora essas normas possam fortalecer os laços familiares e comunitários, elas também restringem as possibilidades das mulheres de buscar independência e realizar suas próprias aspirações. Essa dinâmica cria uma tensão entre a necessidade de pertencimento e a busca por autonomia, que é central para a experiência de muitas mulheres em contextos familiares e comunitários (CONNELL, 2009, P. 67).

Por outro lado, a declaração "a comunidade me dá força para lutar", mencionada por uma das mulheres, pode revelar uma percepção mais ativa e empoderadora da vida em AMC. Para essa mulher, a comunidade não é apenas um local de residência, mas uma fonte de resiliência e apoio que a motiva a enfrentar os desafios do dia a dia. Putnam (2010), em seus estudos sobre capital social, argumenta que comunidades coesas e solidárias podem proporcionar um importante suporte emocional e prático, ajudando seus membros a lidar com adversidades e a promover o bem-estar coletivo.

Essa visão da comunidade como uma fonte de força sugere que, para algumas mulheres, AMC representa mais do que apenas um lugar onde vivem; é também um espaço de solidariedade e resistência, onde as conexões sociais e os laços comunitários fornecem a energia necessária para enfrentar as dificuldades. Freire (1970), ao discutir a importância da consciência crítica e da ação coletiva, sugere que o senso de comunidade pode ser um poderoso motivador para a mobilização social e para a luta por melhorias nas condições de vida.

Embora a comunidade ofereça um forte senso de pertencimento e apoio, também é importante reconhecer os desafios que as mulheres podem enfrentar ao morar em um na Comunidade de Antônio Maria Coelho. A dependência de laços familiares e comunitários pode, por um lado, proporcionar estabilidade e suporte, mas, por outro, pode limitar a autonomia e as oportunidades de desenvolvimento individual, especialmente se as mulheres sentem que suas opções de moradia e vida estão restritas por suas conexões familiares. A verdadeira liberdade é alcançada quando as mulheres podem escolher entre múltiplas possibilidades, sem serem restringidas por normas de gênero ou por falta de oportunidades. Essa capacidade de fazer escolhas é central para o empoderamento e a realização do potencial humano das mulheres (NUSSBAUM, 2011).

9.3.8. Sobre Morar na Comunidade de Porto Esperança

As declarações das mulheres de Porto Esperança sobre suas razões para morar na comunidade revelam uma combinação de fatores práticos e emocionais que influenciam suas decisões de residência. As motivações variam desde vínculos familiares, emprego e um apego pessoal ao lugar, refletindo a complexidade das experiências, percepções em relação à sua comunidade e uma maior independência de escolhas.

Uma das mulheres afirmou: "Moro aqui porque meu esposo atual é daqui e por isso, vim morar aqui". Essa declaração indica que a decisão de morar em Porto Esperança está fortemente influenciada por laços familiares, particularmente pelo relacionamento com o cônjuge. Nesse caso, a escolha de morar na comunidade pode ser moldada pela necessidade de manter a unidade familiar e pelo alinhamento com as raízes do cônjuge. Tal motivação também pode refletir normas sociais e culturais que frequentemente colocam as mulheres em posições de adaptação às circunstâncias e decisões dos seus parceiros, reforçando papéis tradicionais de gênero em que as mulheres seguem os maridos e se estabelecem nas comunidades de origem deles.

Declarações como "moro aqui porque trabalho na escola da comunidade" e "moro aqui devido ao trabalho" mostram que o emprego é um fator determinante para a escolha de morar em Porto Esperança. O trabalho não é apenas uma fonte de renda, mas também uma forma de participação social e de construção de identidade. Ele desempenha um papel crucial na forma como os indivíduos se veem e são vistos na sociedade, influenciando suas relações e interações sociais (WOLKOWITZ, 2006).

Para essas mulheres, o emprego na comunidade não só proporciona estabilidade econômica, mas também cria um vínculo com o local, solidificando sua escolha de permanecer em Porto Esperança. O trabalho, nesse contexto, é mais do que uma necessidade econômica; é uma conexão com a comunidade, que sustenta a decisão de residência e contribui para o senso de pertencimento das mulheres. A presença de oportunidades de emprego dentro da comunidade é, portanto, um fator crítico que influencia a decisão de ficar e se estabelecer ali.

Algumas mulheres expressaram um apego pessoal ao lugar, como evidenciado nas declarações "porque adoro morar na comunidade" e "moro na comunidade porque gosto". Essas respostas refletem uma conexão emocional com Porto Esperança, onde o ambiente, as relações sociais e a vida comunitária são vistas de maneira positiva e satisfatória. Esse apego ao lugar pode ser resultado de experiências positivas na comunidade, incluindo relações interpessoais satisfatórias, uma sensação de segurança e um ambiente natural que promove bem-estar. Para essas mulheres, Porto Esperança não é apenas um local de residência, mas um espaço onde elas se sentem conectadas e felizes, o que fortalece sua decisão de permanecer na comunidade.

O apego ao lugar é composto por três dimensões principais: apego afetivo, apego cognitivo e apego comportamental. O apego afetivo refere-se às emoções positivas associadas a um lugar específico. O apego cognitivo envolve o significado e as lembranças associadas ao lugar, enquanto o apego comportamental se refere ao uso e ao envolvimento ativo com o local. Esses componentes trabalham juntos para formar uma conexão profunda com um lugar, influenciando como as pessoas percebem e interagem com seu ambiente (SCANNELL & GIFFORD, 2014).

9.4 RODA DE CONVERSA

Os resultados da Roda de Conversa revelaram-se fundamentais para captar, com maior profundidade, as percepções, vivências e modos de compreensão das mulheres sobre os assuntos abordados nesta pesquisa. A escolha por esse método surgiu como uma adaptação

metodológica que respeita as formas de comunicação preferidas pela comunidade, promovendo um espaço de diálogo coletivo em que cada mulher pode contribuir de maneira mais completa para a discussão dos temas previamente definidos, a retomada das questões da Entrevista Semiestruturada, e também daqueles que emergiram espontaneamente durante o processo. Cada participante pode explorar suas vivências pessoais, trazendo à tona a complexidade dos impactos das mudanças ambientais, sociais e econômicas em seu cotidiano. Essa metodologia não só enriqueceu o conteúdo abordado, mas também proporcionou um espaço seguro para que as questões de gênero, trabalho, saúde e relações familiares, fossem discutidas de forma mais ampliada.

Quando questionadas sobre qualidade de vida, o conceito foi prontamente associado às condições de saúde, sendo um aspecto central em ambas as comunidades. Em seguida, elas apontaram as dificuldades econômicas como fator crítico, que afeta diretamente suas vidas, destacando que melhores oportunidades de trabalho e estabilidade financeira seriam elementos essenciais para melhorar o bem viver.

Durante a discussão, várias mulheres compartilharam suas dificuldades de saúde pessoais e a necessidade de acesso regular a medicamentos básicos e controlados, expondo questões delicadas como a ansiedade, depressão e a insônia. Muitas se sentiram à vontade para mencionar os medicamentos que estão usando e discutiram entre si sobre quais médicos procuram em Corumbá para acompanhamento, revelando uma rede de apoio que contribui para seus cuidados. Essa troca de informações entre as participantes não apenas demonstrou uma busca ativa por soluções para suas dificuldades, mas também a importância do apoio mútuo dentro das comunidades.

Em Porto Esperança, uma mulher relatou sua longa batalha contra a obesidade e o estigma associado a essa condição. Ela descreveu como foi discriminada por muitos membros da comunidade ao longo de anos, o que impactou sua saúde mental, levando a um desenvolvimento de depressão profunda, chegando a pensar em suicídio. Ao conseguir realizar uma cirurgia bariátrica, sua qualidade de vida melhorou significativamente, tanto física quanto emocionalmente, proporcionando-lhe uma nova perspectiva. Sua história ressoou entre as participantes, abrindo espaço para outras mulheres compartilharem experiências semelhantes de superação e vulnerabilidade, fortalecendo os laços de solidariedade e empatia no grupo.

Na sequência, ao falar em depressão, condição que acomete mulheres de ambas as comunidades e surgiu em ambas as Rodas de Conversa, uma mulher de Antônio Maria Coelho relatou que toma medicação devido ao fato de ter sofrido violência doméstica por anos. Ela

declarou: “hoje em dia meu marido já é velho e se ele levantar a mão para mim, é ele quem apanha”. Uma outra mulher completou: “E pode me chamar que bato junto”, seguido de risada.

As discussões fluíram naturalmente entre diversos temas, um assunto levando a outro, em ambos os grupos de mulheres e em seguida foram direcionadas a falarem sobre a relação com os homens nas comunidades. No grupo de mulheres da comunidade de Antônio Maria Coelho (AMC), a fala foi marcada por uma visão de igualdade entre homens e mulheres, enfatizando o valor dos homens como provedores dos lares. As participantes destacaram que “os homens nunca deixam faltar o alimento”, uma afirmação que reflete o apreço pelo papel masculino na manutenção da segurança alimentar e econômica das famílias. As mulheres de AMC associaram essas declarações a valores religiosos, apontando que essa visão de provedor é respaldada por princípios bíblicos. Nesse contexto, elas declararam que a maioria da comunidade é evangélica, o que pode influenciar a percepção dos papéis de gênero.

Em contrapartida, no grupo de mulheres de Porto Esperança, o tom da conversa foi mais crítico em relação às questões de gênero. As mulheres falaram abertamente sobre os desafios enfrentados devido ao machismo presente na comunidade, especialmente nas oportunidades de trabalho. Elas expressaram insatisfação com certas limitações impostas indiretamente às mulheres, como o trabalho com o turismo, afirmando que, na prática, poderiam atuar na igualdade de condições com os homens e declararam que essa diferenciação de gênero “não deveria existir”, enfatizando que se consideravam plenamente capazes de realizar qualquer atividade desempenhada por eles.

Ao serem questionadas sobre o que significa ser mulher e como costumavam cuidar de si, as respostas das mulheres revelaram percepções distintas entre as comunidades. Na comunidade de Porto Esperança, a maioria dos participantes expressou orgulho em ser mulher, relacionando a feminilidade com atributos de força. Essas mulheres destacaram: “damos conta de muita coisa”, mencionando a multiplicidade de responsabilidades que assumem: cuidar da casa, dos filhos, dos parentes e ainda contribuindo com a renda familiar. Essa visão reflete a centralidade do papel feminino na sustentação tanto da família quanto da comunidade, e elas enxergam esse acúmulo de funções como uma expressão de força e capacidade.

Por outro lado, na comunidade de Antônio Maria Coelho, onde a maioria das mulheres não está trabalhando no momento, os relatos revelaram um sentimento de distanciamento em relação ao autocuidado e até mesmo à própria identidade feminina. Algumas mulheres comentaram que não tem se dedicado ao autocuidado, e uma delas resumiu essa sensação ao afirmar: “não me lembro mais de como é ser mulher”.

Em contrapartida, nesse momento, as mulheres em sua maioria em ambas as comunidades contaram como costumam se cuidar e um aspecto que chamou a atenção foi que muitas delas sentem falta de pintar os cabelos brancos e que, como não há uma farmácia ou mercado próximo que vende esse produto, acabam deixando os cabelos brancos aparecendo a contragosto.

As questões ambientais e climáticas geraram discussões amplas, abordando muitos dos desafios já relatados anteriormente nesta pesquisa. No entanto, um aspecto que emergiu com particular intensidade na Roda de Conversa, foi a crítica aos abusos cometidos pelas mineradoras, um fator que afeta diretamente o bem viver em ambas as comunidades. Os participantes enfatizaram como a presença das mineradoras traz impactos profundos, que se manifestam tanto na gestão do solo e da vegetação quanto na poluição do ar e da água, elementos essenciais para a subsistência das famílias.

As mulheres da comunidade de Antônio Maria Coelho (AMC) compartilharam memórias sobre um rio próximo que, antes de ser impactado pela manipulação ambiental, era um ponto central de lazer e sustento para a comunidade. Elas dizem que, antigamente, o rio possuía um braço largo, com águas limpas e abundância de peixes, sendo uma área onde os membros da comunidade podiam se banhar e desfrutar de momentos de atividade em contato direto com a natureza. Esse espaço, além de ser uma fonte de recursos alimentares, proporcionava um ambiente de convivência social e conexão com o meio natural, reforçando o vínculo dos moradores com o território.

Já em Porto Esperança a situação se tornou tão crítica que, em vários momentos do dia, a liderança da comunidade precisa enviar mensagens via WhatsApp ao responsável pela mineradora, solicitando que a empresa “jogue água” durante a extração do minério para reduzir a poeira que invade suas casas, suja seus móveis e roupas lavadas e trazem muita tosse ao longo do dia.

E por fim, ao serem questionadas sobre problemas adicionais que vivenciam nas comunidades, mas que não foram envolvidas nas perguntas da pesquisa, notou-se uma leve retração por parte das mulheres, cautelosas, preocupadas em não comprometer suas lutas ou em evidenciar aspectos negativos de suas comunidades. Apesar dessa hesitação inicial, tanto as mulheres de Antônio Maria Coelho (AMC) quanto as de Porto Esperança (PE) apontaram o alcoolismo como uma preocupação significativa, especialmente em PE, onde o problema afeta homens e mulheres da comunidade.

Outra questão relevante, especialmente em Porto Esperança, está relacionada ao aluguel irregular de casas. As participantes explicaram que, devido à ausência de regulamentação formal, algumas residências são alugadas sem autorização, o que gera uma entrada de estranhos na comunidade. Esse movimento de pessoas de fora, desconhecidas dos moradores, traz uma sensação de insegurança e desconfiança, além de afetar a coesão social e o senso de pertencimento dos moradores.

Esses relatos apontam para desafios que vão além das questões ambientais e econômicas anteriormente exploradas, tocando em aspectos sensíveis e delicados da convivência social e do bem viver coletivo. Assim, a Roda de Conversa não apenas enriqueceu a pesquisa, mas também possibilitou uma compreensão mais humanizada das vivências, da resiliência e dos desafios enfrentados por essas mulheres, revelando sua força pessoal e coletiva em meio às adversidades.

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou explorar as vivências das mulheres das comunidades tradicionais e ribeirinhas do Pantanal Sul-mato-grossense, especialmente de Antônio Maria Coelho e Porto Esperança, no contexto dos desastres ambientais e climáticos que acometem a região. Através da análise das experiências dessas mulheres, o estudo revelou a complexidade dos desafios enfrentados, bem como a resiliência e adaptabilidade expressas em suas práticas culturais e modos de vida.

Uma das evidências revelou a diferença nas condições e nos recursos disponíveis em cada comunidade, com Porto Esperança apresentando maiores oportunidades econômicas e educacionais, a proximidade de rios, o turismo e a coleta de iscas vivas. Em contraste, Antônio Maria Coelho se mostrou mais vulnerável, com opções econômicas limitadas e maior dependência das atividades mineradoras, o que agrava as condições de saúde e reduz as possibilidades de diversificação de renda para a comunidade. Essa disparidade também se reflete no nível de escolaridade das mulheres, sendo mais baixa em Antônio Maria Coelho, o que impacta diretamente a autonomia e as oportunidades de liderança das mulheres na gestão de recursos e na tomada de decisões comunitárias.

As mulheres pantaneiras enfrentam condições de vida precárias, caracterizadas pela falta de água potável, condições de saúde e infraestrutura básica. Esses desafios são exacerbados pelos impactos das atividades mineradoras, que afetam tanto o meio ambiente

quanto a saúde física e mental dos residentes, impondo uma carga adicional às mulheres que, além das responsabilidades domésticas, buscam assumir papéis econômicos e comunitários. A necessidade constante de adaptação a um ambiente em transformação, devido às queimadas, secas e desastres climáticos e às mineradoras, leva essas mulheres a desenvolver estratégias de resiliência, tanto individuais quanto coletivas, criando alternativas de subsistência e redes de apoio que fortalecem a comunidade.

Uma das principais evidências foi a capacidade de organização das mulheres para mitigar os impactos dos desastres ambientais sobre seus modos de vida. A pesquisa destacou o papel das práticas tradicionais e dos saberes ecológicos das mulheres como fatores-chave para a manutenção da sustentabilidade ambiental no Pantanal. As atividades de coleta de iscas vivas, produção de polpas e farinhas, além do manejo responsável de recursos naturais, mostram-se centrais para a economia local e para a resiliência das comunidades, além de configurarem práticas de resistência contra os efeitos das mudanças climáticas e desastres ambientais.

Outro aspecto relevante diz respeito às percepções das mulheres sobre a qualidade de vida e o impacto das questões de gênero na organização social da comunidade. As narrativas revelaram um cenário de desafios pela desigualdade de gênero, que influenciam o acesso a recursos e oportunidades. No entanto, verificou-se também uma luta crescente pelo reconhecimento e valorização das contribuições das mulheres na vida comunitária e na gestão ambiental. Elas demonstram uma percepção positiva sobre o ambiente natural ao seu redor, valorizando-o como uma fonte de equilíbrio para o bem viver.

Os relatos das participantes evidenciaram ainda a complexidade das relações com os homens nas comunidades, onde uma divisão tradicional de papéis ainda prevalece, mas onde também há sinais de transformação e renegociação desses papéis. A pesquisa identificou que, embora enfrentem desafios relacionados à divisão desigual do trabalho e à carga de responsabilidades por cuidarem dos filhos, familiares e ainda serem responsáveis pelo trabalho doméstico, essas mulheres desenvolveram estratégias de colaboração e apoio mútuo para enfrentar as dificuldades, fortalecendo assim os laços comunitários.

A pesquisa também destacou a organização das mulheres em associações e movimentos sociais, onde elas se mobilizam para reivindicar melhores condições de vida, como acesso à saúde, educação e direitos socioambientais. Essa mobilização representa não apenas um ato de resistência às adversidades, mas também uma luta por reconhecimento e proteção como comunidades tradicionais, como desejam ser reconhecidas. As associações, ao fortalecerem o protagonismo feminino, possibilitam que elas se tornem agentes transformadoras em suas

localidades, ampliando seu papel nas decisões sobre a gestão dos recursos naturais e contribuindo para o desenvolvimento sustentável de suas comunidades.

A presente pesquisa demonstrou a importância da valorização dos saberes ecológicos e das práticas culturais das mulheres pantaneiras, ressaltando sua relevância para a conservação ambiental e a sustentabilidade do Pantanal. Ao evidenciar o papel ativo das mulheres na gestão ambiental e na economia local, identificou-se as mulheres como agentes fundamentais na construção de um futuro sustentável.

A resiliência feminina no enfrentamento dos desastres ambientais e climáticos envolve múltiplas esferas de comportamentos que refletem tanto sua adaptação às adversidades quanto sua capacidade de preservar modos de vida comunitários, mesmo diante de pressões socioeconômicas. A resiliência individual está ligada a uma série de comportamentos que incluem o enfrentamento psicológico, a redefinição de papéis sociais e a busca por estratégias adaptativas. Essas mulheres, muitas vezes responsáveis pelo sustento de suas famílias, desenvolvem resiliência ao conciliar as exigências da economia familiar com os cuidados domésticos e comunitários, em um ambiente de incerteza crescente devido aos desastres ambientais e climáticos.

Os impactos das queimadas no Pantanal em 2024, ano desta pesquisa, aliada aos constantes problemas gerados pela mineração, representam um agravante significativo para a saúde mental das mulheres pantaneiras. A exposição contínua a desastres ambientais acarreta um estresse constante, que pode gerar problemas de saúde mental, como ansiedade, depressão e transtornos relacionados ao trauma. Neste sentido, ressalta-se a importância de promover mais estudos em Psicologia focados na análise do impacto de desastres ambientais sobre populações vulneráveis, para que os profissionais da área possam oferecer apoio eficaz e desenvolver estratégias que auxiliem na construção de resiliência e no fortalecimento do bem viver essas comunidades. Além do atendimento médico, é fundamental que programas de saúde mental sejam implementados para oferecer suporte psicológico às mulheres, especialmente em um contexto de estresse e vulnerabilidade pelos desastres ambientais e pelas pressões socioeconômicas. A presença de psicólogos e assistentes sociais adaptados à cultura local pode ser um recurso importante, ajudando a comunidade a lidar com os impactos emocionais e traumas associados aos desastres ambientais e climáticos e à instabilidade econômica.

No campo da Psicologia, o estudo sobre as vivências dessas mulheres pantaneiras oferece contribuições importantes, especialmente ao abordar a relação entre comportamento humano e ambiente, onde ambos se influenciam e se modificam reciprocamente. Ao identificar

os fatores de resiliência e as estratégias de enfrentamento adotadas pelas mulheres, a pesquisa pode contribuir para a criação de disciplinas em saúde mental que sejam culturalmente sensíveis e adaptadas às realidades locais. Esses programas podem fortalecer os mecanismos de resiliência já presentes nas comunidades e oferecer suporte adequado frente aos desafios enfrentados, como o isolamento, os problemas socioeconômicos e aos desastres ambientais recorrentes.

Neste sentido, percebe-se ainda a importância de desenvolver e implementar políticas públicas que visem o incentivo à educação formal e técnica para mulheres dessas comunidades, com programas de capacitação profissional e alfabetização, juntamente com cursos em áreas como gestão ambiental, empreendedorismo e técnicas de manejo sustentável, ampliando assim as oportunidades econômicas e fortalecendo a autonomia dessas mulheres. Com esses conhecimentos, elas poderiam diversificar suas fontes de renda, de forma a melhor sustentar suas famílias e contribuir para a economia local. A criação de escolas nas próprias comunidades, como já existente em Porto Esperança, e o apoio ao transporte escolar para seus filhos é igualmente necessário, garantindo que as futuras gerações tenham acesso a uma educação de qualidade, fator indispensável para o desenvolvimento e transformação social.

No âmbito da assistência social, o abastecimento de água potável e o saneamento básico devem ser prioritários. A falta desses recursos afeta não só a saúde física, mas também a dignidade e o bem viver das mulheres que, muitas vezes, são as principais responsáveis pela gestão dos recursos domésticos.

Além das áreas de preservação, é importante que haja incentivos para o uso de tecnologias sustentáveis e adaptativas que possam ajudar as mulheres a gerenciar melhor os recursos florestais e aquáticos, como sistemas de captação e armazenamento de água para períodos de seca e métodos de cultivo adaptados às condições do Pantanal. O investimento em sistemas de monitoramento climático e capacitação sobre mudanças climáticas para essas populações também pode fortalecer a resiliência comunitária, capacitando mulheres e suas comunidades a se prepararem para eventos climáticos extremos.

A contribuição dessas mulheres para a resiliência e sustentabilidade de suas comunidades, ao mesmo tempo que geram práticas e estratégias de preservação ambiental, revela um modelo de resistência e inovação essencial para enfrentar os desafios impostos pelos desastres ambientais e climáticos. Ao reconhecer e valorizar essas contribuições, as políticas públicas inclusivas podem não só melhorar o bem viver dessas mulheres e suas famílias, mas também fomentar a preservação da biodiversidade e a justiça social no Pantanal.

11 REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri (2010) *Justiça ambiental e cidadania*. Rio de Janeiro: Relume Dumará
- ACKERLY, B. A., & True, J. (2020). *Doing Feminist Research in Political and Social Science* (2ª ed.). Red Globe Press.
- AHUVIA, AC (2015). Adaptação hedônica e o papel do consumo na qualidade de vida. *Journal*
- ALBUQUERQUE, Ulysses Paulino; RAMOS, Marcelo A.; LUCENA, Reinaldo F. P. (2017). *Methods and techniques in ethnobiology and ethnoecology*. New York: Springer.
- ALDRICH, Daniel P.; MEYER, Michelle A. (2015). Social Capital and Community Resilience. *American Behavioral Scientist*, v. 59, n. 2, p. 254-269.
- ALHO, C.J.R. (2008). *Biodiversidade da região do Pantanal mato-grossense: recursos naturais e conservação*. Brasília: Editora UFMS.
- ALHO, C. J. R.; SABINO, J. (2012). *Ecologia de peixes do Pantanal: Conservação e impacto da pesca sobre as espécies*. Campo Grande: UFMS.
- ALHO, C. J. R.; REIS, M. L. (2017). *Pesca e biodiversidade no Pantanal*. Campo Grande: UFMS.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de (2013). *Terras tradicionais e regularização fundiária no Brasil: Questões para o debate*. São Paulo: Cortez.
- ALMEIDA, R.P. (2019). *Mulheres Pantaneiras: Saberes Tradicionais e Sustentabilidade Ambiental*. Cuiabá: Editora Pantanal.
- ALSTON, Margaret (2013). Women and adaptation to climate change: Toward a framework for research. *Women's Studies International Forum*, v. 47, p. 287-295.
- ALTIERI, M. A., & Nicholls, C. I. (2018). *Agroecology: The Science of Sustainable Agriculture* (2ª ed.). CRC Press.
- AMMERMAN, Nancy T. (2005). *Pillars of Faith: American Congregations and their Partners*. Berkeley: University of California Press.
- AMMERMAN, NT (2013). *Histórias Sagradas, Tribos Espirituais: Encontrando a Religião na Vida Cotidiana*. Oxford University Press, p. 96.
- ARRUTI, José Maurício (2006). *Políticas Públicas e Populações Tradicionais: Um Breve Histórico*. São Paulo: UNESP.
- BASNER, Mathias et al. (2014). Auditory and non-auditory effects of noise on health. *Lancet*, v. 383, p. 1325-1332.

- BECKER, M. (2009). Sustentabilidade e desenvolvimento rural: Novas práticas e novos saberes. *Caderno de Geografia*, 1(2), 123-136.
- BEGOSI, A., Salivonchyk, S. V., Hallwass, G., Hanazaki, N., Lopes, P. F. M., Silvano, R. A. M., Dumaresq, D., & Pittock, J. (2019). Consumo de peixes na Amazônia: uma revisão sobre biodiversidade, hidrelétricas e segurança alimentar. *Brazilian Journal of Biology*, 79(2), 345–357.
- BENACH, Joan et al. (2014). Precarious employment: understanding an emerging social determinant of health. *Annual Review of Public Health*, v. 35, p. 229-253.
- BERKES, Fikret (2012). *Sacred Ecology*. 3rd ed. New York: Routledge.
- BERKES, Fikret; ROSS, Helen (2013). Community Resilience: Toward an Integrated Approach. *Society & Natural Resources*, v. 26, n. 1, p. 5-20.
- BERKES, F. (2018). *Sacred Ecology* (4^a ed.). Nova Iorque: Routledge.
- BERMAN, S. (2015). *Engajamento cívico e desenvolvimento comunitário*. Nova York: Oxford University Press.
- BEZERRA, Celso; SANTOS, Ana Cláudia (2018). *Comunidades Tradicionais no Pantanal: Variações climáticas e subsistência*. São Paulo: Hucitec.
- BLAIKIE, N.; PRIESTLEY, C. (2019). *Designing social research: the logic of anticipation*. 2. ed. Cambridge: Polity Press.
- BONAIUTO, Marino; FORNARA, Ferdinando; BONNES, Mirilia (2016). Environmental Psychology and the Evaluation of Merits and Limits of Noise-Related Policies in Urban Environments. *Environmental Impact Assessment Review*, v. 56, p. 80-91.
- BONNEAU, A. (2018). O conceito de natureza no ecofeminismo. *Journal of Environmental Philosophy*, 12(1), 45-62.
- BORDERS, D., & BRIGHT, A. (2012). Capital social em comunidades e o desenvolvimento da resiliência comunitária. *Journal of Community Psychology*, 40(7), 903-917.
- BOYD, Danah M.; ELLISON, Nicole B. (2017). Social network sites: Definition, history, and scholarship. *Journal of Computer-Mediated Communication*, v. 13, n. 1, p. 210-230.
- BRASIL. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 (2007). Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 8 fev..*
- BREILH, Jaime (2013). *Epidemiología crítica: Ciencia emancipadora e interculturalidad*. Buenos Aires: Lugar Editorial.
- BRYMAN, Alan (2012). *Social Research Methods*. 4th ed. Oxford: Oxford University Press.
- BRYMAN, A (2016). *Social Research Methods*. 5. ed. Oxford: Oxford University Press.

CADERNOS DE AGROECOLOGIA (2013). História e práticas agrícolas na Comunidade de Antônio Maria Coelho. Campo Grande: Embrapa.

CAMPOLIN, A. L. et al. (2009). Conflitos fundiários e mineração: o caso da Comunidade Antônio Maria Coelho. São Paulo: Annablume.

CAPOBIANCO, J. P. R. (Org.). (2017). Biodiversidade na Amazônia brasileira: Avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios. Instituto Socioambiental.

CARVALHO, Maria Cristina; NASCIMENTO, Leandro Soares (2015). Nutrição de plantas do cerrado: Aspectos fisiológicos e bioquímicos. Brasília: Embrapa Cerrados.

CASTELLS, Manuel (2010). Communication Power. Oxford: Oxford University Press.

CATÁLOGO CERRAPAN – ECOA (2021). Bocaiúva: Sabores e saberes tradicionais do Pantanal. Campo Grande: ECOA.

CHIARAVALLI, R. et al. (2017). Impactos das mudanças climáticas nas comunidades tradicionais do Pantanal. Cuiabá: EdUFMT.

CLAYTON, S., & MYERS, G. (2015). Conservation Psychology: Understanding and Promoting Human Care for Nature (2ª ed.). Wiley-Blackwell.

CLAYTON, Susan; MYERS, Gene (2017). Conservation psychology: understanding and promoting human care for nature. 2nd ed. Hoboken: Wiley-Blackwell.

COHEN, AP (2019). A construção simbólica da comunidade. Routledge.

COLLINS, Randall (2014). Conflict sociology: Toward an explanatory science. New York: Routledge.

CONNEL, Raewyn (2009). Gender in world perspective. 2. ed. Cambridge: Polity Press.

CORREIA, A. S. et al. (2010). História e identidade das comunidades do Pantanal. Corumbá: Embrapa.

CORREIA, M. C. G. et al. (2010). A Estação Ferroviária de Antônio Maria Coelho no contexto histórico do Pantanal. Revista de História Regional, v. 15, n. 2, p. 152-174.

CORNWALL, A., & RIVAS, A.-M. (2015). From 'gender equality and 'women's empowerment' to global justice: reclaiming a transformative agenda for gender and development. Third World Quarterly, 36(2), 396–415. <https://doi.org/10.1080/01436597.2015.1013341>

CORNWALL, A. (2016). Women's Empowerment: What Works? Journal of International Development, 28(3), 342–359.

- COSTA, A. M. (2010). Políticas públicas e regulamentações ambientais no Pantanal. Campo Grande: Editora UFMS.
- COSTA, J. M. (2014). A expansão mineradora e seus impactos na Comunidade de Antônio Maria Coelho. Campo Grande: EdUFMS.
- COSTA, A. P. (2014). A comunidade tradicional de Antônio Maria Coelho no Pantanal sul-mato-grossense: história, cultura e identidade. Campo Grande: Editora UFMS.
- COUTO, R. P. (2011). Mineração e desenvolvimento local: desafios e oportunidades no Pantanal. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- CRESWELL, (2013). Research Design: Qualitative, Quantitative, and Mixed Methods Approaches. 4th ed. Thousand Oaks: Sage, p.105.
- CRESWELL, (2014) Research Design: Qualitative, Quantitative, and Mixed Methods Approaches. 4th ed. Thousand Oaks: Sage Publications.
- CRENSHAW, K. (2017). Sobre a interseccionalidade: Escritos essenciais. The New Press. The sociedades modernas. Universidade de Stanford P., p. 58.
- CUNHA, Manuela Carneiro da (2009). Políticas Públicas e Povos Tradicionais no Brasil: Uma História Recente. Brasília: Fundação Cultural Palmares.
- CUNHA, Antonio Carlos (2008). O mito moderno da natureza intocada. São Paulo: Hucitec.
- CUNHA, M. C.; FERREIRA, F. L.; ALHO, C. J. R. (2023). Erosão e assoreamento no Pantanal: Impactos e soluções sustentáveis. São Paulo: EdUSP.
- DEWALT, K. M., & DeWalt, B. R. (2011). Participant Observation: A Guide for Fieldworkers (2ª ed.). Rowman & Littlefield Publishers.
- ECOIA - Ecologia e Ação (2015). Conflitos fundiários e direitos das comunidades tradicionais no Pantanal. Corumbá: ECOIA.
- ECOIA - Ecologia e Ação (2021). Projetos e ações na região do Pantanal: relatório técnico 2021. Campo Grande: ECOIA.
- EMERSON, Robert M.; FRETZ, Rachel I.; SHAW, Linda L. (2011). Writing ethnographic fieldnotes. 2. ed. Chicago: University of Chicago Press.
- ESCOBAR, A. (2018). Pluriversal Politics: The Real and the Possible. Durham, NC: Duke University Press, p.144.
- EVANS, Gary W. (2019). Projected Behavioral Impacts of Global Climate Change. Annual Review of Psychology, v. 70, p. 449-474.
- FARMER, Paul. (2005). Pathologies of power: health, human rights, and the new war on the poor. Berkeley: University of California Press.

- FEIDEN, A. et al. (2007). Patrimônio arqueológico no Pantanal de Corumbá-MS: registros e preservação. Campo Grande: Editora UFMS.
- FERNANDES, Bernardo Mançano (2018). A formação do latifúndio no Brasil: A territorialidade e o campesinato. São Paulo: UNESP.
- FERREIRA, L. C. (2005). O impacto das ferrovias no desenvolvimento regional: o caso da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. São Paulo: Unesp.
- FLEURY-BAHI, G. (2017). Place attachment, place identity, and place memory: Restoring the symbolic meaning of the city. In: ANDRIEUX, L.; PACHERIE, E. (Org.). The symbolic construction of place and its impact on urban policy. Routledge.
- FLICK, U. (2018). An introduction to qualitative research. 6. ed. London: Sage.
- FOLKE, Carl; HAHN, Thomas; OLSSON, Per; NORBERG, Jon (2005). Adaptive governance of social-ecological systems. *Annual Review of Environment and Resources*, v. 30, p. 441-473.
- FONSECA, A. R., Silva, J. P., & Almeida, L. M. (2021). Impactos ambientais da mineração e suas implicações para a saúde das comunidades locais: Uma análise integrada. *Revista Brasileira de Ciências Ambientais*, 56(2), 110-124.
- FREITAS, Carlos Alberto; GOMES, Lúcia Helena (2014). Impactos da mineração na saúde pública: Estudo de caso no Pantanal de Mato Grosso do Sul. *Saúde em Debate*, v. 38, n. 101, p. 679-690.
- FREIRE, Paulo (1970). *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- FRUMKIN, Howard (2010). *Environmental health: From global to local*. San Francisco: Jossey-Bass.
- FULLILOVE, M. T. (2016). *Root Shock: How Tearing Up City Neighborhoods Hurts America, and What We Can Do About It* (2ª ed.). New Village Press.
- GAARD, G. (2015). Ecofeminism and climate change. *Women's Studies International Forum*, 49, 20–33.
- GAARD, Greta (2017). Ecofeminism and climate change. *Women's Studies International Forum*, v. 49, p. 20–33.
- GEBARA, Ivone (2003). *Rompendo o silêncio: uma fenomenologia feminista do mal*. São Paulo: Vozes.
- GEBARA, Ivone (2005). *Ecofeminismo e Libertação*. São Paulo: Olho D'Água.
- GIFFORD, Robert (2014). *Environmental Psychology: Principles and Practice*. 5th ed. Colville: Optimal Books.
- GIL, Antônio Carlos (2008). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 5. ed. São Paulo: Atlas.

GIVEN, Lisa M. (2008). *The Sage Encyclopedia of Qualitative Research Methods*. Los Angeles: SAGE Publications.

GÓMEZ, Isabel et al. (2021). *Psicología comunitaria: fundamentos, métodos y aplicaciones*. Barcelona: Universitat Oberta de Catalunya.

GÓMEZ, J.; YOSHIKAWA, H. (2021). Resilience and Empowerment in Women within Community Environments: A Collective Approach. *Journal of Community Psychology*, v. 49, n. 1, p. 27-40.

GUIMARÃES, Fatima de Souza. (2018). No Brasil: Sustentabilidade e Mulheres em Movimento. In: SILIPRANDI, Emma (Org.). *Ecologistas e feministas: a luta das mulheres pela justiça ambiental*. Rio de Janeiro: Garamond.

HAFKIN, Nancy J.; HUYER, Sophia (2007). *Cinderella or Cyberella? Empowering Women in the Knowledge Society*. Boulder, CO: Kumarian Press.

HELLER, Leo (2007). *Saneamento como política pública: Um olhar a partir da história e da atualidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

HOCHSCHILD, AR (2012). O coração administrado: Comercialização do sentimento humano. University of California Press, p. 32-149.

HONNETH, A. (2004). Recognition and Justice: Outline of a Plural Theory of Justice. *Acta Sociologica*, 47(4), 351–364.

HOOKS, b. (2000). *O feminismo é para todos: política apaixonada*. Cambridge, MA: South End Press.

INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (2024). *Dados de queimadas no Pantanal em 2024*. São José dos Campos: INPE, 2024.

IPCC. *Climate Change (2023). The Physical Science Basis*. Cambridge: Cambridge University Press.

JUNK, W. J. et al. (2006). *The Pantanal: Ecology, biodiversity and sustainable management of a large neotropical seasonal wetland*. Stuttgart: Schweizerbart Science Publishers.

JUNK, W. J. et al. (2013). Adaptation of fauna to the flood pulse regime in the Pantanal. *Wetlands Ecology and Management*, v. 14, n. 2.

KAGAN, Carolyn et al. (2020). *Critical Community Psychology: Critical Action and Social Change*. 2nd ed. New York: Routledge.

KAGAN, Carolyn; EVANS, Gary W.; SHULTZ, Pamela W. (2022). *Sustainability, Environmental Psychology, and Climate Change: Overcoming Barriers to Resilience and Adaptation*. New York: Routledge.

KHEEL, Marti (2019). *Nature Ethics: An Ecofeminist Perspective*. Lanham: Rowman & Littlefield.

- KIRMAYER, Laurence J.; SEHDEV, Maya; WHITLEY, Robyn (2009). Community resilience: models, metaphors and measures. *Journal of Aboriginal Health*, v. 5, n. 3, p. 62-117.
- KUHNEN, Fabiana Piccinin (2017). *Ecofeminismo: Um Diálogo Entre Feminismo e Ecologia*. Florianópolis: Mulheres Press.
- LEWICKA, M. (2011). Place attachment: How far have we come in the last 40 years?. *Journal of Environmental Psychology*, v. 31, n. 3, p. 207-230.
- LEACH, J. (2015). *Improving Mental Health through Social Support: Building Positive and Empowering Relationships*. London: Jessica Kingsley Publishers.
- LEACH, M., & TADROS, M. (2020). *Epidemics, accountability and governance: Learning from the crisis*. Routledge.
- LIMA, Maria José; SILVA, Paulo César (2015). *A hospitalidade e a vida comunitária no Pantanal: Dinâmicas sociais e apoio mútuo*. Corumbá: Editora Pantanal.
- LIMA, M. F.; COSTA, A. P.; REIS, C. S. (2024). *Impacto das mudanças climáticas na saúde pública no Pantanal*. Rio de Janeiro: Fiocruz.
- LITTLE, P. E. (2014). Mega-development projects in Amazonia: A geopolitical and socioenvironmental primer. In S. M. Borrás Jr., J. C. Franco, S. R. Isakson, L. Levidow, & P. Vervest (Eds.), *The politics of biofuels, land and agrarian change* (pp. 179–202). Routledge.
- LOPES, R. P. et al. (2020). *O impacto do turismo de pesca nas comunidades ribeirinhas do Pantanal*. Campo Grande: EdUFMS.
- LORENZI, Harri; SOUZA, Hermes Moreira de; COSTA, José Tarcísio; CERQUEIRA, Leila Saraiva (2006). *Frutas brasileiras e exóticas cultivadas: De consumo in natura*. Nova Odessa: Instituto Plantarum.
- LUCENA, RFP (2017). Etnobiologia e ecologia em comunidades rurais. *Ecological Economics*, 123, 10-20.
- MACIEL, D. P.; SILVA, C. A.; MARENGO, J. A. (2019). *Queimadas e mudanças climáticas no Pantanal: Desafios para a conservação*. São Paulo: Annablume.
- MAIER, Steven F.; SELIGMAN, Martin E. P. (2016). Learned Helplessness at Fifty: Insights from Neuroscience. *Psychological Review*, v. 123, n. 4, p. 349-367.
- MANZO, Lynne C.; DEVINE-WRIGHT, Patrick (2020). *Place Attachment: Advances in Theory, Methods and Applications*. 2nd ed. London: Routledge.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria (2010). *Fundamentos de Metodologia Científica*. 7. ed. São Paulo: Atlas.
- MARENGO, J. A. et al. (2013). Climate change impacts on the hydrological cycle of the Pantanal. *Climate Dynamics*, v. 42, n. 5-6, p. 1219-1231.

- MARENGO, J. A., Souza, C. M. Jr., Thonicke, K., Burton, C., Halladay, K., Betts, R. A., Alves, L. M., & Soares, W. R. (2019). Changes in Climate and Land Use Over the Amazon Region: Current and Future Variability and Trends. *Frontiers in Earth Science*, 7, 228.
- MARENGO, J. A., Cunha, A. P., Espinoza, J.-C., Fu, R., Schöngart, J., Jimenez, J. C., Costa, M. C., Ribeiro, J. M., Wongchuig, S., & Zhao, S. (2023). The Drought of Amazonia in 2023-2024. Policy Brief.
- MARTINEZ-ALIER, J. (2014). *O ambientalismo dos pobres: Um estudo de conflitos ecológicos e valoração*. Edward Elgar Publishing.
- MAXWELL, Joseph A. (2013). *Qualitative Research Design: An Interactive Approach*. 3rd ed. Thousand Oaks: SAGE Publications.
- MCGINN, Kathleen L.; OH, In-Sue (2017). Gender, social class, and women's employment. *Annual Review of Sociology*, v. 43, p. 131-153.
- MEDEIROS, Rodrigo; ROMEIRO, Ademar; FRANÇA, Juliana (2013). *Sustentabilidade Ambiental no Brasil: Biodiversidade, Economia e Bem-Estar Humano*. São Paulo: Blucher.
- MEDEIROS, Leonilde S. (2021). Reforma Agrária e Conflitos no Campo: Mudanças e Permanências. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 29, n. 1, p. 25-53.
- MEHTA, T. R., Monegro, A., Nene, Y., Fayyaz, M., & Bollu, P. C. (2019). Neurobiology of ADHD: A Review. *Current Developmental Disorders Reports*, 6(4), 235–240.
- MICELI, Rita; SOTGIU, Ivano; SETTANNI, Michele (2008). Disaster Preparedness and Perception of Flood Risk: A Study in an Alpine Valley in Italy. *Journal of Environmental Psychology*, v. 28, n. 2, p. 164-173.
- MIES, Maria; SHIVA, Vandana (2014). *Ecofeminismo*. 2. ed. São Paulo: Cultrix.
- MILES, Matthew B.; HUBERMAN, A. Michael; SALDAÑA, Johnny (2014). *Qualitative Data Analysis: A Methods Sourcebook*. 3rd ed. Thousand Oaks: SAGE Publications.
- MINAYO, MC de S. (2009). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde* (14. ed.). São Paulo: Hucitec.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (2010). *O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde*. 12. ed. São Paulo: Hucitec.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (2014). Saúde mental e sofrimento psíquico nas populações tradicionais do Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 19, n. 10, p. 4141-4150.
- MMA - Ministério do Meio Ambiente (2007). *Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC: Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000*. Brasília: MMA.
- MONTERO, Maritza (2004). *Introducción a la psicología comunitaria: Desarrollo, conceptos y procesos*. Buenos Aires: Paidós, p.85.

MONTERO, Maritza (2009). Teoría y práctica de la psicología comunitaria: La tensión entre comunidad y sociedad. Buenos Aires: Paidós.

MONTERO, M. (2020). Psicología Comunitaria: Fundamentos y Aplicaciones (2ª ed.). Buenos Aires: Editorial Paidós.

MOSER, Caroline (2008). The gendered dimensions of environmental change: Vulnerabilities and adaptation. *Annals of the New York Academy of Sciences*, v. 1136, p. 276-290.

MOSER, Gabrielle (2018). *Psicologia Ambiental: Estudos de Espaço, Lugar e Comportamento*. 3. ed. Paris: Armand Colin.

NELSON, G., & PRILLELTENSKY, Isaac (2010). *Community Psychology: In Pursuit of Liberation and Well-being* (2ª ed.). Basingstoke: Palgrave Macmillan.

NELSON, Geoffrey; PRILLELTENSKY, Isaac (2019). *Community Psychology: In Pursuit of Liberation and Well-being*. 3rd ed. New York: Palgrave Macmillan.

NODDINGS, N. (2003). *Caring: Uma abordagem feminina à ética e à educação moral*. University of California Press.

NUSSBAUM, M. C. (2011). *Creating Capabilities: The Human Development Approach*. Cambridge, MA: The Belknap Press of Harvard University Press. OLIVEIRA, L. G.; SANTOS, R. F. (2024). *Crise hídrica no Pantanal: Conflitos socioambientais*. Cuiabá: EdUFMT.

ORNELAS, José (2018). Empowering Settings, Community Change and Transformative Social Innovation. *Global Journal of Community Psychology Practice*, v. 9, n. 1, p. 1-19.

PÉREZ, Alejandro (2017). *Mobilities: New Perspectives on Transport and Society*. London: Routledge.

PHILLIPS, Nelson; RUMENS, Nick (2016). *Organizing and Gendering*. London: SAGE Publications.

PINTO, Eliane; BRITO, Luciana (2020). Acessibilidade ao Programa Bolsa Família em comunidades rurais. *Revista de Políticas Públicas*, v. 24, p. 60-85.

PIVELLO, V. R. (2006). *Fire in the Pantanal: Ecological and management implications*. Cuiabá: EdUFMT, 2006.

PIVELLO, V. R. (2011). *O impacto das queimadas no Pantanal: Manejo e conservação*. São Paulo: Annablume.

POORTINGA, Wouter (2012). Community Resilience and Health: The Role of Social Capital. *European Journal of Public Health*, v. 22, n. 1.

PRILLELTENSKY, Isaac (2020). *Psychology of Liberation: Theory and Practice for a New Century*. New York: Oxford University Press.

PULEO, Alicia (2018). *Ecofeminismo para Outro Mundo Possível*. 2. ed. Madrid: Cátedra.

PUTNAM, R. D. (2010). Diplomacia e política doméstica: a lógica dos jogos de dois níveis. *Revista de Sociologia e Política*.

PUTNAM, R. D. (2020). *The Upswing: How America Came Together a Century Ago and How We Can Do It Again*. New York: Simon & Schuster.

REIS, C. S. et al. (2013). A comunidade de Antônio Maria Coelho e sua contribuição ao desenvolvimento histórico de Corumbá-MS. *Revista de História Pantaneira*, v. 8, n. 1, p. 97-121.

RIBAS, L. C. et al. (2011). Impactos da mineração na Morraria do Urucum e suas consequências socioambientais. Brasília: Embrapa.

RICARDO, E. (2020). Igualdade de gênero e empoderamento das mulheres: Uma análise crítica do terceiro objetivo de desenvolvimento do milênio. *Gênero e Desenvolvimento*, 13(1), 13-24.

RIDGEWAY, CL (2011). *Enquadrado pelo gênero: como a desigualdade de gênero persiste no mundo moderno*. Oxford University Press.

RODRIGUES, Délcio (2020). “O Pantanal brasileiro, um tesouro de biodiversidade, já foi vítima das chamas.” *Le Monde*, 7 de julho de 2024.

SAHLINS, M. (2017). *Stone Age Economics*. Routledge.

SANTOS, J. C. (2008). *A privatização das ferrovias brasileiras e seus impactos nas comunidades dependentes*. Brasília: IPEA.

SANTOS, Boaventura de Sousa; CUNHA, Manuela Carneiro da (2018). *The University in the Twenty-First Century: Toward a Democratic and Emancipatory University Reform*. Coimbra: CES.

SANTOS, AP e Oliveira, MC (2019). Resistência e conservação: A luta das mulheres ribeirinhas do Pantanal frente às mudanças climáticas. *Revista de Estudos Feministas*.

SAUER, Sérgio; LEITE, Sergio Pereira (2020). Conflitos agrários no Brasil: A luta pela terra e pelos territórios. *Revista Nera*, v. 23, n. 53, p. 207-224.

SAVIANI, Dermeval (2008). *História das ideias pedagógicas no Brasil*. Campinas: Autores Associados.

SCHNORRENBERGER, N., & Angelin, R. (2018). Da redistribuição de renda ao reconhecimento identitário: o contexto das mulheres camponesas a partir da Constituição Federal de 1988. *Revista Brasileira de Sociologia do Direito*, 5(3), 38–57.

SCHNORRENBERGER, Tania; ANGELIN, Leila (2020). O Ecofeminismo no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 35, n. 103, p. 24-42.

SHIVA, Vandana (2005). *Earth Democracy: Justice, Sustainability, and Peace*. Cambridge: South End Press.

SHIVA, Vandana (2013). *Making Peace with the Earth: Beyond Resource, Land, and Food Wars*. London: Pluto Press.

SHIVA, Vandana (2016). *Ecofeminism*. London: Zed Books.

SILVA, Carlos Eduardo Martins da; GIRARD, Pablo Sabarreto (2004). *Mudanças climáticas no Pantanal: impactos e adaptações*. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz.

SILVA, Ricardo Antônio dos Reis (2008). *Comunidades Tradicionais e Sustentabilidade: Reflexões sobre a Prática Social*. *Cadernos de Estudos Sociais*, v. 23, n. 2, p. 38-52.

SILVA, L. L. (2008). *Ecologia humana e sustentabilidade: práticas culturais de comunidades tradicionais no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz.

SILVA, M. P. et al. (2011). *Desmatamento e mudanças no ciclo hidrológico do Pantanal*. *Ciência e Cultura*, v. 63, n. 2, p. 31-42.

SILVA, Márcia; ROCHA, Paulo (2012). *A pesquisa científica em comunidades tradicionais: Ineditismo e receptividade*. São Paulo: PUC.

SILVA, Carlos A. (2015). *Pequenas iscas, grandes impactos: A coleta de iscas vivas no Pantanal*. Campo Grande: Editora UFMS.

SILVA, V. M. S. (2017). *Território e subjetividade: A relação entre o indivíduo e o espaço*. *Psicologia & Sociedade*, v. 29, n. 2, p. 311-324.

SILVA, Cristiane dos Santos; LEITE, Camila Pacheco (2017). *Resiliência comunitária e sustentabilidade: As dinâmicas rurais no contexto brasileiro*. Brasília: Embrapa.

SILVA, M. P. et al. (2018). *Alterações no ciclo hidrológico do Pantanal e os impactos sobre a biodiversidade*. Brasília: Embrapa.

SILVA, M.; SECCHIAROLI, G. (2019). **Psicologia Ambiental: Uma Introdução (2. ed.)*.

SILVA, Leticia Carvalho da (2021). "Desastres ambientais: entre o saber técnico e o saber popular." *Anais do Conct Conpg 2021*.

SINGER, P. (2018). *Ethics in the Real World: 82 Brief Essays on Things That Matter*. Princeton University Press.

SMITH, M. (2008). *Ethnographic fieldwork: a practical guide*. 2. ed. London: Palgrave Macmillan, 2008.

SMITH, Jordan W.; MOORE, Rebecca L.; ANDERSON, David H.; SIDERELIS, Catherine (2012). *Community Resilience: A Framework for Understanding Economic Impacts on Outdoor Recreation and Tourism Dependent Communities*. *Journal of Park and Recreation Administration*, v. 30, n. 1, p. 29-44.

- SILIPRANDI, Emma (2011). *Mulheres e agroecologia: Transformando o campo, as florestas e as pessoas*. Rio de Janeiro: Garamond.
- SIPRILANDI, Emma (2015). *Mulheres e Agroecologia: Transformando o Campo, as Florestas e as Pessoas*. Rio de Janeiro: Editora Expressão Popular.
- STEPHENS, C. (2020). *Saúde e meio ambiente nas comunidades tradicionais: desafios e perspectivas*. Brasília: UnB.
- STANDING, Guy (2011). *The Precariat: The New Dangerous Class*. London: Bloomsbury.
- STEPHENS, Carolyn (2020). *Saúde e meio ambiente nas comunidades tradicionais: Desafios e perspectivas*. Brasília: UnB.
- STEG, Linda; VLEK, Charles (2009). Encouraging Pro-environmental Behaviour: An Integrative Review and Research Agenda. *Journal of Environmental Psychology*, v. 29, n. 3, p. 309-317.
- STEINDL, Christina; BREHM, Sharon S.; BREHM, Jack W. (2015). The Psychology of Reactance: Theory and Applications. *Zeitschrift für Sozialpsychologie*, v. 24, n. 1, p. 3-25.
- STEPTOE, Andrew; KIVIMÄKI, Mika (2012). Stress and cardiovascular disease. *Nature Reviews Cardiology*, v. 9, n. 6, p. 360-370.
- SVAMPA, Maristella (2012). *Extrativismo Neo-desenvolvimentista e Movimentos Sociais: A América Latina e a Questão Ambiental no Século XXI*. Buenos Aires: CLACSO.
- TASSARA, E. T. O. (2013). *Psicologia e território: Uma abordagem psicossocial dos espaços urbanos*. São Paulo: Cortez.
- TAVARES, Eduardo (2010). *Relações de poder e desigualdades em comunidades ribeirinhas: Um estudo comparativo*. Rio de Janeiro: FGV.
- TOMAS, W. M. et al. (2019). Conservation challenges of the Pantanal biodiversity in a changing climate. *Biological Conservation*, v. 23, n. 4, p. 304-321.
- TOMÁS, AB (2020). Sustentabilidade em comunidades ribeirinhas: A importância da coleta de iscas. *Revista Brasileira de Ecologia*, 7(1), 34-45.
- TRICKETT, Edison (2019). Contextual Influences in Community Interventions: Contributions from Cultural Community Psychology. *American Journal of Community Psychology*, v. 64, p. 86-92.
- TRONTO, Michael (2012). The Social Ecology of Resilience: Addressing Contextual and Cultural Ambiguity of a Nascent Construct. *American Journal of Orthopsychiatry*, v. 81, n. 1, p. 1-17.
- TRONTO, Joan C. (2013). *Caring Democracy: Markets, Equality, and Justice*. New York University Press.

UNESCO. (2019). *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*. Paris: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

UNGAR, M. (2011). *The Social Ecology of Resilience: A Handbook of Theory and Practice*. New York: Springer.

UNGAR, M. (2018). Systemic resilience: Principles and processes for a science of change in contexts of adversity. *Ecology and Society*, 23(4), 34.

URRY, John (2007). *Mobilities*. Cambridge: Polity Press.

UZZEL, David (2018). Environmental Policies and Local Communities: Perceptions and Participations. *Journal of Environmental Planning and Management*, v. 43, n. 6, p. 777-784.

WALKER, B.; SALT, D. (2012). *Resilience Thinking: Sustaining Ecosystems and People in a Changing World*. Washington: Island Press.

WALKER, C. (2013). Resiliência, gênero e vulnerabilidade: Compreendendo os pontos fortes das mulheres na adversidade. *Journal of Women and Social Work*, 28(4), 49.

WHITE, Stacey M.; EDWARDS, Whitney M.; FARRAR, Jennifer W.; PLODINEC, Marlene J. (2014). A Model for Community Resilience Assessment: An Application to Norfolk, Virginia. *Journal of Environmental Planning and Management*, v. 57, n. 5, p. 660-681.

WISNER, Ben et al. (2004). *At risk: natural hazards, people's vulnerability and disasters*. London: Routledge.

WOODHEAD, Linda; CATTO, Rebecca (2012). *Religion and Change in Modern Britain*. London: Routledge.

WOLKOWITZ, C. (2006). *As relações sociais do trabalho*. Sage Publica.

WORLD HEALTH ORGANIZATION, (2011). *Burden of disease from environmental noise: Quantification of healthy life years lost in Europe*. Copenhagen: WHO Regional Office for Europe.

WORLD HEALTH ORGANIZATION, (2018). *Ambient air pollution: a global assessment of exposure and burden of disease*. Geneva: WHO.

ZEILHOFER, P.; MOURA, R. M. (2009). Water pollution and biodiversity loss in the Pantanal: Challenges for conservation and management. *Environmental Management*, v. 44, n. 4, p. 474-482.

ZIMMERMAN, B. J. (2020). A Social Cognitive Perspective on Self-Regulated Learning. In B. J. Zimmerman & D. H. Schunk (Eds.), *Handbook of Self-Regulation of Learning and Performance* (2ª ed., pp. 137–153). Routledge.

ZIOLKOWSKI, Nathalia (2019). A Luta das Mulheres Pantaneiras: Impactos Ambientais e Resistência Comunitária. *Revista de Estudos Feministas*, v. 8, n. 2, p. 125-139, 2019.

12 ANEXOS

UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO (UCDB) PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA DA SAÚDE

ANEXO 1 – QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO OCUPACIONAL E DE SAÚDE

1. Idade: _____ anos

2. Qual a sua cor ou raça?

- Branca
- Preta
- Parda
- Amarela
- Indígena

3. Qual é a sua escolaridade?

- Ensino fundamental incompleto
- Ensino fundamental completo
- Ensino médio incompleto
- Ensino médio completo
- Ensino superior incompleto
- Ensino superior completo
- Outro:

4. Qual é a sua situação conjugal?

- Solteira
- Casada
- Divorciada
- Viúva
- União estável

5. Já foi casada?

- Sim
- Não

Se “Sim”, quantas vezes?

6. Você tem filhos?

- Sim
- Não

Se “Sim”, quantos? _____ (Feminino) _____ (Masculino)

7. Seus filhos possuem o mesmo pai?

- Sim
- Não

8. Quantos filhos você tem de cada casamento?

9. Quantos filhos moram com você?

10. Qual é a sua ocupação atual?

11. Está empregada?

Sim

Não

Local :

Trabalha com o quê?

12. Possui Carteira de Trabalho assinada?

Sim

Não

13. Quanto tempo você tem de Carteira Assinada do INSS?

Até 5 anos

Entre 5 e 10 anos

Entre 10 e 20 anos

Entre 20e 30 anos

Especifique:

14. Você é autônoma?

Sim

Não

Se “Sim”, trabalha com o quê?

15. Você trabalha em mais de uma atividade?

Sim

Não

Se “Sim”, em quais?

16. Quantos dias na semana você trabalha?

1 a 3 dias

3 a 5 dias

5 a 7 dias

17. Quantas horas por dia você trabalha?

4 horas

6 horas

8 horas

12 horas

Mais de 12 horas.

18. Tem intervalo de descanso no trabalho?

Sim

Não

De quanto tempo?

19. Qual é a sua renda mensal aproximada?

- Até 600,00
- Até 1.000,00
- Menos de um salário mínimo (R\$ 1.320,00)
- Entre um e dois salários mínimos
- Entre dois e três salários mínimos

20. Possui algum Benefício do Governo?

- Bolsa-família
- Seguro Defeso
- Cesta Básica
- Outros:

21. Quantas pessoas moram na sua casa?

- Moro sozinha.
- 2 pessoas
- 3 pessoas
- 4 pessoas ou mais

22. Algum idoso mora com você?

- Sim
- Não

Se sim, quantos?

23. Qual é a sua religião?

- Católica
- Evangélica
- Umbanda/Candomblé
- Espiritismo
- Sem religião
- Outra:

24. Você possui algum tipo de deficiência?

- Sim
- Não

Se sim, qual?

25. Possui alguma doença crônica?

- Sim
- Não

Se sim, qual?

26. Faz uso de medicação contínua ou controlada?

- sim
- Não
- Se sim, qual?

27. Qual é o meio de transporte que você mais utiliza para se deslocar?

- A pé
- Bicicleta
- Carro

- Barco
- ônibus
- Outro

28. Você tem fácil acesso a hospitais, UPAs ou outra Unidade de Saúde?

- Sim
- Não

29. Você mora na comunidade?

- Sim
- Não

Há quanto tempo?

Alguma outra situação?

30. Problemas ambientais interferem no seu dia a dia?

- Sim
- Não

Se sim, quais?

31. Você possui TV?

- Sim
- Não

Se sim, quantas?

32. Na sua casa tem:

- rádio
- ventilador
- fogão
- geladeira
- ar condicionado
- máquina de lavar
- micro-ondas
- computador

33. Você possui celular?

- Sim
- Não

34. Você possui internet?

- Sim
- Não

35. Você usa redes sociais?

- Sim
- Não

36. Quais redes sociais você mais utiliza?

- WhatsApp
- Instagram
- Facebook

- Youtube
- Snapchat
- TikTok
- Outros:

37. Você costuma ler jornais ou revistas?

- Sim
 - Não
- Se sim, qual?

38. Você descansa quantas vezes por semana?

- 1 dia
- 2 dias
- 3 dias ou mais

39. O que você mais gosta de fazer no seu tempo livre?

- Ficar em casa sem fazer nada.
- Ler um livro.
- Ouvir música.
- Estar com amigos.
- Fazer um churrasco em família.
- Outros:

40. O que mais gosta de fazer no seu momento de lazer?

UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO (UCDB)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA DA SAÚDE

ANEXO 2 – ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

Bloco 1: Sobre Qualidade de Vida

1. O que você acha da sua Qualidade de Vida?
2. Você acha que o meio ambiente influencia a sua Qualidade de Vida?

Bloco 2: Em relação aos homens na Comunidade

3. Como você vê a relação entre mulheres e homens na comunidade?
4. Como você vê o trabalho dos homens na comunidade?
5. Quando você compara a sua qualidade de vida com a dos homens, o que você acha?
6. Os problemas ambientais impactam vocês da mesma forma que os homens?

Bloco 3: Em relação ao feminino

7. Como é ser mulher para você?
8. Como você se cuida?

Bloco 4: Sobre morar nas Comunidades

9. Atualmente você mora na comunidade? Por que?
10. Qual o sentimento que você tem em relação a sua comunidade?

UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO (UCDB)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA DA SAÚDE

ANEXO 3 – PARECER SUBSTANCIADO DO CEP

UNIVERSIDADE CATÓLICA
DOM BOSCO - UCDB



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: ECOFEMINISMOS: A QUALIDADE DE VIDA DE MULHERES DE COMUNIDADES TRADICIONAIS E RIBEIRINHAS DO PANTANAL NO CENÁRIO DAS PROBLEMÁTICAS AMBIENTAIS

Pesquisador: SIMONE PRINCIPE RONDON

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 74835023.5.0000.5162

Instituição Proponente: Universidade Católica Dom Bosco

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.582.967

Apresentação do Projeto:

As informações referentes aos tópicos 'Informações do Projeto' foram extraídas do documento "PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2223307.pdf", postado pela autora. Trata-se de uma pesquisa na área da Psicologia da Saúde, com foco na qualidade de vida de mulheres de comunidades tradicionais e ribeirinhas do bioma Pantanal sulmatogrossense, possa demonstrar indicadores importantes para a compreensão das características desses grupos, possibilitar informações valiosas para entender as necessidades e demandas, além de oferecer subsídios para políticas públicas e de estratégias de enfrentamentos para essas populações. Sua relevância científica reside na possibilidade de investigar, analisar e compreender os diferentes aspectos da experiência e do comportamento humano, visando a qualidade de vida e saúde integral das mulheres.

Objetivo da Pesquisa:

As informações referentes aos tópicos 'Objetivo da Pesquisa', foram extraídas do documento "PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2223307.pdf", postado pela autora. Conhecer a Qualidade de Vida das Mulheres do Pantanal no Cenário das Problemáticas Ambientais, a partir das perspectivas da Psicologia Ambiental e Ecofeminismos

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

As informações referentes aos tópicos Avaliação dos Riscos e Benefícios ' foram extraídas do

Endereço: Av. Tamandaré, 6000 Bloco Administrativo 2º Piso, Sala C007

Bairro: Jardim Seminário

CEP: 79.117-900

UF: MS

Município: CAMPO GRANDE

Telefone: (67)3312-3478

E-mail: cep@ucdb.br

Continuação do Parecer: 6.582.967

documento "PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2223307.pdf. A Pesquisa oferece risco mínimo aos participantes, relacionado a eventual desconforto emocional ou de qualquer outra natureza que possa surgir durante a pesquisa. Para tal, será oferecido o acolhimento humanizado por parte da psicóloga e responsável pela pesquisa. Em relação aos benefícios desta pesquisa, pretende-se que o resultado deste estudo contribua para que essas mulheres possam pensar, falar e se escutar sobre suas percepções e suas realidades, e de certa forma contribuir para ampliar suas perspectivas em relação as suas vivências. Ao tornar conhecidos os aspectos sobre a sua Qualidade de Vida, objetiva-se ainda que esses resultados possam oferecer subsídios às autoridades

para o desenvolvimento de políticas públicas que visem melhorar as suas condições de vida. Mulheres em comunidades tradicionais e ribeirinhas podem enfrentar desafios específicos em relação à qualidade de vida, como dificuldades de acesso a serviços de saúde e educação, falta de infraestrutura adequada e impactos ambientais. Uma pesquisa pode ajudar a identificar essas questões e propor soluções. O conhecimento sobre o

trabalho desses grupos de mulheres neste contexto pode ampliar a divulgação dos seus produtos desenvolvidos em processos de manejos artesanais e sustentáveis e assim, estimular a valorização e o maior interesse por parte da sociedade como todo. Para a Academia, a relevância científica desta pesquisa reside na possibilidade de conhecer, analisar e compreender os diferentes aspectos da experiência de mulheres no

contexto das comunidades tradicionais e ribeirinhas do Pantanal, através de novos caminhos práticos de inserção da Psicologia nesses espaços. Nesse sentido, estimular reflexões no âmbito da Psicologia que permitam reconhecer a importância de cuidar do ser humano que vive em ambientes naturais, aprofundando seus conhecimentos científicos sobre sua inter-relação com a natureza.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Vide "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Vide "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações

Recomendações:

Vide "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O pesquisador apresentou todos os documentos de acordo com o recomendado na Resolução CNS

Endereço: Av. Tamandaré, 6000 Bloco Administrativo 2º Piso, Sala C007

Bairro: Jardim Seminário **CEP:** 79.117-900

UF: MS **Município:** CAMPO GRANDE

Telefone: (67)3312-3478

E-mail: cep@ucdb.br

Continuação do Parecer: 6.582.967

nº 466/12 e outras que regulamentam as pesquisas. O TCLE atende às necessidades das resoluções.

Considerações Finais a critério do CEP:

Diante do exposto, a Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UCDB, de acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS nº 466 de 2012 e na Norma Operacional nº 001 de 2013 do CNS, manifesta-se pela aprovação do projeto de pesquisa.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2223307.pdf	05/10/2023 17:05:44		Aceito
Folha de Rosto	FOLHADEROSTOSIMONEPRINCIPERONDON.pdf	05/10/2023 17:04:33	SIMONE PRINCIPE RONDON	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLESIMONEPRINCIPERONDON.pdf	01/10/2023 16:19:13	SIMONE PRINCIPE RONDON	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETODETALHADOSIMONEPRINCIPERONDON.pdf	01/10/2023 16:16:43	SIMONE PRINCIPE RONDON	Aceito
Brochura Pesquisa	PROJETOSIMONEPRINCIPERONDON.pdf	01/10/2023 16:14:17	SIMONE PRINCIPE RONDON	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

CAMPO GRANDE, 15 de Dezembro de 2023

Assinado por:
LUDOVICO MIGLIOLO
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Tamandaré, 6000 Bloco Administrativo 2º Piso, Sala C007

Bairro: Jardim Seminário **CEP:** 79.117-900

UF: MS **Município:** CAMPO GRANDE

Telefone: (67)3312-3478

E-mail: cep@ucdb.br